



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

QUELE SANTOS LIBERATO

**BEIRU: COMPARTILHANDO MEMÓRIAS DA RUA PARAÍBA ATRAVÉS DO
YOUTUBE**

SALVADOR

2025

QUELE SANTOS LIBERATO

**BEIRU: COMPARTILHANDO MEMÓRIAS DA RUA PARAÍBA ATRAVÉS DO
YOUTUBE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de
Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia como
requisito à obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta.

SALVADOR

2025

QUELE SANTOS LIBERATO


BEIRU: COMPARTILHANDO MEMÓRIAS DA RUA PARAÍBA ATRAVÉS DO YOUTUBE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau acadêmico de Licenciatura em Pedagogia, no Campus I - Salvador, da Universidade do Estado da Bahia, sob orientação do Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta.


Aprovada em: 21 /07/2025


Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alfredo Eurico Rodrigues Matta
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 ALFREDO EURICO RODRIGUES MATT
Data: 21/07/2025 22:45:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Amilton Alves de Souza
Faculdade Santíssimo Sacramento – FSSS
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Documento assinado digitalmente
 TAIARA GONZAGA GONCALVES PERAZZO
Data: 23/07/2025 22:07:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 AMILTON ALVES DE SOUZA
Data: 23/07/2025 10:05:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Ms. Taiara Gonzaga Gonçalves Perazzo
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

DEDICATÓRIA

Aristina Liberato
Santo- Amarense - BA



Maria Santana
Ganduense - BA



Dedico este trabalho às minhas avós, que, mesmo ausentes fisicamente, estiveram presentes em cada lembrança, em cada história contada por meus pais e tias, e na força que me moveu até aqui.

Suas memórias foram meu fio condutor e minha grande inspiração. Mesmo sem termos nos conhecido pessoalmente, suas trajetórias me transmitem uma força profunda, que ainda hoje me impulsiona.

Aristina, minha avó paterna, faleceu precocemente, vítima da Doença de Chagas. Deixou onze filhos e um legado de perseverança.

Maria, minha avó materna, viveu e morreu trabalhando na zona rural. Desde criança, enfrentou o trabalho pesado na roça e sequer conheceu o que chamamos de infância, tendo criado quinze filhos.

Conheci ambas pelas vozes dos meus pais e da minha tia. E as senti vivas em mim, em cada palavra que escrevi.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, à minha família, aos professores, amigos e à comunidade onde moro. Em especial, aos meus pais, Adezi Nunes e Valter Liberato, que sempre estiveram ao meu lado, acreditando em mim e sendo meu alicerce nos momentos de fragilidade, quando pensei em desistir de tudo.

Não poderia deixar de mencionar meu irmão querido, Adelson Liberato. Quantas batalhas você enfrentou comigo, e quantos sacrifícios fez para que eu pudesse trilhar meu sonho. Talvez você não tenha noção do quanto é, e sempre foi, meu referencial de força, perseverança e fé.

À minha tia maravilhosa, Jamile Liberato, e à sua família, minha eterna gratidão pela confiança, apoio e amizade sincera.

Ao professor Alfredo Matta, meu profundo reconhecimento. Suas aulas, orientações e acolhimento trouxeram reflexões valiosas para o estudo e para a vida. Sem seu incentivo e confiança, este TCC não teria seguido adiante. Meu muito obrigada à professora Francisca de Paula Santos da Silva, por permitir a participação no canal Turismo de Base Comunitária (TBC). Agradeço também à professora Cláudia Andrade, pela escuta atenta e pelos valiosos conselhos.

Expresso ainda meu carinho à Andressa Brito, que, com sua amizade e apoio, me fortaleceu nos momentos mais desafiadores. Seu jeito leve e inspirador me ensina a enfrentar a vida com mais coragem. À Fênix Alves, minha gratidão pela colaboração generosa durante as transmissões das lives, contribuindo para que este projeto se concretizasse com sensibilidade e comprometimento.

E, por fim, à comunidade do Beiru e aos vizinhos que participaram deste trabalho, meu respeito e gratidão. Vocês me mostraram que o chão onde pisamos carrega mais do que pedras: carrega histórias, sentimentos e raízes. Cada memória compartilhada reafirmou que há sabedoria viva nas ruas.

NOTA DA AUTORA

Reconstruir histórias silenciadas e desbotadas não é uma tarefa simples para uma costureira de memórias, metáfora que atribuo à pesquisadora e à historiadora popular que se propõe a costurar, descosturar, cortar e recortar o passado. Muitas vezes, a lacuna é tão grande que é preciso garimpar, pacientemente, um remendo compatível. Ainda assim, o risco de rasgar a costura é constante, pois há muitas memórias estocadas, embaralhadas ou interdidas.

Às vezes, é como montar um quebra-cabeça feito de peças quebradas, desconexas e moídas pelo tempo, pelo medo, pelo apagamento e pelas teias da colonialidade que ainda envolvem os fatos, as fontes e as vozes.

Desde a colonização, documentos foram queimados, registros adulterados, memórias interrompidas, tudo para encobrir as outras histórias. Mas a oralidade resistiu. As narrativas sobreviveram nas falas, nos gestos, nos becos, nos terreiros e nas ruas. Ainda que tenham tentado apagar a memória, ela floresceu nas frestas do esquecimento.

É por essas frestas que este trabalho se inscreve: como costura, como reencontro, como tentativa simbólica de abrir espaço para os que foram silenciados e pisoteados pelo sistema.

Uso o fio da memória, tendo a consciência histórica como agulha, para costurar a linha do tempo com nova vestimenta. E desejo que, ao vesti-la, quem a tocar também se transforme.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca resgatar a história da Rua Paraíba, localizada no bairro Beiru/Tancredo Neves, em Salvador-Bahia, a partir das memórias narradas por moradores mais antigos e compartilhadas em duas lives educativas transmitidas pelo canal do YouTube “Turismo de Base Comunitária (TBC)”. O objetivo geral é elaborar lives educativas no YouTube com base na memória coletiva dos moradores do bairro Beiru sobre a Rua Paraíba, como estratégia de valorização cultural e histórica da comunidade. Os objetivos específicos são: investigar a história da Rua Paraíba a partir das memórias dos moradores antigos; construir roteiros e realizar as lives educativas com conteúdo sobre a história local; criar uma playlist no canal TBC para divulgar as lives; e analisar os impactos das transmissões na valorização da história local e no fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. A pesquisa, de abordagem qualitativa, descritiva e exploratória, ancorou-se na metodologia Design-Based Research (DBR), com mediação por meio de entrevistas semiestruturadas dialogadas realizadas durante as transmissões síncronas com moradores de 60 anos ou mais e com, no mínimo, 40 anos de residência no bairro. A modelagem pedagógica foi estruturada com base em princípios socioconstrutivistas, organizando-se em três etapas: pré-live (planejamento), live (execução) e pós-live (retorno). Os resultados indicaram que as transmissões revelaram informações inéditas sobre a história da Rua Paraíba, resgatando memórias silenciadas e fortalecendo a identidade comunitária. As interações dos usuários demonstraram interesse genuíno e reconheceram as lives como ação educativa. Conclui-se que as transmissões contribuíram para divulgar a história local, valorizar a cultura e reforçar o sentimento de pertencimento comunitário.

Palavras-chave: História Pública; Lives Educativas no YouTube; Memória Coletiva; Rua Paraíba; Território do Beiru.

ABSTRACT

This Undergraduate Thesis aims to recover the history of Rua Paraíba, located in the Beiru/Tancredo Neves neighborhood in Salvador, Bahia, based on the memories narrated by older residents and shared in two educational livestreams broadcast on the YouTube channel “Turismo de Base Comunitária (TBC).” The general objective is to produce educational livestreams on YouTube based on the collective memory of Beiru’s residents about Rua Paraíba, as a strategy for the cultural and historical appreciation of the community. The specific objectives are to investigate the history of Rua Paraíba through the memories of older residents; to build scripts and conduct educational livestreams with content on local history; to create a playlist on the TBC channel to disseminate the livestreams; and to analyze the impacts of the broadcasts on valuing local history and strengthening the sense of community belonging. The research employed a qualitative, descriptive, and exploratory approach, grounded in the Design-Based Research (DBR) methodology, with mediation through dialogical semi-structured interviews conducted during synchronous broadcasts with residents aged 60 or older and with at least 40 years of residence in the neighborhood. The pedagogical design was structured based on socioconstructivist principles, organized into three stages: pre-live (planning), live (execution), and post-live (feedback). The results indicated that the broadcasts revealed unprecedented information about the history of Rua Paraíba, rescuing silenced memories and strengthening community identity. User interactions demonstrated genuine interest and recognized the livestreams as educational actions. It is concluded that the broadcasts contributed to disseminating local history, valuing culture, and reinforcing the sense of community belonging.

Keywords: Public History; Educational Live Streams on YouTube; Collective Memory; Rua Paraíba; Beiru territory.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. TERRITÓRIO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA	12
2.1 SALVADOR E O TERRITÓRIO DO CABULA: ORIGENS E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA.....	13
2.2 O QUILOMBO DO CABULA E O BEIRU	17
2.3 A RUA PARAÍBA: UM ESPAÇO DE MEMÓRIAS E AFETOS	37
3. ARTICULAÇÃO CONCEITUAL	50
3.1 HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA COLETIVA E CULTURA LOCAL: ESTUDO DA RUA PARAÍBA	50
3.2 O SOCIOCONSTRUTIVISMO COMO BASE DA CONSTRUÇÃO DE UMA TV EDUCATIVA.....	57
3.3 A TV EDUCATIVA NO YOUTUBE: INTERATIVIDADE, PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE LIVES	63
4. MODELAGEM	71
5. METODOLOGIA	79
5.1 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	82
5.2 CATEGORIAS, CRITÉRIOS E EIXOS TEMÁTICOS	83
6. ANÁLISE E RESULTADO DAS LIVES	85
6.1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS LIVES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS	86
6.2 ANÁLISE E RESULTADO DOS RELATOS DOS MORADORES CONVIDADOS	87
6.3 ANÁLISE E RESULTADO DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DA REDE	96
6.4 APRENDIZADOS DAS ANÁLISES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INTERVENÇÕES	99
7. CONCLUSÃO	100
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE A – ROTEIRO LIVE 1	112
APÊNDICE B – ROTEIRO LIVE 2	114
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADEZI.....	116
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE LIBERINO	116
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE VALTER	117

1. INTRODUÇÃO

Antes da urbanização do bairro Beiru/Tancredo Neves, quando o território ainda era conhecido como Fazenda Campo Seco, já existiam práticas sociais, culturais e religiosas marcadas pela resistência. Inserida nesse contexto, a Rua Paraíba configura-se como espaço simbólico de memória viva, onde se entrelaçam trajetórias relacionadas ao Antigo Quilombo do Cabula, à religiosidade de matriz africana e a práticas culturais historicamente invisibilizadas pelos processos de industrialização e urbanização (Matta; Silva; Amorim, 2020; Accmn, 2007).

Embora pouco referenciada na literatura acadêmica, a Rua Paraíba constitui um ponto de partida para a escuta de histórias que revelam experiências de pertencimento, resistência e reexistência comunitária. Sua paisagem conserva marcas da presença ancestral de povos indígenas, negros escravizados, quilombolas e, posteriormente, trabalhadores urbanos historicamente marginalizados (Verger, 1987; Martins, 2017).

Ao longo do século XX, o avanço da urbanização transformou o bairro, apagando elementos identitários, silenciando memórias e fragmentando formas de organização coletiva. Os alicerces ideológicos que sustentaram o racismo científico entre os séculos XVIII e XIX contribuíram para consolidar uma ordem social excludente, baseada na hierarquização entre grupos humanos. No século XIX, o naturalista francês Georges Cuvier (1769-1832) foi um dos primeiros a associar o termo “raça” à espécie humana na literatura especializada, difundindo a ideia de que existiriam diferenças físicas e morais fixas entre os povos (Schwarcz, 1993).

Essas teorias pseudocientíficas legitimaram práticas escravistas e políticas de exclusão desde o período colonial, consolidando padrões de desigualdade que moldaram a sociedade brasileira. Nela, marcadores como raça, classe, território e religião passaram a determinar o acesso desigual a direitos e oportunidades, uma lógica que persiste até os dias atuais.

Inserida nesse contexto histórico de exclusão e resistência, a região do Cabula, Antigo Quilombo, abriga o bairro do Beiru e, dentro dele, a Rua Paraíba, eixo territorial que fundamenta esta pesquisa.

Diante desse cenário de desigualdades estruturais e apagamentos, esta pesquisa surge da urgência em retomar os fios de memória que, ausentes dos documentos oficiais, permanecem vivos nas lembranças dos mais velhos. O trabalho parte do envolvimento direto da autora com o território e da escassez de registros acadêmicos sobre a Rua Paraíba, reconhecida por seus moradores como lugar de pertencimento e de construção coletiva de identidade.

Neste trabalho, os termos “live”, “live educativa”, “transmissão síncrona” e “intervenção” são utilizados de maneira intercambiável para se referir às atividades pedagógicas realizadas em formato de transmissão ao vivo com os moradores da Rua Paraíba. Essa variação terminológica busca valorizar a pluralidade de sentidos atribuídos às ações educativas e evitar repetições excessivas ao longo do texto.

Ressalta-se que tais termos designam as transmissões enquanto estratégias de mediação pedagógica e comunicação comunitária, mas não equivalem a processos iterativos compostos por múltiplos ciclos, pois este estudo abrange apenas as etapas iniciais de um ciclo de pesquisa, contemplando planejamento, aplicação e análise preliminar, sem realizar a reaplicação ajustada que caracterizaria um ciclo completo na metodologia DBR.

Ao articular história pública, memória coletiva e práticas pedagógicas decoloniais, o estudo propõe uma abordagem inédita, ancorada na metodologia Design-Based Research (DBR) e fundamentada em uma modelagem socioconstrutivista. As lives educativas foram estruturadas em três etapas: pré-live (planejamento), live (execução) e pós-live (retorno e engajamento), integrando comunicação digital, cultura local e educação comunitária em um processo de construção compartilhada do conhecimento.

A ideia para este trabalho surgiu durante as aulas da disciplina “Fundamentos Teórico- Metodológicos da História no Ensino Fundamental”, ministrada pelo professor Dr. Alfredo Matta, no sétimo semestre do curso de Pedagogia. A partir de atividades que incentivaram a pesquisa sobre os territórios de vivência dos discentes, a autora iniciou uma investigação sobre o bairro Beiru e seu contexto histórico. A visita ao Instituto Geográfico e Histórico da Bahia contribuiu com fontes bibliográficas que enriqueceram a fundamentação do trabalho.

O objetivo geral da pesquisa é elaborar lives educativas para o YouTube com base na memória coletiva dos moradores do bairro Beiru sobre a Rua Paraíba, como estratégia de valorização cultural e histórica da comunidade.

Os objetivos específicos incluem: investigar a história da Rua Paraíba a partir das memórias dos moradores antigos; construir roteiros e realizar lives educativas com conteúdo sobre a história local; criar uma playlist no canal Turismo de Base Comunitária (TBC) para divulgar as lives educativas; e analisar os impactos da divulgação das lives na valorização da história local e no sentimento de pertencimento comunitário.

Este trabalho final é orientado pela questão-problema: Como o conteúdo educativo em lives no YouTube pode contribuir para divulgar a história da Rua Paraíba, no bairro Beiru, valorizando as memórias dos moradores?

Para respondê-la, adota-se uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, ancorada na metodologia Design-Based Research (DBR). Essa abordagem permite construir e aplicar colaborativamente uma solução prática no contexto educacional ao mesmo tempo em que se produz conhecimento teórico, com base em pressupostos que valorizam a mediação, a interação e a construção coletiva do saber.

Os dados da pesquisa foram produzidos a partir das intervenções educativas realizadas com residentes da Rua Paraíba, incluindo registros audiovisuais, transcrições das falas e observação das interações no ambiente digital.

O registro e o compartilhamento público dessas memórias contribuem para fortalecer as identidades comunitárias, favorecer o acesso ao conhecimento e reconhecer a diversidade cultural presente na região do Cabula e em outros territórios similares de Salvador.

Revela-se, assim, a potência desses lugares como espaços legítimos de produção de conteúdo, rompendo com narrativas hegemônicas e reafirmando o compromisso com uma educação pautada pela justiça social e pelo reconhecimento das múltiplas formas de aprendizado.

Embora não tenha sido planejada exclusivamente para aplicação escolar, esta pesquisa se alinha a ações educativas que podem ocorrer dentro e fora da escola, valorizando narrativas locais, escuta ativa e saberes populares. Nesse sentido, dialoga com os princípios da educação antirracista, conforme a Lei n.º 10.639/2003, e com fundamentos da pedagogia decolonial, ainda que não os aprofunde teoricamente (Brasil, 2003).

Essa perspectiva orienta a escuta dos moradores como ato pedagógico e político, fortalecendo o desenvolvimento do pensamento crítico.

O trabalho está estruturado em sete capítulos, incluindo esta introdução. Os capítulos seguintes abordam o contexto histórico, os fundamentos teóricos, a modelagem pedagógica das lives, os procedimentos metodológicos, a análise e os resultados das transmissões, e a conclusão do estudo.

Por fim, os roteiros das lives, que organizam o passo a passo das transmissões educativas, foram incluídos como apêndices ao final do trabalho. Os demais materiais complementares, como termos de autorização, estão organizados nos anexos.

2. TERRITÓRIO, HISTÓRIA, MEMÓRIA E RESISTÊNCIA

A história da Rua Paraíba, situada no bairro Beiru/Tancredo Neves, em Salvador, entrelaça-se à trajetória do antigo Quilombo do Cabula. Suas marcas revelam a ancestralidade indígena e africana, a presença de terreiros e os impactos das transformações urbanas que, ao longo do tempo, redesenharam a região.

As memórias evocadas pelos moradores, acessadas por meio da oralidade, revelam um passado de resistência que permanece vivo nas práticas cotidianas, especialmente nas referências ao nome da rua, nas dinâmicas territoriais, na religiosidade afro-brasileira e nos apagamentos simbólicos enfrentados nas últimas décadas.

Compreender essas narrativas exige uma abordagem que vá além dos registros oficiais. Como afirmam Matta, Silva e Amorim (2020), ao construir o contexto de uma investigação, o pesquisador assume um posicionamento crítico sustentado por evidências.

O bairro Beiru/Tancredo Neves integra a região do Cabula, cujas raízes remontam ao período colonial. A Rua Paraíba não é apenas um ponto no mapa: é um lugar de memória atravessado por resistências e narrativas coletivas transmitidas entre gerações. Como de fine Assmann (2011, p. 347), “[...] são conformados por mãos humanas e pela consciência das pessoas; suas mensagens são cartas de pedra que destinam à posteridade um conteúdo memorativo determinado [...]”.

Neste trabalho, o território é compreendido como um processo dinâmico que transcende a dimensão geográfica, incorporando afetos, ancestralidade, vivências locais e práticas culturais. O uso do termo “território” permite refletir o Beiru não apenas como lugar de memória vinculado ao antigo Quilombo do Cabula, mas também como espaço de disputa simbólica, urbana e histórica, onde se tensionam forças de apagamento e resistência.

De acordo com Santos (1998), o território deve ser compreendido como um espaço socialmente construído, moldado pelas práticas, técnicas e relações de poder que nele se instauram. Ele propõe o conceito de “território usado”, enfatizando que o valor do território não está apenas na sua dimensão física, mas no uso que os sujeitos fazem dele, nas formas de resistência, solidariedade e organização local que emergem diante das pressões da globalização.

Ele distingue duas lógicas que se confrontam no território: as verticalidades, representadas por forças globais e normativas externas; e as horizontalidades, que expressam relações de vizinhança, afetos e saberes enraizados. Nesse campo de tensões, o lugar torna-se sede da resistência, revelando que o território não é apenas cenário de conflitos, mas também matriz de emancipação e afirmação identitária (Santos, 1998).

Logo, a Rua Paraíba, configura-se como território vivo, onde se sobrepõem memórias apagadas, resistências culturais e conflitos contemporâneos.

Diante disso, torna-se essencial reconstituir, ainda que brevemente, o processo de formação da cidade de Salvador, seus marcos de expansão e a posição estratégica da região do Cabula na ocupação das zonas periféricas afastadas do litoral.

A seção a seguir aprofunda a compreensão das transformações históricas que moldaram o Beiru, antiga localidade da Fazenda Campo Seco, e com ele, as memórias e identidades construídas pela experiência comunitária na Rua Paraíba.

2.1 SALVADOR E O TERRITÓRIO DO CABULA: ORIGENS E IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA

A cidade de Salvador foi historicamente organizada segundo uma lógica territorial excludente, que concentrou poder nas áreas centrais e manteve a desigualdade sistemática das populações negras, pobres e indígenas. Durante o período colonial, a elite urbana estruturou a cidade para manter distância física e simbólica das classes populares, empurrando-as para freguesias distantes e periferias em expansão. Nesse cenário de segregação espacial, diferentes regiões da cidade tornaram-se territórios de resistência, como área do Cabula e seus arredores, onde negros escravizados e povos originários se articularam para formar o Quilombo do Cabula (Martins, 2017).

Esses processos históricos moldaram a geografia de Salvador, deixando marcas profundas em bairros periféricos como o Beiru, onde se localiza a Rua Paraíba, espaço marcado por tentativas de apagamento histórico das comunidades ancestrais do Antigo Quilombo do Cabula.

Para compreender as disputas territoriais e as desigualdades que estruturam Salvador, é necessário retornar à colonização do Brasil, quando a ocupação portuguesa, no contexto da expansão ultramarina, baseou-se na exploração econômica e no apagamento dos povos originários da Baía de Todos os Santos, como tupinambás, tupiniquins e tapuias.

No início do século XVI, ainda não havia regulação sobre navegação e comércio no Atlântico, e a Coroa portuguesa priorizava o controle das rotas marítimas em vez da ocupação efetiva da área. A partir da segunda expedição, o pau-brasil foi identificado como mercadoria valiosa, levando à exploração da mão de obra indígena para o corte e transporte da madeira. O contato com os europeus despertou nos povos originários interesse por instrumentos de ferro, como machados e facões, trocados durante essas interações (Silva, 2023).

No litoral da Bahia, os portugueses encontraram povos do tronco tupi, especialmente tupinambás e tupiniquins, pertencentes ao grupo tupi-guarani (Tavares, 2019).

Antes deles, os tapuias habitavam a região, mas foram expulsos pelos tupinaés, que, por sua vez, foram pressionados pelos tupinambás vindos do Norte. Além disso, a cultura indígena, especialmente a tupinambá, deixou marcas duradouras na Bahia e no Brasil. Práticas como o uso da rede, a cerâmica artesanal, adornos com penas, raízes como o aipim e técnicas como o moquém são heranças diretas desses povos (Sousa, 2014; Tavares, 2019).

Entre os séculos XVI e XIX, Salvador destacou-se por sua localização estratégica e pelas correntes marítimas que favoreciam a navegação no Atlântico Sul, tornando-se um centro de comércio e de escravização que atraiu migrantes, colonizadores e traficantes de pessoas. Com isso, a cidade cresceu e seus arredores, como área do Cabula, passaram a abrigar populações nativas e deslocadas (Matta; Silva; Amorim, 2020).

A presença francesa na costa brasileira pressionou os portugueses a ocuparem efetivamente o litoral. Para isso, criaram o sistema de capitanias hereditárias (1534–1536), que fracassou. Como resposta, fundaram a cidade de Salvador em 1549 como sede do governo-geral, sob o comando de Tomé de Sousa (Silva, 2023).

Segundo Silva (2023), esse processo intensificou o avanço violento sobre os povos originários: o enfrentamento com os tupinambás resultou na Guerra do Paraguaçu, conduzida por Mem de Sá, que destruiu mais de 130 aldeias. Ao mesmo tempo, os jesuítas, liderados por Manoel da Nóbrega, iniciaram a catequese forçada dos indígenas. Os que resistiram foram exterminados ou expulsos do litoral.

No século XVI, chegaram à Baía de Todos os Santos os povos bantos, oriundos principalmente de Angola, Congo, Moçambique e do Golfo do Benim. Sua influência moldou profundamente a cultura local, marcando práticas religiosas, culinária, vocabulário, música e rituais, e foi decisiva na formação do candomblé da nação Angola (Verger, 1987).

A resistência também se expressava no campo religioso. Escravizados disfarçavam o culto às divindades africanas durante festas católicas, como relata Verger (1987, p. 531): “Sob o pretexto de festividade católica, tratava-se também de celebrar as divindades africanas [...] particularmente na popular festa do Senhor do Bonfim.”

O candomblé da nação Angola, com seus tambores, cânticos, hierarquias e ritos de transe, expressa valores de ancestralidade e oposição que emergiram em meio à dominação e à resiliência cultural. No mesmo período, a instalação dos primeiros engenhos de açúcar intensificou a exploração da mão de obra escravizada, elevando a demanda por trabalho forçado tanto no campo quanto na cidade (Tavares, 2019).

Como destaca Reis (1991, p. 40), “a Bahia vivia da exportação de açúcar, produzido nos engenhos do Recôncavo por braços escravos”.

A cidade de Salvador foi moldada de forma profundamente desigual: enquanto a elite luso-brasileira ocupava a Cidade Alta, com palácios e igrejas, escravizados, libertos e pobres viviam na Cidade Baixa ou em bairros periféricos como Saúde e Desterro, compondo um cenário urbano marcado pela segregação. Essa dualidade espacial, comparável à organização de Lisboa na mesma época, evidenciava a segregação socioespacial da cidade, com a Cidade Baixa concentrando o comércio e a Cidade Alta sediando o poder político e religioso (Tavares, 2019; Reis, 1991).

Essa divisão socioespacial foi condicionada pela própria geografia: Salvador foi construída sobre uma falha tectônica que originou dois níveis naturais. A Cidade Alta, mais elevada, oferecia vantagens defensivas e acesso à água potável, sendo escolhida como o centro de comando, enquanto a Cidade Baixa se voltava ao porto e às atividades comerciais (Andrade; Brandão, 2009).

Essa estrutura geográfica, ao separar fisicamente as elites da força de trabalho, também criou as bases para o surgimento de territórios autônomos nas margens urbanas. Espaços antes relegados, como o Cabula, transformaram-se em locais de reexistência, revelando que a própria geografia de Salvador foi agente ativo na produção das desigualdades.

Durante o século XIX, Salvador era dividida em freguesias urbanas e suburbanas, cada uma sob responsabilidade de um pároco. As urbanas, próximas à orla, concentravam o comércio, os grupos abastados e o centro religioso, compondo o distrito da Matriz de Santo Antônio. Já as suburbanas, como a atual região do Cabula, então parte do distrito de Santo Antônio. Além do Carmo, localizavam-se em zonas afastadas, de difícil acesso e vegetação densa, ocupadas por populações pobres, agricultores de subsistência, quilombos e terreiros. O acesso se dava por estradas como a do Cabula, conectadas às vias de Brotas e do Rio Vermelho, mas essas regiões eram socialmente marginalizadas (Martins, 2017).

Em 1835, essa cidade dividida foi palco da Revolta dos Malês, planejada por africanos muçulmanos como Ahuma e Pacífico Licutan. A revolta foi denunciada e brutalmente reprimida: houve execuções, castigos físicos e deportações de nagôs e haussás para a África ou fugas para as zonas periféricas (Tavares, 2019).

Essa repressão evidenciou a dimensão simbólica da escravidão, que extrapolava a exploração física. Como aponta Gomes (2019), o sistema escravista operava sobre o apagamento da identidade: os africanos eram marcados a ferro, batizados com nomes cristãos,

forçados a usar nova língua, vestes e religião, um ritual de desumanização que rompia vínculos de memória e pertencimento.

A negação da humanidade africana foi sistemática: uma estratégia contínua de silenciamento, desterritorialização e supressão da ancestralidade. Ainda assim, a presença negra foi central no funcionamento da Salvador colonial. Nas ruas, mercados e residências, negros escravizados e alforriados desempenharam múltiplas funções essenciais, muitas vezes invisibilizadas pela historiografia.

Como destaca Reis (1986, p. 198), “Quase todos os visitantes estrangeiros se surpreendiam com a multiplicidade de ocupações exercidas exclusivamente por negros livres e escravos”.

No cotidiano urbano, homens conhecidos como ganhadores transportavam cargas e pessoas, enquanto as ganhadeiras comercializavam alimentos, ervas e utensílios, presenças que incomodavam a elite colonial. Como resume Reis (1991, p. 27): “A cidade crescera com a economia atlântica, tendo sido capital do Império Português nas Américas até 1763, quando foi substituída pelo Rio de Janeiro.”

Paralelamente, a região do Cabula, marcada por relevo acidentado, morros e mata densa, era pouco atrativa à exploração econômica, mas ideal como refúgio para africanos e indígenas em fuga.

Essa configuração territorial favoreceu a criação de espaços autônomos. Enquanto a elite, formada por proprietários, comerciantes e religiosos, concentrava o poder e sustentava uma ideologia racista, territórios como o Cabula tornaram-se redutos de sobrevivência, espiritualidade e protesto (Matta; Silva; Amorim, 2020; Santos; Brasil, 2022).

Desde os primeiros momentos da escravização em Salvador, surgiram mocambos, pequenos agrupamentos formados por pessoas negras fugidas que, com o tempo, deram origem aos quilombos, símbolos de força coletiva.

Esses quilombos se sustentavam pela produção agrícola, especialmente grãos e tubérculos, cujos excedentes eram negociados com negros livres, escravizados e comerciantes urbanos, fortalecendo sua autonomia. Já os terreiros de candomblé, surgidos no século XIX, foram centrais na preservação das tradições afroindígenas, assumindo papel político, espiritual e comunitário diante do abandono estatal (Martins, 2017).

Segundo a mesma autora, o Cabula, situado em uma rota estratégica que ligava Salvador ao litoral norte e à Casa da Torre, abrigava um quilombo formado por indígenas, negros alforriados e fugitivos. Sua localização próxima às rotas de abastecimento permitia articulação com o centro urbano sem perder autonomia.

A topografia irregular e a vegetação densa do Cabula favoreceram o surgimento de quilombos. No entanto, essas características do terreno limitaram a expansão urbana de Salvador até o século XVIII, quando a abertura de avenidas nos vales permitiu o avanço para áreas mais distantes do litoral, como o Cabula, onde hoje se localizam o bairro do Beiru e a Rua Paraíba.

A formação de Salvador seguiu uma lógica de segregação, empurrando comerciantes e trabalhadores rurais pobres para longe das freguesias centrais. Concomitantemente a essa transformação, o Cabula e seus arredores se consolidaram como zonas de abrigo, onde a articulação entre africanos e indígenas deu origem a um importante quilombo, que se tornou reduto de resistência diante do controle colonial.

Ao longo do tempo, essa área passou a abrigar vários bairros, incluindo o Beiru/Tancredo Neves, onde está situada a Rua Paraíba, antigo arraial quilombola cujas memórias seguem vivas, especialmente nas narrativas dos moradores antigos.

2.2 O QUILOMBO DO CABULA E O BEIRU

A cidade de Salvador, primeira capital do Brasil, carrega profundas marcas da colonização portuguesa, especialmente no que se refere à sua ocupação e estrutura urbana. Através da expansão marítima, tornou-se um centro estratégico para a exploração da região e para o desenvolvimento do trabalho escravizado.

Com o passar do tempo, a industrialização e a urbanização brasileira passaram a ser marcadas por processos excludentes que contribuíram para a marginalização histórica de populações negras e indígenas, especialmente nas grandes cidades. Esse fenômeno aprofundou desigualdades e limitou o acesso a direitos básicos em territórios periféricos como o Beiru.

Trata-se de uma racionalidade ideológica que isenta o Estado de suas responsabilidades sociais, perpetuando desigualdades estruturais que ainda marcam o tecido urbano de Salvador até os dias atuais.

É nesse cenário que se formam bairros oriundos do antigo Quilombo do Cabula, historicamente ligados à resistência negra e à preservação da memória afrodescendente.

Localizada no miolo de Salvador, essa região abrange 17 bairros que, por longos períodos, funcionaram como territórios quilombolas (Santos; Brasil, 2022), conforme apresentado no Quadro 1, com base em estudos de Santos et al. (2010) e Nunes (2016).

Quadro 1 - Caracterização Histórica, Territorial e Processo de Urbanização: Bairros do território do antigo Quilombo do Cabula

(contínua)

Nome do bairro	Origem do nome	Início da Urbanização	Localização
Arenoso	O bairro possuía muito arenoso. Era uma fazenda chamada Flor do Beiru. Surgiu do desmembramento com o bairro Beiru.	A partir dos anos 1970.	Divisa com o Bairro Beiru/Tancredo Neves.
Arraial do Retiro	Antigo Mocambo, parte da fazenda de São Gonçalo ¹ . Ocupação espontânea regularizada após deslizamento em 1995.	Após 1995.	Localiza-se nas margens da Rodovia BR 324. Fica ao lado do bairro do Cabula e Mata Escura.
Barreiras	Nome de origem iorubá. Em homenagem a um negro liberto (Beiru) que trabalhava na fazenda Campo Seco. Posteriormente, a fazenda foi nomeada com seu nome. O segundo nome origina-se do antigo presidente da República.	Início em 1970.	Ao lado do Bairro Arenoso, Narandiba, Cabula e Barreiras.
Beiru/Tancredo Neves	Terras doadas ao Conde Castanheira no século XVI, tornaram-se fazendas de laranjas. O nome é termo africano “Kabula”, também nome de ritmo e tradição religiosa realizado pelos sacerdotes africanos.	Início em 1970.	Entre Edgard Santos, Silveira Martins e Engomadeira.
Cabula	Nome do conjunto habitacional URBIS. Nome referir-se a uma construtora do mesmo nome.	A partir de 1980.	Fica entre Saboeiro e Narandiba.
Doron	Lavadeiras que engomavam para os soldados do Quartel do 19º Batalhão de Caçadores / origem na palavra de origem bantu “ngoma.	No ano de 1970.	Limite com Beiru, Cabula e Estrada das Barreiras.
Engomadeira	Nome ligado à via histórica da região. Era um local de difícil acesso, parecia de uma roça com muitos animais peçonhentos.	Ano de 1970.	Localizado no Miolo de Salvador. Cruzando diversos bairros como Engomadeira, Beiru e Arraial do Retiro.
Fazenda Grande do Retiro	De antiga fazenda com o mesmo nome e transformada em bairro. Fazia parte as localidades de Pitangueiras, Alto do Peru, Fonte do Capim [...]. Não existe mais Rio e a fonte na pedreira foi soterrada.	Meados do século XX.	Próximo à Mata Escura, Liberdade, Curuzu, Bom Juá e São Caetano, próximo à BR-324.
Mata Escura	Nome advindo da vegetação densa histórica da área. Era um local de fuga para negros escravizados, pois era de difícil acesso.	Urbanização gradual no ano de 1950.	Entre Sussuarana, Pau da Lima, Jardim Santo Inácio, Calabetão, Alto do Retiro e Barreiras.

¹ NUNES, Davi. **Bairro Arraial do Retiro: retiro dos quilombolas**. *Ungareia*, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2016/06/24/bairro-arraial-do-retiro-retiro-dos-quilombolas/>. Acesso em 20 de abril de 2025.

Quadro 1 - Caracterização Histórica, Territorial e Processo de Urbanização: Bairros do território do antigo Quilombo do Cabula

(conclusão)

Nome do bairro	Origem do nome	Início da Urbanização	Localização
Narandiba	“Narandiba” vem do tupi: <i>narã</i> (laranja) + <i>diba</i> (muitos), significando “laranja” ou “lugar com muitas laranjeiras”.	Fim dos anos 1970 - 1980.	Próximo ao Imbuí, Doron, Cabula VI e Pituaçu.
Novo Horizonte	Nome escolhido por plebiscito em ocupação dos anos 1980. Fazia parte da Sussuarana.	Fim do ano de 1980.	Entre Arenoso, CAB e antiga Secretaria de Educação.
Pernambués	A tradição oral liga o nome da Igreja de Nossa Senhora do Resgate a um episódio do século XX, quando soldados do 19º Batalhão de Caçadores pararam na Igreja para solicitar proteção e “resgate” à santa antes de irem à guerra.	Início de 1970.	Entre Pernambués e Cabula.
Resgate	Nome da represa e rio Saboeiro, que corta a região. O Rio Saboeiro tem suas nascentes em grotões da localidade do Cabula VII, bairro Beiru/Tancredo Neves.	Década de 1954 com a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF).	Entre Narandiba, Doron e Cabula.
Saboeiro	Nome de Represa do Saboeiro ou nome da região vem do século XIX, quando as pessoas se referiam às lagoas onde viviam gias, que produziam espuma para esconder seus ovos, daí a expressão “vou ao Saboeiro”.	Ano de 1950 em diante.	Cabula e a rodovia BR 324.
São Gonçalo do Retiro	Inspirado no nome da novela do mesmo nome de Dias Gomes. Antes Fazenda era denominada como Fazendão Pompilho que ficava atrás da Rodoviária.	Ano de 1970.	Próxima a Pernambués, Retiro e Brotas.
Saramandaia	Nome derivado do animal (onça sussuarana). Era formado por propriedades rurais e criadouros de gado, onde abundavam cajueiros e jenipapeiros.	Ano de 1970.	Entre Mata Escura, São Marcos, Mata Escura e Nova Sussuarana.
Sussuarana	Dois possibilidades, a primeira está relacionada a “brejo”, devido às pequenas lagoas na região; a segunda é a denominação “Pés de boi” relacionada antigamente à rota de grandes fazendeiros com boiadas, o que teria levado à origem do nome Pernambués. A formação do território está vinculada à transição de área rural para urbana, onde os antigos moradores da fazenda estabeleceram redes de sobrevivência através do comércio informal de frutas nos polos comerciais do Pelourinho, Sete Portas e Água de Meninos.	A partir do ano de 1950.	Divisa com o Bairro Beiru/Tancredo Neves.

Fonte: Elaboração da autora com base em Santos et al. (2010) e Nunes (2016).

Esses bairros seguem como símbolos de resistência e identidade coletiva do antigo Quilombo do Cabula. A ligação entre o Quilombo do Cabula, o nome “Cabula” e os terreiros de matriz Banto da região é evidente. O termo tem origem em um ritual banto-angolano trazido por africanos vindos de Angola, também colonizada por Portugal. Esse rito, associado à proteção espiritual e à resistência contra os senhores escravistas, influenciou o surgimento de cultos como a umbanda e a quimbanda. Mesmo após a abolição da escravidão nessa conjuntura, a Cabula permaneceu viva nas disputas internas das comunidades negras, refletindo desafios persistentes diante de novas formas de opressão (CONCEIÇÃO et al., 2003).

Como aponta Nascimento (1985), a partir dos anos 1970, no Brasil, os quilombos passaram a ser ressignificados como símbolos de resistência e afirmação identitária, inspirando movimentos sociais e intelectuais negros a reivindicar o quilombo como referência política e cultural contra o apagamento histórico. Nessa perspectiva, acadêmicos oriundos de universidades públicas e movimentos sociais do bairro do Beiru desempenharam papel central na visibilização das memórias do Quilombo do Cabula e do Negro Beiru, rompendo com narrativas hegemônicas que, por décadas, silenciaram a contribuição negra na formação da cidade.

Conforme analisa Bispo (2015), a categoria “quilombo” passou por um processo de ressignificação radical ao longo da história brasileira. Se, no período colonial, o termo foi usado para criminalizar formas de organização negra e indígena fora do controle estatal, nas últimas décadas passou a simbolizar autonomia, direito ao território e resistência contra-colonial. Essa virada conceitual não se deu de forma linear, mas como parte de uma disputa simbólica e filosófica entre dois modos de compreender o mundo: a transfluência, lógica colonizadora, vertical e monista; e a confluência, lógica circular, plural e ancestral, baseada na convivência entre diferentes cosmovisões.

Nesse sentido, o antigo Quilombo do Cabula, enquanto espaço ancestral e comunitário, representa mais do que uma referência histórica: é também um território de confluência, onde saberes afro-indígenas foram preservados e transformados em práticas coletivas de resistência e reexistência.

Essa capacidade de ressignificar termos como “quilombo”, transformando-os de categorias pejorativas em instrumentos de luta, revela o que Bispo (2015) chama de refluxo filosófico, um movimento de pensamento circular e insurgente que subverte a lógica colonial e afirma novas formas de existir e resistir nos territórios afro-indígenas.

Ao reafirmar a história do território a partir de suas raízes afro-brasileiras, essas iniciativas inserem o espaço urbano nas disputas por memória, identidade e resistência cultural.

Como enfatiza a Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro (ACCMN), em parceria com lideranças comunitárias e acadêmicas, a produção do livro *Beiru* marcou um passo importante nessa trajetória, afirmando: “Contar a história de Beiru é contar um pouco da vida de cada um que mora no bairro. É recontar a própria história” (Accmn, 2007, p. 14).

Para compreender a origem dessa resistência e as raízes do pertencimento comunitário que ainda hoje inspiram essas ações, é fundamental reconhecer que o Quilombo do Cabula foi um dos principais focos de resistência de africanos escravizados no século XIX. Assim como outros quilombos históricos, como os de Nossa Senhora dos Mares, do Urubu e do Buraco do Tatu, expressava a luta contínua contra a escravidão e o desejo de liberdade (Conceição et al., 2003).

Desde o século XVIII, o termo “quilombo” já era empregado pelas autoridades portuguesas para designar núcleos de negros livres, considerados uma ameaça à ordem, revelando o temor colonial diante da organização dos escravizados (NASCIMENTO, 1985). Para compreender a origem e a dimensão histórica desses espaços de resistência, é importante observar como os próprios colonizadores definiam, à época, o termo “quilombo”.

Segundo Nascimento (1985, p. 43):

A primeira referência a quilombo que surge em documento oficial português data de 1559, mas somente em 1740, em 2 de dezembro, assustadas frente ao recrudescimento dos núcleos de população negra livres do domínio colonial, depois das guerras do nordeste no século XVII, as autoridades portuguesas definem, ao seu modo, o que significa quilombo: “toda a habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Essa definição institucional de quilombo revela o quanto as autoridades coloniais temiam a existência de resistências formadas por povos africanos. O Quilombo do Cabula enquadrava-se exatamente nesse perfil de oposição que o poder buscava suprimir. A história de Beiru tem origem quilombola, integrando o antigo Quilombo do Cabula, destruído em 1807 por ordem do Conde da Ponte, quando o capitão-mor reprimiu práticas culturais e arrasou o quilombo, que servia como refúgio para indígenas e africanos escravizados (Conceição et al., 2003; Martins, 2017).

Após a destruição do quilombo, as terras foram loteadas e vendidas como estratégia para evitar novas rebeliões.

Segundo Matta, Paula e Amorim (2020), a ocupação da região por fazendeiros aliados à Coroa tinha como objetivo manter vigilância constante sobre o local. Ainda assim, muitos remanescentes permaneceram, camuflando práticas religiosas de matriz africana em ritos católicos e preservando saberes por meio da oralidade e das tradições locais. A produção agrícola, como a laranja-de-umbigo, e o comércio popular também garantiram a permanência dessas comunidades no território, mesmo diante do controle e da invisibilização.

Em 1839, as terras da Marquesa de Niza, associadas ao Quilombo do Cabula, foram vendidas ao capitão Thomás Silva Paranhos (Martins, 2017) e, mais tarde, adquiridas pela família Garcia D'Ávila, que instalou a Fazenda Campo Seco.

Nesse panorama histórico, o africano Beiru (Gbeiru, em iorubá), oriundo de Oiô, na Nigéria, foi trazido para a região e recebeu do senhor Hélio Silva Garcia uma porção de terras destinada a negros fugidos, onde muitos permaneceram até 1910. Após sua morte, a fazenda foi rebatizada em sua homenagem, e a urbanização teve início com Miguel Arcanjo, líder espiritual falecido em 1941, que arrendou parte das terras a José Evangelista de Souza (conhecido como Seu Cazuzá). Essa área abrangia o atual fim de linha do bairro, local onde se encontra a Rua Paraíba (Accmn, 2007).

Um dos espaços impactados pela desapropriação foi o Terreiro Amburaxó, localizado na atual sede da 11ª Delegacia de Beiru/Tancredo Neves. Segundo Gigio, ex-filho-de-santo, os rituais ocorriam sob árvores sagradas ainda existentes nesse local. Ele resgatou a memória afro-religiosa do bairro, citando terreiros Banto históricos como Amburaxó, Tumbenci, Tumba Junçara e São Roque (Accmn, 2007; Conceição et al., 2003).

Além disso, Maria Genoveva do Bonfim, conhecida como Maria Neném (1865–1945), foi uma das maiores lideranças do Candomblé Angola na Bahia. Iniciada no Terreiro Tumbenci, fundado em 1850 por Roberto Barros Reis (Tata Kinunga), assumiu sua liderança em 1909. Essa casa, considerada a mais antiga da Nação Angola no estado, ocupava uma vasta área entre as fazendas Beiru e São Gonçalo. Respeitada por sua autoridade, Maria Neném foi a única Mãe de Santo local que não sofreu perseguição do delegado Pedro Gordilho, nos anos 1920. Após seu falecimento, sua filha Ilza Rodrigues assumiu o terreiro em 1975, preservando seu legado (Costa, 2018).

Ainda segundo Costa (2018), além de conduzir os rituais e festas tradicionais com firmeza e respeito, Maria Neném era reconhecida por seu vasto conhecimento de ervas, raízes e cascas, com as quais preparava remédios, unguentos e garrafadas que curavam membros da comunidade em um período de escassa assistência médica. Cultuava caboclas associadas às águas doces e salgadas, bem como aos astros, e tinha profunda relação espiritual com a terra,

morada de seu Inquice Cavungo (entidade sagrada da terra e da ancestralidade no Candomblé Angola).

Sua atuação indica o papel central das lideranças de matriz africana, que exerceram funções espirituais, sociais e terapêuticas na formação de bairros periféricos como o Beiru. Essas práticas de resistência e cuidado coletivo, mantidas mesmo diante de perseguições, contribuíram para que, décadas depois, houvesse avanços importantes no reconhecimento de direitos culturais no Brasil.

Cem anos após a abolição, o Estado brasileiro reconheceu simbolicamente direitos culturais dos povos negros. O artigo 215 da Constituição de 1988 tornou-se marco importante ao assegurar o direito à diversidade, incluindo manifestações afro-brasileiras, indígenas e populares (Brasil, 1988).

Na região do Beiru, esse protagonismo religioso se materializou especialmente nos terreiros de tradição Banto, fundamentais para a memória religiosa do território. Entre os primeiros destacam-se: Amburaxó (fundado por Miguel Arcanjo), Tumba Junçara (de Manuel Ciriaco), Santa Cruz e São Roque, este último situado no Largo do Anjo Mau, também chamado Jaqueira da Cebolinha. Miguel Arcanjo, como babalorixá, fundou a Nação Amburaxó com seus discípulos, originando diversos terreiros que perpetuaram a tradição. Após sua morte, as terras foram herdadas por seus descendentes (Accmn, 2007).

Entretanto, essas tradições e territórios sagrados passaram a ser ameaçados pelas políticas de urbanização implementadas no final do século XX, que transformaram radicalmente o bairro.

Em 1979, o então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, decretou a desapropriação dos proprietários da região do Beiru como parte de um plano de urbanização. Cerca de 600 títulos simbólicos de doação de terreiros foram entregues às autoridades envolvidas na reestruturação urbana (Bispo et al., 2002).

Diante do apagamento religioso e territorial, destaca-se o Ilê Axé Tomi Bocum (Águas Sagradas), fundado por Manoel Rufino, ex-filho de santo de Miguel Arcanjo, que havia iniciado sua trajetória no Terreiro Massanganga de Indú duxó, antes de seguir pela tradição Ketu (Costa, 2018).

Localizado próximo a um campinho no Bairro Arenoso, o terreiro era marcado pelo som dos atabaques que ecoavam por toda a tarde. Sua destruição, para a construção de uma igreja, apagou saberes ancestrais e desmatou árvores sagradas, representando a perda de uma fonte histórica viva (Accmn, 2007).

A ausência de registros online reforça o silenciamento imposto às memórias afro-religiosas, cujas referências sobrevivem dispersas em acervos físicos, pesquisas acadêmicas, produções comunitárias e narrativas orais.

Esse processo de invisibilização caminhou lado a lado com a urbanização dos territórios do Quilombo do Cabula, que ocorreu de forma tardia e marcada por desigualdades estruturais.

Embora iniciada no século XIX, a urbanização só se intensificou na década de 1940, com a expansão de Salvador e a chegada de instituições públicas (Santos; Brasil, 2022).

De acordo com a Prefeitura de Salvador (2015), o crescimento urbano, impulsionado pelo êxodo rural e pela crise agrícola nas décadas de 1940 e 1950, gerou uma ocupação desigual: enquanto bairros do miolo como Cabula e Pernambués receberam áreas precárias e loteamentos clandestinos, a orla foi alvo de intensa valorização imobiliária, empurrando populações de baixa renda para regiões marginalizadas e acentuando a segregação socioespacial que ainda marca a cidade.

Alguns marcos foram fundamentais nesse processo: a construção do 19º Batalhão de Caçadores (1942), a edificação da Avenida Silveira Martins (1966), a criação da Coelba (1970), a fundação da Embasa (1976) e a inauguração do Hospital Geral Roberto Santos e da UNEB em 1978 (Martins, 2017).

Em 1985, durante a redemocratização, um referendo alterou oficialmente o nome do bairro Beiru para Tancredo Neves, em homenagem ao ex-presidente falecido. A justificativa foi de que o nome “Beiru” carregava conotações negativas e reforçava a imagem violenta da região. Como publicado no jornal *A Tarde* (1987, p. 4): “A maioria da população tem vergonha de falar onde mora porque o nome Beiru não assenta bem, devido a seu passado violento [...]. Tem a questão da rima imoral [...]”.

No século XX, já no período republicano, os terreiros de candomblé se multiplicaram nas regiões do Cabula, emergindo do anonimato. Hoje, podem ser compreendidos como reconfigurações materiais e simbólicas dos antigos quilombos urbanos. Apesar da fragmentação causada pela urbanização, mantêm práticas culturais, redes de solidariedade e formas de resistência. No contexto do Beiru, o terreiro não é apenas templo religioso, mas expressão contínua da luta histórica por espaço, dignidade e permanência da população negra.

Já nos anos 2000, houve nova tentativa de apagamento simbólico. Dionísio Juvenal, presidente do Conselho de Moradores, realizou um plebiscito para consolidar o nome Tancredo Neves. Segundo reportagem de *A Tarde* (2000, p. 4), “dos 5.500 votantes, 5 mil optaram pelo nome proposto [...]”. A iniciativa também buscava desvincular o bairro de seus antigos “proprietários”, visando contornar o impasse fundiário da área.

No entanto, essa tentativa de renomeação não foi aceita sem resistência. A partir de 2005, o bairro passou a ser reconhecido por ambos os nomes, Beiru e Tancredo Neves, graças à mobilização de coletivos locais como a Accmn e o Fórum Comunitário. Essas organizações resistiram ao apagamento simbólico e reafirmaram o nome original como símbolo de memória, pertencimento e ancestralidade.

Em 2017, foi oficializada a dupla nomeação do bairro como Beiru/Tancredo Neves, consolidando a coexistência de duas narrativas: uma institucional e outra comunitária (Lopes, Borges e Araújo, 2022). Essa disputa evidencia um processo permanente de resistência e resgate da história afrodescendente, sustentado pelas memórias orais dos moradores.

Atualmente, tramita na Câmara Municipal de Salvador um projeto de lei que propõe a mudança definitiva do nome do bairro para sua designação ancestral: Beiru. A proposta, em análise pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), busca fortalecer a identidade local, promover o respeito à diversidade cultural e combater a intolerância racial (*A Tarde*, 2024).

Mesmo no século XXI, 137 anos após a abolição, persistem marcas profundas do passado colonial. Se as histórias dos povos quilombolas, negros e afroindígenas não forem registradas e difundidas, continuarão a prevalecer versões distorcidas impostas pelos colonizadores. Como alerta Adichie (2019, p. 14): “A consequência da história única é esta: ela rouba a dignidade das pessoas. Dificulta o reconhecimento da nossa humanidade em comum. Enfatiza como somos diferentes, e não como somos parecidos.”

Assim como o Cabula, o bairro Beiru/Tancredo Neves preserva raízes afroindígenas e exibe marcas de violência que compõem o pano de fundo de um processo mais amplo de apagamento religioso e territorial. Ainda assim, a comunidade continua a reivindicar seus símbolos, práticas culturais e memórias, reafirmando o direito à permanência e à identidade ancestral.

A Tabela 1 evidencia contrastes demográficos significativos entre os bairros que integravam o antigo Quilombo do Cabula, revelando padrões de esvaziamento, adensamento e manutenção populacional que refletem as desigualdades históricas na ocupação e no acesso à infraestrutura urbana.

Tabela 1 - Dados populacionais dos bairros pertencentes ao Antigo Quilombo do Cabula

Censos demográficos de 2010/2022 dos bairros do Antigo Quilombo do Cabula						
Nome do Bairro	Área em ha	Área em km²	População 2010	População 2022	2010 Densidade Populacional Bruta (hab/ha)	2022 Densidade Populacional Bruta (hab/ha)
Arenoso	55	0,55	16.604	11.506	301,89	209,18
Arraial do Retiro	57,68	0,58	8.938	6.758	154,96	117,16
Barreiras	91,14	0,91	17.960	16.847	197,06	184,84
Beiru/Tancredo Neves	160,21	1,6	50.416	38.329	314,69	239,24
Cabula	343,88	3,44	23.869	21.825	69,41	63,46
Doron	34,21	0,34	8.742	4.471	255,54	130,68
Engomadeira	35,4	0,35	12.550	8.581	354,52	242,40
Fazenda Grande do Retiro	148,29	1,48	53.806	41.056	362,84	276,86
Mata Escura	277,64	2,78	32.349	25.385	116,51	91,43
Narandiba	112,37	1,12	14.368	16.758	127,86	149,13
Novo Horizonte	100,88	1,01	12.952	14.985	128,39	148,54
Pernambués	317,31	3,17	64.983	52.564	204,79	165,65
Resgate	44,3	0,44	6.708	5.946	151,42	134,22
Saboeiro	101,82	1,02	6.682	6.742	65,63	66,21
Saramandaia	32,77	0,33	11.272	9.879	343,97	301,44
São Gonçalo do Retiro	75,41	0,75	17.275	14.817	229,08	196,48
Sussuarana	154,64	1,55	28.809	25.693	186,30	166,15

Fonte: elaborada pela autora com base nos dados demográficos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010, 2022) e pela Prefeitura de Salvador (2023), isolando os bairros que compõem historicamente a região do antigo Quilombo do Cabula.

Dados do IBGE (Censos 2010-2022)², divulgados pelo site Dados Salvador, mostram queda expressiva na população de bairros historicamente negros, como Beiru/Tancredo Neves (de 50.416 para 38.329), Engomadeira (de 12.550 para 8.581) e Pernambués (de 64.983 para 52.564). A densidade populacional também caiu: em Beiru, de 314,69 para 239,24 hab/ha; e em Engomadeira, de 354,52 para 242,40 hab/ha, sinalizando um esvaziamento gradual.

Em contrapartida, bairros vizinhos como Narandiba e Novo Horizonte apresentaram crescimento populacional: Narandiba passou de 14.368 para 16.758 habitantes, enquanto Novo Horizonte foi de 12.952 para 14.985 moradores. Esse movimento aponta para um processo de

² ha = hectares; km² = quilômetros quadrados; hab/ha = habitantes por hectare.

valorização imobiliária em áreas com mais investimentos, enquanto os antigos territórios negros perdem moradores e relevância simbólica.

Essa dinâmica revela um modelo urbano excludente, alimentado pela violência estrutural, especulação imobiliária e abandono estatal. A redução populacional nesses bairros não é neutra: reflete a continuidade do apagamento das memórias afro-indígenas e a dificuldade de permanência das comunidades em seus territórios de pertencimento.

Embora o foco deste estudo sejam as narrativas dos moradores da Rua Paraíba, os dados do Censo de 2010 e 2022 revelam um processo mais amplo de desterritorialização, marcado pelo enfraquecimento dos vínculos entre comunidades negras e os espaços de vivência. Esse afastamento das moradias tradicionais reforça a urgência em preservar as memórias coletivas, que representam formas de resistência frente ao apagamento histórico.

A análise comparativa entre população e densidade não será aprofundada neste trabalho; contudo, os dados indicam uma tendência preocupante de esvaziamento nos bairros do Antigo Quilombo do Cabula, apontando para a necessidade de estudos futuros sobre os impactos dessas transformações.

Para contextualizar espacialmente a Rua Paraíba, apresenta-se a Tabela 2, que reúne os logradouros oficiais do bairro Beiru/Tancredo Neves, com base em dados cartográficos da Prefeitura de Salvador e da Fundação Mário Leal Ferreira (Fmlf, 2021). A sistematização por nome-base e tipo de via (rua, travessa, alameda etc.) permite observar repetições toponímicas e relações simbólicas na nomeação dos espaços urbanos.

Essa classificação e padronização dos nomes foram realizadas pela autora, destacando a Rua Paraíba, sinalizada na tabela em negrito, com fundo preto, texto branco e sublinhado para facilitar sua localização. A Tabela 2 não será analisada em profundidade, mas funciona como recurso de apoio para compreender a inserção simbólica e histórica da Rua Paraíba no conjunto urbano e identitário do bairro.

A valorização da toponímia local, entendida como expressão de memória coletiva, fortalece a leitura afetiva do território e reafirma a importância de nomes que resistem como marcos da ancestralidade.

Tabela 2 - Logradouros do Beiru/Tancredo Neves, agrupados por nome base e sem variação

Distribuição dos logradouros no bairro do Beiru/Tancredo neves (Salvador-BA)					
NOME BASE	RUA	TRAVESSA	ALAMEDA	PRAÇA	AVENIDA
8 de Dezembro	Rua 8 de Dezembro	Travessa 8 de dezembro	-	-	-

Agenor Matos	Rua Agenor Matos	Travessa Agenor Matos	-	-	-
		4ª Travessa Agenor Matos	-	-	-
Alagoas	Rua Alagoas	Travessa Alagoas	-	-	-
Arvoredo	-	-	Alameda Arvoredo	Praça Arvoredo	-
Asteca	Rua Asteca	Travessa Asteca	-	-	-
Bahia	Rua Bahia	Travessa Bahia	-	-	-
Bastos	-	Travessa Bastos	-	-	-
		1ª Travessa Bastos	-	-	-
Belamim	-	Travessa Belamim	-	-	-
		1ª Travessa Belamim	-	-	-
Betel	Rua Betel	1ª Travessa Betel	-	-	-
Boa Vista	Rua Boa Vista de Tancredo Neves	Travessa Boa Vista	-	-	-
Cristiane	Rua Cristiane	Travessa Cristiane	-	-	-
Delmar	Rua Delmar	Travessa Delmar	-	-	-
Estrela	-	-	Alameda Estrela Nova		
	-	-	Alameda Estrela de Tancredo Neves	-	-
Fernando	Rua Fernando Hernandes Gentil	-	-	-	-
	Rua Fernando Luiz	-	-	-	-
	Rua Fernando Wilson Magalhães	-	-	-	-
Filomena	Rua Filomena	Travessa Filomena	-	-	-
Freitas	Rua Átila Freitas	-	-	-	-
	Rua Luiz Freitas	-	-	-	-
	Rua Tuane Freitas	-	-	-	-

Gabriel Monteiro Castro	Rua Gabriel Monteiro de Castro	3ª Travessa Gabriel Monteiro de Castro	-	-	-
Gilson Fonseca	Rua Gilson Fonseca	Travessa Gilson Fonseca	-	-	-
Goianases	Rua Goianases	1ª Travessa Goianases	-	-	-
Guanabara	Rua Guanabara	Travessa Guanabara	-	-	-
Guiné	-	Travessa de Guiné	-	-	-
	-	1ª Travessa da Guiné	-	-	-
Júlio Cesar	Rua Júlio Cesar	Travessa Júlio Cesar	-	-	-
Luís Cabral	Rua Luís Cabral	Travessa Luís Cabral	Alameda Luís Cabral	-	-
Lua Nova	Rua Lua Nova	Travessa Lua Nova	-	-	-
Maranguape	Rua Maranguape	Travessa Maranguape	-	-	-
Março	Rua 9 de Março	-	-	-	-
	Rua 23 de Março	2ª Travessa 23 de Março	-	-	-
	Rua 24 de Março	2ª Travessa 24 de Março	-	-	-
	-	1ª Travessa 24 de Março	-	-	-
Palmeiras	Rua das Palmeiras	Travessa das Palmeiras	-	-	-
Paraná	Rua Paraná	Travessa Paraná	-	-	-
Paraíba	Rua Paraíba	Travessa Paraíba	-	-	-
Paraíso	Rua Paraíso	Travessa Paraíso	-	-	-
Piauí	Rua Piauí	2ª Travessa Piauí	-	-	-
	-	3ª Travessa Piauí	-	-	-
	-	4ª Travessa Piauí	-	-	-
Rufino	Rua Manoel Rufino	Travessa Manoel Rufino	-	-	-
Ruy Barbosa	Rua Ruy Barbosa	Travessa Ruy Barbosa	-	-	-
	-	Travessa Santa Madalena	-	-	-
	Rua Santa Tereza	Travessa Santa Maria	-	-	-

São Jorge	-	Travessa São Jorge	-	-	-
		Travessa São Jorge da Bela Vista	-	-	-
São João	-	-	-	-	Avenida São João
	-	-	-	-	2ª Avenida São João
São Luís	Rua São Luís	1ª Travessa São Luís	-	-	Avenida São Luís
		2ª Travessa São Luís	-	-	-
São Paulo	Rua São Paulo	-	-	-	Avenida São Paulo
Sobral	Rua Sobral	2ª Travessa Sobral	-	-	Avenida Sobral
	-	3ª Travessa Sobral	-	-	
Tancredo Neves	Rua São Roque de Tancredo Neves	-	-	-	-
	Rua Senhor do Bonfim de Tancredo Neves	-	-	-	-
	Rua Direta de Tancredo Neves	-	-	-	-
	Rua São Jorge de Tancredo Neves	Travessa São Jorge de Tancredo Neves	-	-	-
Rua Valdinei Teixeira	-		-	-	
Teixeira	Rua Vera Lúcia Teixeira	-	-	-	-
	Rua Paulo Valverde	Travessa Paulo Valverde	-	-	-
Washington	Rua Washington	Travessa Washington	-	-	Avenida Washington
	-	1ª Travessa Cometa	-	-	-
	-	3ª Travessa Gabriel	-	-	-

Sem variação		Monteiro de Castro			
	-	-	Alameda Constelação	-	-
	-	-	Alameda Lua Branca	-	-
	-	-	-	Praça Nova República	-
Sem variação	Rua 2 de Maio	-	-	-	-
	Rua 4 de Setembro	-	-	-	-
	Rua 27 de Janeiro	-	-	-	-
	Rua Abimael Teixeira	-	-	-	-
	Rua Afra Dias Ferreira	-	-	-	-
	Rua Almir Nascimento	-	-	-	-
	Rua Alvorada	-	-	-	-
	Rua Amazonas	-	-	-	-
	Rua Aracaju	-	-	-	-
	Rua Ari Alex Brust	-	-	-	-
	Rua Armando Souza	-	-	-	-
	Rua Águas Verdes	-	-	-	-
	Rua Belo Horizonte	-	-	-	-
	Rua Carla	-	-	-	-
	Rua Castro Araujo	-	-	-	-
	Rua Corina Barradas	-	-	-	-
	Rua Creuza de Jesus	-	-	-	-
	Rua Cristóvão Ferreira	-	-	-	-
	Rua da Arruda	-	-	-	-

	Rua da Romã	-	-	-	-
	Rua Davi Ferreira Reis	-	-	-	-
	Rua do Alecrim	-	-	-	-
	Rua Edson Farias	-	-	-	-
	Rua Eduardo Silva	-	-	-	-
	Rua Enoque dos Reis	-	-	-	-
	Rua Eronilde Bispo Santos	-	-	-	-
	Rua Fabrício Hertz	-	-	-	-
	Rua Fé em Deus	-	-	-	-
	Rua Hércules Santos	-	-	-	-
	Rua Irmã Dulce	-	-	-	-
	Rua Isaias Oliveira	-	-	-	-
	Rua Ivanildo Queiroz Brito	-	-	-	-
	Rua Jaci Greco	-	-	-	-
	Rua Jaime Jansen Muller	-	-	-	-
	Rua Jeronimo Barros Mota	-	-	-	-
	Rua Joana Rosa Teixeira	-	-	-	-
	Rua João Luiz Alves	-	-	-	-
	Rua Leão Velame	-	-	-	-
	Rua Manoel do Carmo Dias	-	-	-	-
	Rua Marilene	-	-	-	-

Sem variação	Rua Mario de Aleluia Rosa	-	-	-	-
	Rua Mary Barradas	-	-	-	-
	Rua Neuza Mendes Barbosa	-	-	-	-
	Rua Neylton Souto de Silveira	-	-	-	-
	Rua Nossa Senhora da Conceição	-	-	-	-
	Rua Nossa Senhora de Fátima	-	-	-	-
	Rua Nossa Senhora do Rosário	-	-	-	-
	Rua Olga Rocha	-	-	-	-
	Rua Orlando Sales	-	-	-	-
	Rua Osmário José Silva	-	-	-	-
	Rua Pernambuco	-	-	-	-
	Rua Rosa Verena	-	-	-	-
	Rua Rosineide	-	-	-	-
	-	Travessa São Roque	-	-	-
	Rua Santa Catarina	-	-	-	-
	Rua Sergipe	-	-	-	-
	Rua São Bento	-	-	-	-
	Rua São Jerônimo	-	-	-	-
	Rua São José	-	-	-	-
	Rua Thomas Edison	-	-	-	-
Rua Vila Natal	-	-	-	-	
-	Travessa Adriana Lima	-	-	-	

Sem variação	-	Travessa Bruna Lopes	-	-	-		
	-	Travessa Cândido de Melo	-	-	-		
	-	Travessa Conceição Gomes	-	-	-		
	-	Travessa Falcão	-	-	-		
	-	Travessa Graça Maria	-	-	-		
		Travessa Havaí	-	-	-		
	-	Travessa Hugo de Assis	-	-	-		
	-	Travessa Inácio Mendes	-	-	-		
	-	Travessa da Jaqueira	-	-	-		
	-	Travessa Lourival	-	-	-		
	-	Travessa Maria José	-	-	-		
	-	Travessa Oswaldo Pereira	-	-	-		
	-	Travessa Pedro Ferreira	-	-	-		
	-	Travessa do Poço	-	-	-		
	-	Travessa Raimundo Sodré	-	-	-		
	-	Travessa Regiane	-	-	-		
	-	Travessa Rosimeire Santos	-	-	-		
	Sem variação	-	Travessa Santa Cecília	-	-	-	
	Total com variação	Total de Ruas	Total de Travessas	Total de Alameda	Total de Praça	Total de Avenidas	Total de Logradouros
126	113	66	6	2	4	191	
65,97%	59,16%	34,55%	3,14%	1,05%	2,09%		

Fonte: Elaborado pela autora baseado nos dados cartográficos do bairro disponível pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS)/ Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, 2021).

A Tabela 2 foi elaborada com base na cartografia oficial da Prefeitura de Salvador, organizada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF, 2021). A partir dela, sistematizaram-se 191 logradouros do bairro Beiru/Tancredo Neves: 113 ruas (59,16%), 66 travessas (34,55%), 6 alamedas (3,14%), 2 praças (1,05%) e 4 avenidas (2,09%).

A Rua Paraíba destaca-se como espaço simbólico e ponto de partida para a escuta, a mediação e a construção coletiva da memória. Os logradouros foram divididos em duas categorias:

- **Nomes Base:** agrupam vias que compartilham a mesma raiz toponímica, como “Rua Bahia” e “Travessa Bahia”, indicando relação entre os nomes (ex.: Rua Bahia e Travessa Bahia).
- **Sem variação:** logradouros sem relação nominativa entre si (ex.: Rua 2 de Maio).

A escolha por incluir todos os tipos de vias reflete o reconhecimento da diversidade toponímica como expressão da identidade do bairro. Dos 191 logradouros, 126 (65,62%) compartilham nomes base, como a Rua e a Travessa Paraíba, reforçando os vínculos simbólicos entre território e memória.

Esse recurso cartográfico amplia a compreensão do bairro como espaço vivo e nomeado, onde os logradouros narram fragmentos de história e resistência. A sistematização dos nomes permite visualizar processos de urbanização, apagamento e ressignificação identitária que se materializam na linguagem urbana.

Apesar de sua relevância, o levantamento apresenta defasagem: dados mais recentes dos Correios indicam 452 logradouros registrados, listados apenas sob o nome Tancredo Neves, suprimindo a denominação original Beiru. Em contraste, a cartografia da Fmlf(2021) reconhece ambas as nomenclaturas e seus contextos sócio-históricos.

Essa divergência entre instituições evidencia como o poder público pode tanto reconhecer quanto apagar a história local, especialmente quando se trata de comunidades negras e periféricas.

É pertinente questionar por que nenhum logradouro do bairro Beiru/Tancredo Neves homenageia o Negro Beiru, figura associada à origem do bairro e ao Quilombo do Cabula (ver Tabela 2). Tanto nos dados da Pms/Fmlf(2021) quanto no site dos Correios, não há vias com esse nome. Supõe-se que, se nomes com referência afro-indígena existiram, foram apagados durante a urbanização, sobretudo com a renomeação massiva iniciada na década de 1980.

Esse processo é revelador: enquanto nomes como Rua Direta de Tancredo Neves se multiplicam, memórias fundadoras como a do Beiru são invisibilizadas. A substituição toponímica reforça o apagamento histórico que atravessa esses espaços urbanos.

Assim, a tabela de logradouros não é apenas um instrumento técnico: é também uma ferramenta crítica, que permite ler o bairro como território vivo, marcado por resistências e identidades. Esta pesquisa vai além da descrição histórica, buscando, por meio de entrevistas semiestruturadas e escuta sensível, reconstruir as narrativas que emergem da Rua Paraíba, espaço de afetos, memórias e pertencimento.

A consolidação do Beiru como território quilombola urbano vai além de um sentido jurídico ou oficial: é um processo que persiste nas práticas culturais, na memória popular e até nas ausências, como o não reconhecimento oficial de sua origem. A figura de Gbeirú, embora não tenha comprovação documental de existência no período do Quilombo do Cabula, resiste como tradição oral de ancestralidade (Martins, 2017).

No século XIX, com o avanço da urbanização pela antiga Estrada das Boiadas que partia da Ladeira do Cabula até a atual BR-324, na altura da Rua Cristiano Buys, a região do Cabula foi gradualmente incorporada à expansão urbana. Essa estrada real, articulada à via que seguia para Itapuã e o litoral norte, tornou-se um dos principais vetores de ocupação das regiões periféricas da capital baiana (Matta; Silva; Amorim, 2020).

A localidade também mantinha conexões com Pirajá, e relatos históricos indicam que, durante ações de resistência, quilombolas utilizavam alarmes sonoros, imitando o som de chifres de boi, para alertar companheiros do Quilombo do Urubu sobre a aproximação de soldados (Martins, 2017).

Com base em relatos orais, supõe-se que a Rua Paraíba tenha se originado em um antigo arraial ou quilombo, vinculado a práticas de resistência territorial e espiritual. Essa hipótese é reforçada pela toponímia de origem tupi-guarani e por referências a árvores “Paraíba”, usadas para subsistência, elementos que alimentam a memória coletiva e reafirmam esse local como espaço de ancestralidade tanto indígena quanto africana.

Essas memórias, embora fragmentadas e silenciadas ao longo dos séculos, resistem nas narrativas locais, nas práticas culturais e nas disputas simbólicas pelo território, como revela a própria trajetória da Rua Paraíba.

A partir dessas perspectivas, o território do Beiru pode ser compreendido como espaço de confluência e resistência, em que os saberes afro-indígenas, mesmo sob pressões de apagamento simbólico, se reconstróem por meio das relações locais. Para Bispo (2015), o quilombo ressignificado é um símbolo dinâmico de luta, memória e autonomia, expressão de

um refluxo filosófico que subverte a lógica colonial/colonialidade e afirma novas formas de existir.

Em diálogo, Milton Santos (1998) compreende o território como espaço vivido e usado, marcado por conflitos entre as verticalidades do sistema (normas globais, forças de dominação) e as horizontalidades do cotidiano (solidariedade, afetos e pertencimento). Nesse campo de tensões, o Beiru, como remanescente do Quilombo do Cabula, emerge não apenas como herança histórica, mas como território ativo de reinvenção identitária, onde o lugar torna-se sede da resistência e da reexistência comunitária.

A seção subsequente aprofunda a análise desse local como espaço carregado de memórias, afetos e significados históricos.

2.3 A RUA PARAÍBA: UM ESPAÇO DE MEMÓRIAS E AFETOS

A cartografia da Rua Paraíba (Figura 1), editada pela pesquisadora na plataforma Google My Maps (2025), destaca pontos de referência da vizinhança local. A linha vermelha demarca o traçado da rua, considerada eixo central do bairro Beiru/Tancredo Neves. Em azul, estão assinalados os colégios estaduais Zumbi dos Palmares e Edvaldo Fernandes, instituições integradas que atendem grande parte da juventude da região.

O alfinete azul-marinho indica a Lanchonete e Padaria do Edy, ponto tradicional que simboliza a rotina cotidiana da Rua Paraíba. Ícones laranja e vermelhos destacam espaços de culto afro-brasileiro, como os terreiros Tumbenci (fundado em 1850), Olufanjá (1969) e Ilê Axé Omim Ojú Obá Arô (data desconhecida), reforçando a presença de tradições religiosas e culturais. Nesse cenário, a Rua Paraíba afirma-se como território de enfrentamento diante do apagamento histórico.

As ruas Belo Horizonte e Jaci Greco, destacadas em verde, representam conexões diretas com a Rua Paraíba e foram mencionadas pelos participantes da live 1, analisada no Capítulo 6, seção 6.2, que também relataram a origem de seus nomes, reforçando sua importância na comunidade. Os círculos marrons indicam a localização de comércios, escolas, lojas, salões, farmácias e outros pontos de referência ao longo da via. A presença da cruz marca espaços de religiosidade cristã. Cabe ressaltar que os feirantes, por não possuírem estruturas comerciais fixas, não foram incluídos na cartografia.

O recorte cartográfico da Figura 1 contribui para o entendimento da dimensão espacial do território, conectando elementos como equipamentos educacionais, comércio local e centros de culto afro-brasileiro.

frequentemente invisibilizadas, mas essenciais para compreender o território, a cultura e as dinâmicas sociais do bairro.

Nesse contexto, a marginalização do Cabula, assim como de outras áreas historicamente periféricas, não decorre apenas da expansão urbana, mas resulta de processos deliberados do Estado que, desde o período colonial, reconfigurou o território para relegar povos indígenas e africanos às margens sociais e espaciais (conforme discutido na seção 2.1).

Ao favorecer a especulação imobiliária e ignorar os vínculos culturais e religiosos da população local, o poder público atuou como agente de desestruturação e apagamento histórico. Martins (2017) reforça essa constatação ao demonstrar como projetos urbanísticos implementados no Cabula, na segunda metade do século XX, contribuíram para a eliminação de referências quilombolas e a expulsão de moradores tradicionais.

Apesar desse processo de apagamento, as práticas, saberes e valores cultivados pelos habitantes das periferias persistiram. A memória coletiva permanece como forma de resistência e reafirmação identitária, sustentando os laços comunitários frente às tentativas de silenciamento.

Halbwachs (1990) define a memória coletiva como elo entre o indivíduo e a comunidade, enquanto Tognoli (2009, p. 128) acrescenta que ela “concentra todo o conjunto de acontecimentos sociais e culturais importantes para uma coletividade, mantendo vivas [...] todas as crenças e costumes que, em algum momento, foram estabelecidos”.

Com base nessa perspectiva, este capítulo revisita o passado da Rua Paraíba como expressão concreta da memória e das vivências comunitárias do bairro Beiru. Para aprofundar essa análise, Santos (1988, p. 91) observa: “As ruas são importantíssimas. Não se pode conceber uma cidade sem elas. [...] territórios de ninguém e de todo mundo, são o palco onde se desenvolvem os dramas e representações da sociedade [...]”

Essa concepção ressoa profundamente na Rua Paraíba, que funciona como espaço de convivência e conexão social. Localizada em uma área de circulação, articula-se com vias relevantes como a Rua Bahia, a Rua Paraná, onde começa seu traçado, e a Rua Maranguape, próxima ao terminal de ônibus.

Sua configuração urbana evidencia a importância da Rua Paraíba na dinâmica do bairro, funcionando como elo entre o cotidiano dos moradores e os processos históricos que moldaram a região.

O logradouro se consolida como eixo sociocultural não apenas pelo comércio, mas também pela presença de equipamentos públicos estratégicos, como o Colégio Estadual Edvaldo Fernandes e a Escola Municipal Zumbi dos Palmares, que marcaram a paisagem local

e a trajetória educacional da autora.

Apesar de percorrer essa rua diariamente e estudar nas escolas ali situadas, inclusive em uma instituição que homenageia um dos maiores líderes do Quilombo dos Palmares, durante o ensino fundamental e médio não tive acesso à história do Beiru, suas raízes quilombolas ou ao processo de urbanização do território. Essa ausência no currículo escolar revela o descaso com a história de territórios periféricos e de populações negras, sistematicamente invisibilizadas.

Essa realidade não era exclusiva: meus irmãos e vizinhos também desconheciam essa história. Após o processo de urbanização e a fundação dos Colégios Estaduais Zumbi dos Palmares e Edvaldo Fernandes, o bairro ainda contava com poucas escolas. Por isso, muitas famílias precisavam recorrer a colégios distantes, o que reforçava as desigualdades no acesso à educação.

Embora as datas de fundação do Colégio Estadual Edvaldo Fernandes e da Escola Municipal Zumbi dos Palmares demandem investigação documental, relatos da comunidade indicam que essas instituições desempenharam papel decisivo no processo de urbanização, transformando a dinâmica social e valorizando a região, pois possibilitaram que muitos moradores estudassem no próprio bairro, reduzindo a necessidade de deslocamento aos centros de Salvador.

Foi apenas na universidade que compreendi caminhar diariamente por um espaço culturalmente rico, o que despertou em mim o desejo de contar essa história não apenas como pesquisadora, mas como parte dela.

Alguns espaços do bairro Beiru/Tancredo Neves adquiriram significados traumáticos, conforme o conceito de “lugares de memória traumática” de Assmann (2011). Um exemplo é o Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, citado anteriormente, que foi conhecido por anos como “colégio da morte”, devido à violência e às precárias condições estruturais (Silveira, 2015).

A recuperação do espaço escolar só foi possível após intensa mobilização de professores, estudantes e membros da comunidade, que realizaram manifestações públicas exigindo sua reconstrução. Em 2023, o colégio foi reinaugurado, já reformado, conforme registrado por Lima (2023).

Essa experiência demonstra como territórios marcados pelo trauma também podem se transformar em espaços de resignificação. Um exemplo disso são as fazendas que ocuparam a região do Beiru após a destruição do Quilombo do Cabula, em 1807 (conforme mencionado na seção 2.2). Essas propriedades incluíam áreas onde hoje estão localizadas a Escola Zumbi dos Palmares e a Escola Edvaldo Fernandes, ambas na Rua Paraíba. Presume-se que essas terras

tenham sido concedidas a fazendeiros aliados à Coroa, com o objetivo de evitar novas rebeliões e impedir o ressurgimento de quilombos na região.

Outro ponto que reforça a permanência de conflitos históricos na área é a Padaria do Edy, local tradicional da Rua Paraíba, também lembrado como espaço de tensões urbanas, marcado pela constante presença do aparato repressivo do Estado. Historicamente, supõe-se que esse local tenha funcionado como arraial ou fazenda, servindo como espaço de encontro, organização comunitária e resistência de povos africanos e indígenas.

Analisando o contexto histórico do local, a analogia com o Quilombo do Cabula é inevitável: assim como as forças da Coroa portuguesa e do Exército tentaram reprimir a autonomia desses territórios, hoje a presença do Estado, muitas vezes violenta, continua a marcar o local como espaço de conflito.

Essa hipótese se apoia no padrão histórico de ocupação dos antigos quilombos como estratégia de vigilância e controle sobre a população negra. Assim, o Beiru, incluindo a Rua Paraíba, pode ser compreendido como um território que preserva marcas históricas e vivências de resistência que ultrapassam sua materialidade.

Como relembra um antigo residente: “Manuel da Horta tomava conta da fazenda onde estava localizada a Escola Beiru, no fim de linha, que hoje se chama Escola Zumbi dos Palmares” (Accmn, 2007, p. 21), evidenciando a continuidade entre passado e presente, já que o local que hoje abriga uma escola pública foi, no passado, espaço de cultivo, trabalho coletivo e organização comunitária, e possivelmente parte das terras do antigo Quilombo do Cabula.

Não se trata apenas de uma unidade de ensino, mas de uma herdeira direta de um espaço de resistência. Essa sobreposição temporal enriquece a dimensão histórica do local e evidencia o apagamento sistemático das narrativas ancestrais nos registros oficiais.

Essa concepção ancestral diverge radicalmente da reconfiguração urbana imposta nos anos 1970, quando o Estado implementou um projeto de modernização abrupta no antigo Beiru. Por meio de desapropriações em massa, rompeu-se com os usos tradicionais do território, inclusive da área quilombola onde hoje funciona o Colégio Estadual de Tempo Integral Zumbi dos Palmares.

Atualmente, a Rua Paraíba se destaca como polo comercial diversificado, com predomínio de estabelecimentos e serviços, enquanto as residências tornaram-se minoria. Além das instituições de ensino, abriga ampla rede de comércios, incluindo restaurantes, lanchonetes, feirantes, barbearias, salões de beleza, farmácias, mercados, depósitos de bebidas, materiais de construção, gráficas e oficinas de conserto de televisores.

Nas proximidades, destacam-se ainda os terreiros de religiões de matriz africana, como o Terreiro Tumbenci (Travessa 8 de Dezembro), que reafirmam a dimensão cultural e espiritual do território. Apesar das perseguições históricas, terreiros como Tumbenci, São Roque, Santa Cruz, Axé Oyá Ogunté e Tumba Junçara permanecem ativos, mantendo viva a espiritualidade afro-brasileira no Cabula e conectando a memória quilombola às práticas atuais da comunidade.

Essa configuração multifuncional evidencia a Rua Paraíba como espaço onde se constroem vínculos, memórias e sentidos, consolidando-se ao longo das décadas como lugar de relações comunitárias, impacto das políticas urbanas e riqueza histórica.

Esta pesquisa originou-se de uma atividade da disciplina Fundamentos Teórico Metodológicos de História no Ensino Fundamental, ministrada pelo professor Alfredo Matta, realizada antes da proposta do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O intuito era investigar a história do avô, da avó ou a origem de uma rua com valor afetivo. Cada estudante escolheu a ferramenta digital mais adequada para divulgar o conteúdo: YouTube, Padlet, Instagram ou blog. Optei pelo Padlet³ e elegi a Rua Paraíba como objeto de estudo, priorizando a socialização do material junto à comunidade local.

A escolha da Rua Paraíba não foi por acaso. É um território afetivo e cotidiano que atravessa minha história desde a infância. Foi por essa rua que caminhei diariamente até a escola, vivendo experiências marcantes: encontros com vizinhos, idas ao mercado, conversas na calçada, compromissos com o estudo e os pequenos rituais do dia a dia. Essa vivência reforçou meu vínculo com o território e despertou o desejo de resgatar e partilhar memórias silenciadas.

Para fundamentar a pesquisa, realizei entrevistas semiestruturadas dialogadas com meus pais e professores da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, reinaugurada em 2023 como Colégio Estadual de Tempo Integral. As informações foram organizadas em um mural digital no Padlet, criado por mim, que serviu como base teórica para este estudo.

As entrevistas ocorreram em duas etapas, descritas no Padlet “De Salvador ao Beiru: História, Resistência e Transformação na Rua Paraíba” (Liberato, 2024), conforme orientação da disciplina. A primeira, em 15 de junho de 2024, com meus pais, Adezi Nunes e Valter Liberato, moradores antigos da Rua Jaci Greco, trouxe contribuições sobre o cotidiano e as transformações na região. A segunda, em 17 de junho de 2024, foi realizada com professores da Escola Estadual Edvaldo Fernandes, hoje integrada ao novo colégio de tempo integral Zumbi

³ LIBERATO, Quele. *De Salvador ao Beiru: história, resistência e transformação na Rua Paraíba*. Padlet, Salvador, 2024. Disponível em: <https://padlet.com/zidu16/de-salvador-ao-beiru-hist-ria-resist-ncia-e-transforma-na--nhz566094trrmgap>. Acesso em: 14 abr. 2025.

dos Palmares.

Os relatos revelaram aspectos significativos da história local. Destacaram-se vias próximas que homenageiam antigos moradores, como as Ruas Jaci Greco e Jaime Miller, nomes que, até então, não tinham significado para mim, mas que se revelaram referências afetivas por serem antigos vizinhos de meus pais.

Um dado relevante foi a possível origem do nome Rua Paraíba: segundo os relatos, no local onde hoje funciona a Padaria do Edy, havia uma árvore conhecida como Paraíba, que teria inspirado a denominação da via.

Diante da escassez de registros formais sobre essa origem, adotei abordagem exploratória baseada em fontes orais, entrevista semiestruturada, observação do território e análise simbólica dos espaços relacionados à Rua Paraíba. Embora inicialmente tratada como hipótese sustentada na memória coletiva, essa versão encontra respaldo na tradição oral e será discutida posteriormente com apoio de fontes comunitárias.

O arcabouço teórico apresentado pelo professor Alfredo Matta e a pesquisa realizada para publicação no Padlet possibilitaram estabelecer conexões entre a história local e os marcos que moldaram as regiões do Cabula e do bairro Beiru. Grande parte das informações deste capítulo teve como base os dados reunidos nesse trabalho, desenvolvido na disciplina Fundamentos Teórico- Metodológicos de História no Ensino Fundamental.

Originalmente parte da região do Quilombo do Cabula, a área passou por um processo intenso de urbanização, cujas marcas ainda são perceptíveis no bairro Beiru. Essa trajetória foi relacionada, durante a pesquisa, com a história de vida dos meus pais, de vizinhos e, conseqüentemente, minha.

Durante as entrevistas, Valter (natural de Santo Amaro) e Adezi (de Gandu) relembrou a chegada da família ao bairro, no contexto da urbanização dos anos 1970. Adezi, nascida em 1949, foi a primeira a se instalar na região, entre 1973 e 1974, durante o governo de Antônio Carlos Magalhães. Nessa época, o Estado desapropriou terras no Beiru e as dividiu em lotes como parte de um projeto de expansão urbana. Foi assim que Adezi adquiriu o terreno na Rua Jaci Greco, onde a família reside até hoje.

As memórias revelaram um cenário inicial marcado por ruas de barro, vegetação densa e ausência de serviços básicos como energia elétrica, água encanada e escolas. A água era obtida no Rio Saboeiro, e a iluminação vinha de candeeiros, já que a energia era clandestinamente puxada do bairro da Engomadeira. O transporte coletivo existia, mas as estradas de terra dificultavam a mobilidade. A compra do terreno foi intermediada por Milton, corretor conhecido na época.

Outras lembranças reforçam a dimensão histórica da Rua Paraíba e de seu entorno. Por exemplo, na Rua Belo Horizonte, onde hoje está a Padaria do Edy, havia um depósito chamado Defonso, que mais tarde se tornou o bar Cantinho Nordestino, também utilizado como moradia comunitária. Com a chegada de serviços públicos, como energia elétrica e água encanada, iniciou-se o processo de nomeação oficial das vias.

Segundo Adezi, a Rua Jaci Greco recebeu esse nome em homenagem a uma das primeiras habitantes da rua com mesmo nome. Embora Dona Jaci tenha sido a segunda a se instalar na rua, foi escolhida para nomear o logradouro devido à ausência da primeira moradora que era Adezi. Curiosamente, ela vendeu sua casa pouco tempo depois. O mesmo critério foi adotado para a Rua Jaime Jansen Muller, em homenagem ao primeiro morador.

Antes da construção das escolas estaduais Zumbi dos Palmares e Edvaldo Fernandes, a área que hoje abriga a Rua Paraíba era descrita como chácara. Essas memórias contribuem para a reconstrução do passado local, revelando como experiências individuais se entrelaçam com a história coletiva do bairro.

Valter, nascido em 1951, chegou ao bairro alguns anos após sua companheira, por volta de 1977, durante o governo de Roberto Figueira Santos. Na época, a região ainda apresentava vegetação densa e presença de animais como porcos-espinhos e cobras. Mangueiras e outras árvores frutíferas marcavam a paisagem, que resistia em meio ao avanço da urbanização.

Entre as lembranças, destaca-se o Rio Saboeiro, que passava pela Rua São Jerônimo em direção à Engomadeira, depois soterrado por entulho e lixo. As ruas, em sua maioria, eram de barro, sem asfalto, e os serviços básicos como energia elétrica e água encanada estavam restritos às vias principais. Não havia escolas próximas, e o comércio local era escasso, com destaque para o mercado Couto, onde hoje funciona o Forte Supermercado.

O terreno que abriga os colégios Zumbi dos Palmares e Edvaldo Fernandes possuía uma chácara com mangueiras, jenipapeiros e coqueiros, lembrada com saudosismo pelos moradores antigos. Embora faltem registros oficiais sobre as datas de fundação, relatos orais apontam para um surgimento desses colégios entre as décadas de 1970 e 1980, como parte do processo de urbanização do bairro.

Na segunda etapa das entrevistas, buscou-se compreender o contexto histórico da região e a origem do nome da Rua Paraíba com base nas memórias de professores e funcionários antigos. Contudo, muitos dos atuais colaboradores não vivenciaram o período de fundação do colégio ou da consolidação do bairro, o que limitou as informações.

As entrevistas confirmaram que as ruas Jaci Greco e Jaime Jansen Muller homenageiam antigos moradores, sugerindo que outros logradouros, como Paraíba, Paraná e Maranguape, podem ter sido nomeados conforme suas origens tupi-guarani.

No caso da Rua Paraíba, os relatos indicaram que seu nome está relacionado a uma árvore nativa usada na produção de tamancos, prática comum no bairro em décadas passadas, versão que encontra respaldo na tradição oral e em registros comunitários.

O livro *Beiru*, produzido pela comunidade em parceria com a Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro, reforça essa origem. A professora Maria Luiza, fundadora da Associação de Moradores do Beiru, afirma: “[...] na época em que não havia água, energia nem transporte, havia um campo e um pé de Paraíba (hoje nome de uma rua) [...]” (Acmn, 2007, p. 21).

A Yalorixá Minha Gal (Clarice), do Terreiro Ilê Axé Gezubum, aprofunda essa memória (Acmn, 2007, p. 28, Anexo 6): “[...] ela conta que existe uma rua no bairro do Beiru chamada Paraíba (antiga árvore da qual Miguel Arcanjo extraía madeira para fazer tamancos que vendia no Taboão).” Essas narrativas reafirmam a oralidade como fonte histórica legítima, evidenciando o papel da memória coletiva na preservação do significado dos nomes e das práticas cotidianas do passado, ainda presentes na lembrança dos moradores mais antigos.

Com base nos relatos, identificou-se a “árvore Paraíba” como a espécie *Simarouba versicolor*. Segundo Carvalho (2020), trata-se de uma árvore de coloração foliar marcante, que pode atingir até 12 metros de altura, conhecida por diversos nomes populares, como pau-paraíba ou gaxeta, valorizada por suas propriedades ecológicas, fitoterápicas e simbólicas, reforçando seu papel na memória coletiva.

A madeira da *Simarouba versicolor* é leve e porosa, utilizada na construção civil, produção de tamancos, forros, caixotes, urnas e palitos de fósforo. Suas fibras são empregadas na confecção de cordas rústicas, conhecidas como casca-paraíba. Do ponto de vista terapêutico, a casca amarga é usada como tônico, febrífugo, vermífugo e inseticida; folhas, raízes e frutos também são utilizados no tratamento de doenças do fígado, anemia e dermatoses. Em doses elevadas, pode ser tóxica.

Curiosamente, o nome “Paraíba”, presente na planta e em diversos topônimos, deriva do tupi-guarani *paraiwa*, significando “rio ruim, rio que não se presta à navegação” (Dicionário Ilustrado Tupi-Guarani, [s.d.], p. 27; Navarro, 2013, p. 371).

Essa correspondência entre a árvore e a toponímia indígena revela camadas de significados culturais, ligando saberes tradicionais à paisagem natural e aos modos de vida ancestrais. A presença do nome Paraíba na toponímia reforça laços identitários com o passado

e sugere que, pelas propriedades medicinais da árvore, indígenas, quilombolas e seus descendentes podem ter recorrido a seu uso no cuidado com a saúde coletiva. Prática enraizada em saberes que sustentaram a vida comunitária e a cultura no Beiru/Tancredo Neves.

Aprofundando o estudo do significado dos nomes das ruas conectadas à Rua Paraíba, observa-se que “Paraná” e “Maranguape” têm origem na língua tupi-guarani. Segundo o Dicionário Ilustrado Tupi-Guarani ([200-?], p. 27), “Paraná” resulta da junção *pará* + *nã*, significando “semelhante ao mar”. Já “Maranguape”, conforme Carvalho (1987, p. 246), traduz-se como “rio volumoso”. Esses nomes revelam a forte relação com a natureza e carregam a ancestralidade dos povos originários, mostrando como o território comunica saberes e vivências indígenas.

Esse vínculo com as águas também se expressa em nomes de rios como Saboeiro, localizado no Beiru e Suvaco das Cobras, no bairro Arenoso. O primeiro nasce no Cabula VII e foi canalizado no Imbuí, sofrendo degradação pela expansão urbana. O segundo, no Arenoso, igualmente enfrenta degradação ambiental (Santos et al., 2010). Assim como os nomes das ruas, esses rios evocam a hidrografia ancestral e desvelam a tensão entre memória e apagamento das histórias locais.

Em contraste, “Bahia” não tem origem indígena: deriva do francês *baie*, do espanhol *bahía* e do baixo latim *baia*. O linguista Antônio Geraldo Cunha (2012) explica que o termo passou a designar formações costeiras no século XVI, como a Baía de Todos os Santos, recebendo posteriormente a letra “h” para diferenciar o nome próprio da designação geográfica.

O estudo etimológico revela que os nomes das ruas não apenas registram memórias, mas também manifestam disputas simbólicas sobre o território. Enquanto nomes como Paraná e Maranguape reafirmam a presença ancestral indígena, o nome Bahia expressa a imposição colonial. A falta de conhecimento sobre esses significados entre os moradores evidencia mais uma forma de silenciamento da história e da cultura dos povos originários.

A toponímia urbana, enquanto campo de estudo, busca compreender as origens e motivações dos nomes dados a ruas, avenidas e bairros, pois nomear não é um ato neutro: carrega marcas de dominação, resistência e identidade. Como destaca Isquerdo (2023, p. 8), “Atribuir nomes a referentes do lugar em que vive é uma prática milenar como uma forma de o homem situar-se no espaço, marcar território, enfim, garantir o seu “poder” sobre novos lugares”.

A autora ainda observa que “a feição toponímica urbana, em geral, incorpora a referência a fatos históricos e revela influências de fatores econômicos e ideológicos” (Isquerdo, 2023, p. 9), o que se confirma na análise das ruas do Beiru.

Apesar das tentativas de apagamento promovidas pelos colonizadores, a persistência desses nomes nos espaços urbanos revela uma resistência cultural profunda. Esses vestígios linguísticos são sinais vivos da presença e influência dos povos originários e afrodescendentes na formação do país.

Assim, os nomes urbanos carregam intenções, disputas e memórias que vão além do simples ato de nomear. São camadas de poder inscritas no espaço. A origem do nome Rua Paraíba, vinculada à árvore mencionada pelos moradores, expressa a conexão entre natureza, trabalho, cultura e identidade local.

Mesmo diante de tentativas de invisibilizar essas origens, o povo do Beiru, descendente de quilombolas e guardião de terreiros, continua resistindo. A colonialidade se reinventa, mas o território também resiste. As ruas falam. E tratá-las de forma superficial, sem contexto, é uma violência simbólica, um gesto de silenciamento histórico.

A pesquisa sugere que as ruas de origem indígena podem corresponder a rotas antigas, anteriores ou contemporâneas à colonização, enquanto as que homenageiam moradores tendem a ter surgido mais recentemente, em áreas que antes eram fazendas ou matas e foram ocupadas com a urbanização do Beiru. Esses logradouros celebram os primeiros habitantes e preservam narrativas locais.

A história de um povo entrelaça suas identidades pessoais e coletivas por meio da memória. Como afirma De Barros (2013, p. 3): “A construção de identidades pessoais e sociais está relacionada à memória, já que tanto no plano individual quanto no coletivo e ela permite que cada geração estabeleça vínculos com as gerações anteriores”.

Nesse contexto, as práticas comunitárias do Beiru preservam laços herdados de povos indígenas e comunidades quilombolas. Baseadas em valores como solidariedade, partilha do trabalho e respeito aos saberes ancestrais, essas práticas formam um legado de resistência e continuidade cultural.

Essa ancestralidade é evidenciada pelos historiadores Matta, Silva e Amorim (2020, p. 18), que descrevem a composição histórica do território:

Assim os primeiros ocupantes, índios, depois uma maioria banto e Gegê-nagô, alguns brancos pobres integrados à ocupação quilombola, um grupo ancestral, que – mesmo a batalha de 1807, e outras, ou toda perseguição colonial-escravista, depois imperial-escravista, e que permaneceu na república – não se extinguiu [...] Significa entender que desde 1807 a comunidade cresceu basicamente só por reprodução demográfica local – ou seja, a maior parte dos novos moradores seriam mesmo descendentes da comunidade quilombola original. Uma minoria seria de proprietários novos[...].

Práticas cotidianas como levantar uma laje, ajudar na reforma do telhado, preparar chás com ervas do quintal ou cozinhar para um vizinho doente expressam uma lógica comunitária ancestral que ainda persiste.

Embora nem sempre reconhecidas oficialmente como heranças indígenas ou afrodescendentes, essas ações resistem à lógica individualista e materialista do capitalismo, preservando formas próprias de convivência e solidariedade. São práticas muitas vezes silenciadas pelo poder hegemônico, mas mantidas vivas no dia a dia.

Essa ação comunitária também se manifesta na forma como novos moradores se integram ao território e às suas tradições. Como afirmam Matta, Silva e Amorim (2020, p. 21): “Os novos moradores acabavam por participar da estrutura de abastecimento, pequenos comércios e tradições, dos antigos arraiais, agora tratados como favelas, já que eram onde havia uma estrutura e uma vida cotidiana com tradições [...]”.

A memória coletiva e as práticas solidárias no Beiru revelam não apenas continuidade com os modos de vida dos antepassados, mas reafirmam identidades locais forjadas na resistência e na ancestralidade.

Divulgar essa história é um ato de decolonialidade: contribui para valorizar a cultura local e fortalece a autoestima dos moradores. Ao ser compartilhada em plataformas digitais, essa memória ganha amplitude e conecta-se a outras comunidades, que podem se reconhecer nessa trajetória e se sentir estimuladas a promover ações semelhantes.

Como aponta Donner (2012), a prática histórica nasce do local, é o espaço físico, social e afetivo que fundamenta a produção do conhecimento. A história local, consolidada como tradição em diversos países, articula território e práticas científicas.

Como espaço cotidiano, a rua carrega marcas do tempo, da memória e das relações sociais. É lugar de afetos, onde passado e presente se entrelaçam nas vivências de quem nela habita ou transita. A Rua Paraíba, situada em território de raízes quilombolas, expressa essas camadas de significados.

A partir da escuta dos relatos, foi possível realizar uma leitura mais sensível do urbano, revelando que ruas como a Paraíba, no Beiru, são também territórios de reexistência. As narrativas dos moradores evidenciam, para além da exclusão social, a força histórica da população negra, que transformou esses espaços com trabalho, luta e esperança.

Por essa razão, a historiadora Donner (2012, p. 226) reforça a relevância da história local como prática comunitária: “Sendo assim, a produção da História local, seja por amadores ou profissionais, poderia estar cobrindo uma lacuna, participando desta necessidade de história/memória contemporânea”.

A atividade iniciada na disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos de História no Ensino Fundamental serviu como fio condutor para uma investigação mais profunda. Os relatos colhidos despertaram não apenas o interesse em continuar a pesquisa, mas consolidaram o propósito de construir um trabalho que fosse além da documentação, tornando-se espaço de escuta ativa e valorização das vozes que viveram, e ainda vivem, a história deste território.

A análise histórica do Cabula, especialmente da Rua Paraíba no Beiru/Tancredo Neves, revela um cenário de tensões entre permanências culturais e contradições geradas pela urbanização.

De um lado, a memória quilombola resiste por meio de práticas religiosas, narrativas locais e laços comunitários, sustentando a identidade ancestral do lugar. De outro, essa história é alvo de apagamento nos registros oficiais, somando-se à pressão da especulação imobiliária e à marginalização dos bairros periféricos.

O Quadro 2 sintetiza essas dinâmicas, evidenciando como a resistência cultural coexiste com processos de desterritorialização e invisibilização.

Quadro 2 - Permanências e Contradições

Permanências	Contradições
Memória coletiva viva sobre a origem quilombola do Cabula e do Beiru.	Apagamento sistemático da história local nos currículos escolares e documentos oficiais.
Resistência cultural mantida por práticas religiosas, toponímia e celebrações tradicionais.	Tentativas institucionais e privadas de apagar ou substituir nomes e símbolos identitários.
Preservação afetiva de referências locais, como a Rua Paraíba, pelas narrativas dos moradores.	Pressões de especulação imobiliária e esvaziamento populacional de territórios negros.
Produção e circulação de histórias locais por meio de plataformas digitais como o YouTube.	Redução da densidade populacional e desterritorialização de comunidades históricas.
Forte vínculo da população local com o território como espaço de memória e identidade.	Marginalização de bairros periféricos frente ao avanço de novos projetos urbanos.
Manutenção de laços comunitários, redes de solidariedade e práticas coletivas herdadas da ancestralidade quilombola.	Invisibilização e fragmentação das formas de trabalho coletivo e de organização comunitária nas dinâmicas urbanas atuais.
Toponímia marcada por nomes de primeiros moradores e referências tupi-guarani, como a árvore Paraíba.	Silenciamento, nas políticas públicas e registros oficiais, quanto ao significado simbólico-cultural dessas nomeações e seus usos tradicionais no território.
Permanência física do terreiro como reconfiguração e simbólica do Antigo Quilombo do Cabula.	Desapropriação e destruição de terreiros e intolerância religiosa.

Fonte: Elaborado pela própria autora orientado pelo professor orientador (2025).

Ao analisar a trajetória histórica do Cabula e, mais especificamente, da Rua Paraíba, no bairro Beiru/Tancredo Neves, observa-se uma rede complexa de permanências e contradições que atravessam o território e sua população. Enquanto práticas culturais, memórias afetivas e formas de resistência persistem como marcas identitárias, o avanço da urbanização promove processos contínuos de desterritorialização, apagamento simbólico e desigualdade socioespacial.

A Via Paraíba representa um espaço de múltiplos tempos: o passado resiste nas práticas cotidianas, mesmo diante das forças que tentam apagar suas raízes. Essa dualidade, expressa no Quadro 2, evidencia a urgência de ações que valorizem a memória e enfrentem as desigualdades que marcam os territórios negros urbanos, garantindo que a história quilombola continue a inspirar novas gerações.

Nesse cenário, torna-se indispensável compreender três eixos conceituais que sustentam este trabalho: História Pública, Memória Coletiva e Cultura Local. Esses conceitos revelam como comunidades como a da Rua Paraíba constroem narrativas contra hegemônicas, preservam saberes ancestrais e disputam ativamente seu lugar na memória urbana de Salvador.

A história da Rua Paraíba, embora ausente das narrativas oficiais, permanece viva na memória de quem a habita e percorre. Por isso, a seção seguinte abordará as noções de história pública, memória coletiva e cultura local como fundamentos para a preservação e valorização dessas memórias invisibilizadas.

3. ARTICULAÇÃO CONCEITUAL

3.1 HISTÓRIA PÚBLICA, MEMÓRIA COLETIVA E CULTURA LOCAL: ESTUDO DA RUA PARAÍBA

A partir da minha vivência como moradora do bairro Beiru/Tancredo Neves, destaco neste trabalho a importância de reconhecer as memórias coletivas como parte fundamental da história de Salvador.

Inserido na região do Cabula, uma das últimas áreas da cidade a ser urbanizada, o bairro tornou-se destino de muitos descendentes de pessoas escravizadas, lançadas à própria sorte após a abolição, sem qualquer tipo de reparação. Ao migrarem para regiões distantes do centro e do litoral, como o Cabula, esses grupos formaram novos núcleos de sobrevivência, cultura e resistência.

Com a industrialização e a expansão urbana no decorrer do século XX, a região passou a acolher descendentes de povos afro-indígenas vindos da zona rural da Bahia e do Recôncavo. Esses deslocamentos moldaram o tecido social do Beiru, marcado por histórias de luta frequentemente invisibilizadas pelos discursos oficiais. A promessa de acesso à terra, mesmo em áreas periféricas e precárias, impulsionou sua ocupação nas primeiras décadas do século passado.

O bairro tornou-se, assim, um espaço de resistência urbana e cultural, onde se constroem laços comunitários que persistem até hoje.

A experiência do êxodo rural também atravessa a história da minha família. Meus pais fizeram parte desse movimento migratório, deixando a zona rural em busca de melhores condições de vida como tantos outros que compõem esse êxodo impulsionado pela urbanização e pela lógica do capitalismo excludente.

Meus avós paternos migraram da zona rural para o bairro do Beiru, inserindo-se no processo coletivo de deslocamento forçado que marcou a urbanização periférica de Salvador. Já minha avó materna, Maria, resistiu no campo, mantendo-se na zona rural, enquanto suas filhas, como minha mãe, Adezi, migraram para a cidade.

Essas trajetórias revelam não apenas o impacto das transformações socioeconômicas sobre as famílias trabalhadoras rurais, mas também os diferentes modos de resistir: pela permanência, pela travessia e pela memória.

É nesse panorama que se insere a Rua Paraíba, logradouro de valor simbólico na minha vivência como moradora. Localizada em uma área de antigos arraiais quilombolas, abriga dois colégios estaduais frequentados pela comunidade, funcionando como espaço de educação, memória e reafirmação identitária, conforme citado na seção 2.3.

Registrar as memórias desse ambiente é urgente, especialmente por meio da escuta dos moradores mais velhos, guardiões das histórias locais. Muitos enfrentam dupla invisibilização: por habitarem um território estigmatizado e por sofrerem preconceito etário, sendo silenciados em espaços públicos e escolares.

A escolha de entrevistá-los nas lides é uma estratégia metodológica inspirada na obra de Ecléa Bosi, que reconhece nas pessoas idosas portadoras de uma “história social bem desenvolvida”, condensando vivências de diferentes épocas não registradas oficialmente. Como afirma a autora: “[...] nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida: elas já atravessaram um determinado tipo de sociedade, com características bem-marcadas e conhecidas” (Bosi, 1994, p. 60).

O sociólogo Maurice Halbwachs (1887–1945), por sua vez, foi o primeiro a formular a ideia de memória como fenômeno coletivo, moldada pelas relações sociais e pelos espaços partilhados. Essa concepção encontra eco na realidade da Rua Paraíba, onde histórias de vida, comércios, festividades e afetos formam um corpo coletivo de lembranças que sustenta a integração local.

Halbwachs argumenta que nossas lembranças pessoais são moldadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos, influenciadas pelas realidades e espaços que compartilhamos. Narrar a história do bairro, além de recordar: é reconstruir e fortalecer vínculos identitários.

Como afirma o autor: “Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser, ao mesmo tempo, reconhecida e reconstruída” (Halbwachs, 1990, p. 29).

Na Rua Paraíba, essa memória coletiva se revela em elementos cotidianos do imaginário comunitário. A Padaria do Edy, a Escola Estadual Zumbi dos Palmares, os eventos culturais e os próprios nomes das ruas funcionam como o que Aleida Assmann (2011) chama de lugares de memória, espaços onde a identidade coletiva é preservada e transmitida entre gerações. Segundo ela: “[...] os locais podem tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (Assmann, 2011, p. 317).

A Rua Paraíba, assim, é um reduto vivo de memória, onde cada elemento, chão, árvore, nome, comércio ou terreiro carrega significados que não podem ser deslocados sem perda. Ela é um espaço memorativo, sustentado por narrativas comunitárias e pela constante tentativa de preservar e transmitir a memória coletiva do bairro.

A Rua Paraíba carrega marcas de um território traumatizado pelas tentativas de apagamento histórico promovidas pelo Estado e pela negação institucional das histórias afroindígenas e quilombolas do passado. “Enquanto o local da recordação se estabiliza por meio da história que se conta sobre ele [...], o local traumático se vê assinalado pela impossibilidade de se narrar a história” (Assmann, 2011, p. 349).

O massacre de povos indígenas, a intolerância religiosa, a demolição de terreiros, a renomeação simbólica do bairro e a desterritorialização de comunidades revelam um processo contínuo de silenciamento.

Contudo, essas memórias, embora sufocadas, resistem. Como afirma Assmann (2011, p. 359), “os locais memorativos [...] produzem um contato com os fantasmas do passado”. A Rua Paraíba é um território de resistência, ultrapassando sua materialidade: é suporte simbólico de uma história viva, feita de afetos, ritos e práticas compartilhadas.

Logo, Halbwachs (1990) afirma que a memória individual só se sustenta quando conectada à memória coletiva. Para que um relato faça sentido, é preciso haver um terreno comum entre quem lembra e quem ouve. Lembrar, portanto, é um ato coletivo, alimentado pela convivência e pelos vínculos sociais.

É nessa concepção de memória como construção social que se ancora a proposta da TV Educativa comunitária, por meio do canal no YouTube TBC. Mais que documentar, a iniciativa busca reposicionar as memórias da comunidade como fontes legítimas de conhecimento, enfrentando os apagamentos das narrativas oficiais a partir de uma perspectiva decolonial.

Essa perspectiva também exige uma compreensão crítica do conceito de cultura, entendendo-o não como um bem exclusivo de certos grupos, mas como expressão viva das práticas e saberes coletivos.

Cultura é um conceito polissêmico. Nas ciências sociais, refere-se ao conjunto de produções simbólicas e materiais criadas por grupos humanos: ideias, crenças, práticas religiosas, linguagens, modos de viver e de se relacionar com o mundo. Assim, é inadequado afirmar que alguém “não tem cultura”, já que todos participam de práticas culturais, ainda que distintas das hegemônicas (Reis; Sales, 2021).

Complementarmente, a cultura local expressa as vivências históricas de uma comunidade. No caso da Rua Paraíba e do bairro do Beiru, ela se manifesta nas histórias orais, festas populares, religiosidades de matriz africana, formas de trabalho e práticas de resistência cotidiana. Ela pulsa nos detalhes: no cheiro do dendê, no som dos atabaques, na maneira de falar e ensinar. Desse modo, é também pedagógica, pois se constrói contra o esquecimento.

A produção da TV Web apoia-se nesses elementos culturais: história oral, práticas sociais, festividades e manifestações identitárias que resistem no bairro. A fundamentação teórica dialoga com autores que defendem a valorização da memória negra urbana, o enfrentamento ao apagamento histórico e o fortalecimento de identidades locais.

Em vista disso, os moradores da Rua Paraíba tornam-se protagonistas por meio de seus relatos, rompendo com a lógica tradicional da mídia, muitas vezes marcada por discursos hegemônicos. Esse movimento se insere no combate à colonialidade do poder e do saber, conforme discutido por Oliveira e Candau (2010). Segundo os autores, a colonialidade do poder impõe uma estrutura de dominação que ocidentaliza e subordina outras culturas e saberes. Já a colonialidade do saber reprime conhecimentos não europeus, desvalorizando os legados indígenas e africanos e classificando-os como “primitivos” ou “irracionais”.

Ao se apropriar da mídia digital, os moradores da Rua Paraíba não apenas desafiam essas estruturas, mas também transformam a TV online em ferramenta de educação e

reconhecimento cultural. A Web TV permite a veiculação de conteúdos educativos, ao vivo ou sob demanda, com interatividade, acessibilidade e custos reduzidos, características essenciais em contextos de inclusão digital e ensino remoto (Gonçalves; Matta; Silva, 2024).

Educar é um processo contínuo, construído no diálogo com o mundo. Os moradores do bairro Beiru, ao transitarem pela Rua Paraíba, não são apenas fontes: são sujeitos históricos em plena atuação.

Nesse sentido, a História Pública propõe romper os muros da universidade, ampliando o acesso ao saber histórico e desafiando as práticas dominantes de produção do conhecimento. Como define Hermeto (2018, p. 153):

Uma história não encastelada nas universidades e nas publicações especializadas, cuja produção e circulação não estão restritas aos debates acadêmicos e às instituições. Um movimento que legitima diferentes representações da história e de narrativas da História, reconhecendo e problematizando seus lugares de origem – não para hierarquizá-las, mas para melhor compreendê-las. Uma história na qual a ideia de “autoridade compartilhada” é fundamental, reconhecendo a importância do papel do público em sua construção.

Martins e Matta (2023) reforçam que a história pública rompe com a visão eurocentrada da historiografia ao permitir que o conhecimento ultrapasse os muros da academia e alcance diferentes públicos. Por meio de uma abordagem dialógica, ela legitima vozes acadêmicas e comunitárias, conectando ensino, pesquisa e experiências coletivas. Nesse contexto, o professor-historiador assume o papel de mediador-pesquisador, reconhecendo moradores e estudantes como coautores da história.

Essa perspectiva também se articula com a pesquisa aplicada, voltada à resolução de problemas sociais concretos. No âmbito deste trabalho, isso se expressa na produção de conteúdos sobre a história da Rua Paraíba, fortalecendo a valorização da história local e a promoção de uma educação antirracista.

A perspectiva da história pública reconhece a relevância das recordações silenciadas pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), conforme definidos por Louis Althusser (1970). Instituições como escola, mídia, igreja e família atuam pela ideologia, em contraste com os aparelhos repressivos, que operam pela violência.

Embora Althusser (1970) não trate diretamente do apagamento étnico-racial, sua teoria sobre os AIE contribui para compreender como desigualdades são naturalizadas e como saberes populares, como os da comunidade do Beiru, acabam sendo marginalizados.

Esta pesquisa se posiciona como uma ruptura com os discursos oficiais, ao valorizar experiências e saberes produzidos pelos moradores. Trata-se de uma prática educativa e

pedagógica, sustentada por intencionalidade formativa.

Seu caráter educativo se manifesta na ampliação do acesso ao conhecimento e na formação da consciência coletiva; o caráter pedagógico, na organização metodológica voltada à transformação social.

Essa dinâmica sustenta a proposta deste trabalho: transformar a Rua Paraíba em espaço educativo de escuta e produção de memória, onde a mídia digital, como o YouTube, se torna ferramenta de devolutiva, participação e transformação.

A presença ativa do passado no cotidiano é compreendida a partir da noção de consciência histórica, proposta por Jörn Rüsen (2001), como o processo de transformar experiências passadas em orientações significativas para o presente e o futuro.

No bairro Beiru, essa consciência se manifesta na continuidade das festividades tradicionais, na memória do antigo Quilombo do Cabula e na existência de terreiros como o Tumbenci e o São Roque, expressões culturais que não pertencem apenas ao passado, mas orientam a vida comunitária.

Se revelando, assim, como um território onde a memória, a oralidade e os saberes de terreiro fortalecem vínculos identitários frente à exclusão histórica. Reconhecer os sujeitos locais como protagonistas da história é valorizar experiências atuais como parte de processos históricos maiores.

A oralidade é reconhecida como uma fonte histórica legítima, capaz de preencher as lacunas deixadas pelos registros oficiais e de valorizar as vivências de sujeitos historicamente marginalizados. No campo da história dos excluídos, os depoimentos orais extrapolam os limites da academia e se constituem como ferramentas de construção identitária e transformação social, como afirma Ferreira (2002).

Nessa pesquisa, a oralidade atua como um dispositivo de mediação cultural, estimulando uma leitura crítica da realidade e o fortalecimento do pertencimento, da identidade e da justiça social. Além disso, evidencia por que histórias locais continuam invisibilizadas nos currículos escolares, enquanto narrativas colonizadoras seguem em destaque, apagando memórias quilombolas, indígenas e de lideranças religiosas negras.

Um exemplo simbólico do apagamento histórico é a demolição do terreiro Ilé Axé Tomi Bocum, no Arenoso, substituído por uma instituição cristã. Além disso, o silenciamento se manifesta na renomeação de logradouros e na desvalorização de figuras como o negro Beiru ou Zumbi dos Palmares, frequentemente tratados de forma pejorativa.

O canal no YouTube busca romper com a lógica da história única (Adichie, 2019), afirmando narrativas enraizadas na experiência vivida. Dialogando com a pedagogia freiriana,

defende-se aqui uma educação libertadora, construída com os saberes populares. Nesse modelo, a oralidade não é apenas fonte histórica, mas também prática pedagógica e ato de resistência.

Por sua vez, Beiru/Tancredo Neves, herdeiro direto do Quilombo do Cabula, carrega suas marcas nas paisagens, nos terreiros, no chão asfaltado e no nome substituído. A Rua Paraíba preserva esses vestígios, revelando a resistência urbana que habita o cotidiano.

Ao reconhecer a trajetória da Rua Paraíba como parte de um processo histórico maior de ocupação popular, apagamento e resistência, compreende-se que a marginalização do Beiru e de outras áreas periféricas não é mero reflexo da urbanização desigual, mas sim resultado de políticas públicas seletivas e de um projeto urbano excludente. Essa dinâmica, iniciada ainda no período colonial, segue operando sob outras roupagens.

Este estudo é, portanto, um respiro e um grito de existência em meio a estruturas que insistem em negar a humanidade de populações historicamente marginalizadas. A “cidade baixa” ainda está aqui, não apenas como geografia, mas como metáfora de uma hierarquia social imposta desde a colonização.

Hoje, sob o manto do capitalismo neoliberal, os mecanismos de exclusão ganham novos nomes, mas repetem velhas práticas: apagamento cultural, precariedade, criminalização e invisibilização. Essas expressões configuram algumas das formas mais brutais e persistentes da colonialidade.

Como discutem Oliveira e Candau (2010), a colonialidade não depende da existência formal de colônias para operar. Ela sobrevive por meio da naturalização da desigualdade racial, da desqualificação de saberes não ocidentais e da lógica de um sistema capitalista que transforma raça, classe social, origem e localização em marcadores sociais de exclusão.

Trata-se de uma dominação silenciosa, travestida de normalidade, que organiza o poder, o conhecimento e as subjetividades de forma sistematicamente excludente.

A subjetividade é especialmente atingida pela colonialidade do ser, que se manifesta na negação histórica e contínua da humanidade de pessoas negras, indígenas e de outros povos não eurocentrados (Oliveira; Candau, 2010).

Essa forma de opressão atua de modo estrutural e cotidiano, sustentando a ideia de que algumas comunidades, corpos e vidas importam menos do que outras.

Esta pesquisa nasce da inquietação provocada por crescer sem conhecer a história do lugar onde se vive. As lives tornam-se instrumentos pedagógicos e de pertencimento. Ao serem compartilhadas em plataformas digitais, essas histórias ganham permanência e amplitude, tornando-se registros para as próximas gerações.

Pensar a Rua Paraíba como espaço educativo é compreender a educação como um processo que nasce no território. Como ensina Freire (1987, p. 44), “ninguém educa ninguém [...] os homens se educam em comunhão”. Ao reconhecer-se como sujeito histórico, o indivíduo transforma memória em consciência.

A linguagem audiovisual permite que moradores expressem seus sentidos e se reconheçam como autores da própria história. Pela palavra falada, constroem pertencimento e reescrevem, com voz própria, a história do bairro.

Como afirma Rüsen (2001), o passado só se torna história quando interpretado como tal. Os vídeos produzidos atualizam sentidos e ressignificam vivências periféricas, construindo uma narrativa histórica viva.

Conhecer a história a partir da perspectiva dos povos colonizados, das mulheres, dos negros e dos trabalhadores é um gesto de desvelamento. Escutar os mais velhos é também denunciar o apagamento simbólico. Incentivar os jovens a investigarem sua rua, seu bairro, sua origem é um ato de libertação coletiva.

A TV Educativa, no canal TBC, transforma a Rua Paraíba em um ambiente pulsante de aprendizagem, onde saberes populares e histórias de vida enfrentam o apagamento histórico. A cultura local não se limita a uma página: ela pulsa nos passos de quem caminha pela Rua Paraíba.

Por isso, será apresentada a seguir a abordagem pedagógica do socioconstrutivismo, que fundamenta o planejamento das lives realizadas com e para a comunidade, transformando o território em uma sala de aula viva.

3.2 O SOCIOCONSTRUTIVISMO COMO BASE DA CONSTRUÇÃO DE UMA TV EDUCATIVA

A proposta pedagógica deste trabalho se fundamenta na abordagem teórica socioconstrutivista de Vygotsky (1991), que compreende o conhecimento como construção ativa e social, mediada culturalmente nas interações entre sujeitos. Nesse sentido, escutar os moradores da Rua Paraíba e compartilhar suas memórias coletivas por meio de lives e vídeos no YouTube não é apenas uma prática narrativa: é uma ação emancipadora e cultural situada no território.

O socioconstrutivismo adotado aqui, portanto, não se limita a um referencial teórico. É também uma escolha metodológica e ética: construir conhecimento junto com a comunidade, e não sobre ela.

Nesse percurso, prioriza-se uma perspectiva de aprendizagem coletiva enraizada na oralidade, nas vivências locais e na experiência comunitária. Isso exige uma concepção de ensino centrada nas relações sociais, nos saberes partilhados e nas práticas cotidianas que atravessam o território.

Vygotsky (1991) ampliou o conceito de interação entre sujeito e ambiente ao incluir, além dos instrumentos físicos, os sistemas simbólicos, como a linguagem, a escrita e, no contexto atual, os recursos audiovisuais como mediadores do desenvolvimento humano. Esses signos, historicamente produzidos, transformam as formas de agir, pensar e aprender. Ao serem internalizados, provocam mudanças profundas na forma de compreender o mundo, permitindo que os sujeitos avancem da interação concreta para modos mais complexos de pensamento, linguagem e ação moldados pela cultura.

A experiência da Web TV Educativa TBC, já consolidada como canal comunitário, demonstrou a eficácia do uso das lives como espaços de escuta, fala e construção de memória. As transmissões ao vivo foram realizadas nessa plataforma existente, reforçando o papel mediador da linguagem audiovisual. A oralidade e os recursos digitais atuaram como mediações simbólicas entre gerações, acessando a memória coletiva e ativando novos modos de aprender em rede, a partir do território e com ele.

O psicólogo Vygotsky (1991) destaca o papel da linguagem e das ferramentas culturais na mediação da aprendizagem, defendendo que o conhecimento se desenvolve nas interações sociais e na cultura compartilhada.

Já o educador Freire (1996, p. 43) lembra que escutar criticamente, problematizar o cotidiano e promover o diálogo são caminhos para a emancipação dos sujeitos e a transformação da realidade: “[...] a posição de quem entende e vive a História como determinismo [...] é a posição de quem se assume como fragilidade total diante do todo-poderosíssimo dos fatos.”

Ao defender uma pedagogia problematizadora e não mecanicista, Freire enfatiza o papel ativo do educador como mediador crítico que, ao escutar o outro, seja estudante, morador ou usuário da rede, contribui para que este compreenda o passado e o presente como construções sociais, e não como destinos imutáveis.

Essa escuta sensível possibilita ao educador e à comunidade reconhecer os sentidos históricos, sociais e ideológicos presentes na cultura local, despertando a consciência histórica e rompendo com a naturalização das desigualdades.

Bruner (2001, p. 8) reforça essa perspectiva ao afirmar que “a cultura molda a mente, que ela nos dá um conjunto de ferramentas com as quais constituímos não apenas nossos mundos, mas nossas próprias concepções e até nossas capacidades”.

Isso significa que como pensamos, sentimos e aprendemos está profundamente atravessado pelas práticas culturais nas quais estamos inseridos. Essa influência, porém, não é neutra: ela pode tanto ampliar quanto limitar o desenvolvimento humano, dependendo da mediação educativa.

É nesse ponto que a escuta crítica, como defende Freire (1996), torna-se indispensável: ela permite ao educador e à comunidade reconhecer os contextos históricos, sociais e ideológicos presentes na cultura local, rompendo com a naturalização das desigualdades.

Ao promover espaços de fala, escuta e reflexão, como nas lives da TV Educativa, é possível transformar uma cultura de reprodução em uma cultura de libertação, onde a memória coletiva deixa de ser silenciada e atua como ferramenta de formação crítica e transformação social.

Essa proposta se contrapõe à lógica da educação “bancária”, que, segundo Freire (1987), não promover a conscientização, mantendo os sujeitos imersos em uma realidade imposta. Já a educação problematizadora, de caráter libertador e humanista, propõe que educadores e educandos se tornem sujeitos do processo educativo, rompendo com o autoritarismo e com o discurso alienante permitindo a construção de uma nova consciência crítica e emancipatória.

Por isso, a pedagogia decolonial revela-se útil no campo educacional para aprofundar os debates em torno da interculturalidade. Esta, por sua vez, é compreendida como um processo contínuo de comunicação, escuta e aprendizado entre culturas diversas, baseado no respeito, na autenticidade mútua e na igualdade. Trata-se de um intercâmbio entre sujeitos, saberes e práticas que, ao serem reconhecidos como legítimos, promovem rupturas com os paradigmas eurocentrados de ensino. Assim, a interculturalidade crítica torna-se fundamental para a construção de um pensamento pedagógico-outro, comprometido com a justiça social e a valorização das epistemologias invisibilizadas pelos sistemas coloniais (Oliveira; Candau, 2010).

A partir dessa compreensão, cultura, linguagem e consciência histórica se entrelaçam como fundamentos de uma prática educativa verdadeiramente emancipadora. A memória não é apenas lembrança: é conteúdo, é resistência, é fonte histórica viva que ensina e transforma.

A iniciativa adotada neste trabalho dialoga com os princípios da História Pública, ao democratizar o acesso à construção do conhecimento histórico; com a memória coletiva, ao reconhecer as falas como forma de resistência; e com a cultura local, ao evidenciar o valor pedagógico das vivências comunitárias.

Na experiência de cada live na TV Educativa TBC, representa uma oportunidade de ativar essa consciência: as narrações tornam-se ferramentas de leitura do território, de compreensão do presente e de imaginação de futuros possíveis. O mediador (educador) não transmite verdades prontas, mas cria condições para que o morador (ou usuário da rede) se reconheça como sujeito da própria história, capaz de rememorar, aprender e transformar.

Esse caráter múltiplo e dinâmico das narrativas também pode ser compreendido a partir do conceito de dialogismo, desenvolvido por Bakhtin. Para os autores que o retomam, todo discurso se constrói na relação com outras vozes: nenhuma fala é neutra ou isolada, pois sempre responde a algo e será, por sua vez, respondida. O discurso é um campo de disputa de sentidos, permeado por contradições, afirmações e resistências (Sipriano; Gonçalves, 2017).

Assim, as memórias compartilhadas nas lives não são relatos individuais isolados, mas expressões de vozes sociais que se cruzam, se complementam e se afirmam. Cada fala registrada carrega múltiplos sentidos, frutos de uma história viva, coletiva e em constante reconstrução. Esse movimento fortalece o entendimento de que escutar e registrar também são atos formativos e pedagógicos, capazes de romper com silenciamentos históricos.

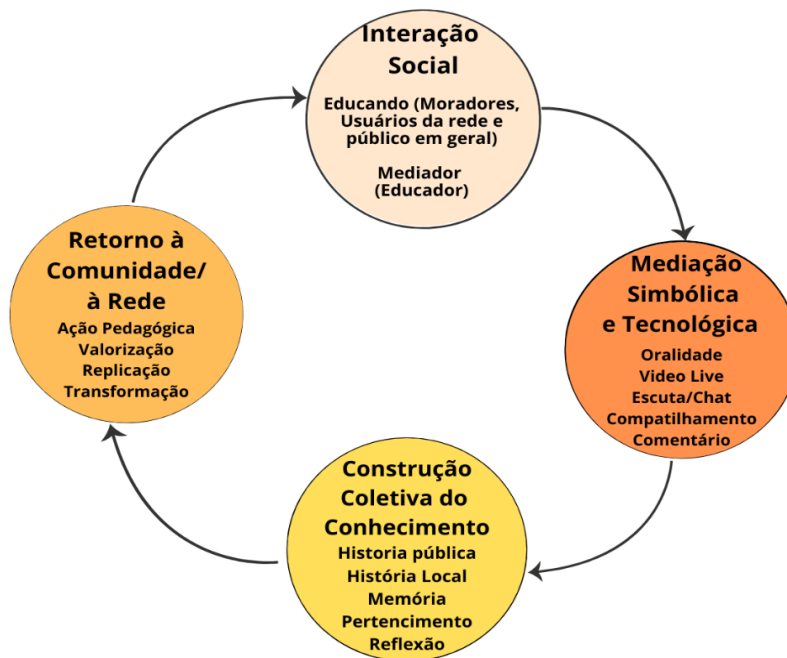
Sem desconsiderar os aspectos biológicos do desenvolvimento, é nas interações sociais que ocorrem as transformações cognitivas mais significativas. O sujeito se constitui na relação com o outro, em um processo dialético que envolve linguagem, cultura e colaboração. Um dos conceitos centrais da abordagem socioconstrutivista de Vygotsky (1991) é a de mediação, entendida como o uso de elementos simbólicos como: a linguagem, os signos e as ferramentas culturais, que possibilitam a interação entre sujeito e mundo.

A aprendizagem não ocorre de forma direta com a realidade, mas é constantemente mediada por instrumentos culturais, práticas sociais e, principalmente, por sujeitos mais experientes. Vygotsky (1991) propôs o conceito de zona de desenvolvimento proximal (ZDP), compreendida como o espaço entre as habilidades que o sujeito já consegue desempenhar de forma autônoma (nível de desenvolvimento real) e aquelas que pode desenvolver com o auxílio de outra pessoa (nível de desenvolvimento potencial).

Esses fundamentos teóricos se concretizam na proposta da TV Educativa, em que o mediador, a rua e seus moradores constituem uma “sala viva”, um espaço de aprendizagem expandido que ultrapassa os limites da escola formal e reconhece os saberes populares como legítimos. Por meio do canal TBC, o território se transforma em campo de conhecimento, os moradores se afirmam como narradores centrais da narrativa, e suas memórias ganham visibilidade como patrimônio coletivo.

A dinâmica desse processo está representada na Figura 2, que ilustra o ciclo socioconstrutivista das lives da TV Educativa como um percurso de Interação Social, Mediação Simbólica/Tecnológica, Construção Coletiva do Conhecimento e Retorno a Comunidade/ à Rede. Esse ciclo, ilustrado no diagrama a seguir, fundamenta-se nos princípios da Design-Based Research (DBR), que propõe a construção iterativa de soluções educativas a partir da prática e das experiências vividas durante a execução da proposta.

Figura 2 - Diagrama circular representando o socioconstrutivismo nas lives “Memórias da Rua Paraíba”



Fonte: Elaborado pela autora/ Canva (2025).

Na sequência, detalham-se as características de cada dimensão representadas no diagrama socioconstrutivista, evidenciando os elementos que caracterizam o planejamento das transmissões síncronas.

Quadro 3 - Dimensões Socioconstrutivistas dos encontros síncronos

Dimensão	Características
1. Interação Social	Corresponde ao momento inicial do encontro entre mediador/educador e a comunidade, durante a transmissão ao vivo, em que se constroem vínculos de confiança e reconhecimento mútuo. Fundamenta-se na concepção de aprendizagem como processo relacional, mediado por interações sociais significativas, conforme Vygotsky (1991) e Freire (1996).
2. Mediação Simbólica e Tecnológica	Refere-se ao uso da oralidade, dos recursos audiovisuais e das ferramentas digitais como instrumentos de mediação da aprendizagem e da construção de sentidos. Alinha-se à perspectiva vygotskiana da mediação cultural de Vygotsky (1991) e ao dialogismo bakhtiniano descrito por Sipriano e Gonçalves (2017), no qual os signos operam como estruturas de interação entre sujeitos.
3. Construção Coletiva do Conhecimento	Designa o momento em que relatos, memórias e experiências compartilhadas pela comunidade e pelos usuários são ressignificados como conhecimento coletivo. Por meio do diálogo e da escuta ativa, emerge uma aprendizagem situada, crítica e historicamente contextualizada, conforme defendem Bruner, Vygotsky (1991) e Freire (1996).
4. Retorno à Comunidade e à Rede	Diz respeito à socialização dos conteúdos gerados, por meio do registro e da disponibilização digital. Valoriza a memória coletiva como acervo pedagógico e cultural, permitindo seu uso contínuo e colaborativo, em consonância com os princípios da História Pública e da pedagogia emancipatória de Freire (1987).

Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Embora apresentadas sequencialmente para fins de organização didática, as quatro dimensões socioconstrutivistas que estruturam a proposta das transmissões (Interação Social, Mediação Simbólica e Tecnológica, Construção Coletiva do Conhecimento e Retorno à Comunidade e à Rede) não devem ser compreendidas como etapas rígidas.

Ao contrário, elas se entrelaçam e ocorrem de forma simultânea ao longo das transmissões. Cada uma se manifesta com maior ênfase em momentos específicos da live, mas todas estão presentes de maneira integrada, refletindo a complexidade do processo educativo, da mediação comunitária e das relações entre sujeitos e saberes.

Bruner (2001, p. 9) amplia essa compreensão ao afirmar que a educação ultrapassa os limites da sala de aula e se realiza em diversos contextos da vida cotidiana:

A educação não ocorre apenas nas salas de aula, mas em torno da mesa do jantar, quando os membros da família tentam extrair um sentido conjunto do que aconteceu durante aquele dia, ou quando as crianças tentam se ajudar para extrair sentido do mundo adulto, ou quando um mestre e um aprendiz interagem no trabalho.

Segundo o autor, “a escola é uma entrada para a cultura e não apenas um preparo para ela [...] Um sistema de educação deve ajudar aqueles que estão crescendo em uma cultura a encontrar uma identidade dentro dela mesma. Sem ela, eles tropeçam em seu esforço de significado” (Bruner, 2001, p. 46).

Essa perspectiva reforça o entendimento da transmissão síncrona, no contexto das lives, como um processo educativo em que o contexto de moradia se torna uma sala de aula viva, e os usuários da rede, sujeitos do saber.

A proposta pedagógica desenvolvida relaciona os fundamentos da História Pública, ao democratizar a produção do conhecimento histórico; da memória coletiva, ao legitimar as narrativas orais como forma de resistência; e da cultura local, ao valorizar experiências comunitárias como conteúdos vivos de reflexão e aprendizagem. Tais práticas também se afirmam como estratégias de decolonialidade na educação.

O armazenamento das lives em playlists contribui para o retorno à comunidade e amplia o acesso dos usuários da rede, permitindo que os vídeos se tornem recursos pedagógicos em diversos contextos educacionais.

A seção a seguir apresentará aspectos teóricos e técnicos sobre as transmissões síncronas no YouTube, direcionada à interatividade, ao planejamento e à construção de lives.

3.3 A TV EDUCATIVA NO YOUTUBE: INTERATIVIDADE, PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO DE LIVES

Nem mesmo a urbanização pôde romper com a ancestralidade viva que os terreiros preservam. Atualmente, os mais antigos do bairro: Terreiro Tumbenci (1850), São Roque (1943) e Olufanjá (1969) seguem ativos na região, reafirmando tradições e conectando a memória quilombola à vivência das comunidades, conforme descrito por Hildete Costa (2018).

Apresentada no recorte cartográfico da Figura 1 (seção 2.3), a Rua Paraíba está situada no bairro Beiru/Tancredo Neves, antigo território do Quilombo do Cabula. Essa localização reforça a centralidade do território na proposta da TV Educativa, que transforma o espaço urbano em lugar de escuta, memória e aprendizagem viva da história local.

Mesmo diante da violência e das tentativas de apagamento histórico promovidas pela urbanização, a comunidade manteve viva sua identidade ancestral, reivindicando a preservação de seus símbolos e memórias afetivas. Essa resistência cotidiana reafirma a potência dos terreiros como guardiões da memória e da luta por reconhecimento.

É sob essa lógica que se insere a proposta da TV Educativa no YouTube, articulando memória, território e educação popular em rede. Esta subseção explora como a proposta desenvolvida nesta pesquisa transforma o território em espaço de escuta, aprendizagem e valorização da história local.

A TV Web Educativa será veiculada por meio do canal TBC, já existente no YouTube, utilizando a funcionalidade de transmissões ao vivo (lives). Esses encontros serão gravados automaticamente e organizados em uma playlist intitulada “Vozes do Quilombo Contemporâneo”, conforme o planejamento construído para a programação.

Foram previstas duas lives com temáticas flexíveis, definidas a partir das memórias e experiências dos convidados, moradores mais antigos do bairro Beiru/Tancredo Neves. A participação da comunidade será estimulada por meio do chat ao vivo, promovendo interação direta e afetiva.

Entre os eixos temáticos abordados estão: transformações urbanas e sociais do bairro/Rua Paraíba (1ª live), vizinhança e solidariedade comunitária (2ª live), além de festividades e expressões culturais (em lives seguintes).

As transmissões, armazenadas na plataforma, serão disponibilizadas à comunidade como recursos pedagógicos que podem ser utilizados em projetos interdisciplinares, aulas de história local e atividades de valorização da memória comunitária. Funcionam como ferramentas didáticas que possibilitam a construção coletiva do conhecimento, favorecendo a escuta ativa e a participação dialogada.

Diferentemente da mídia tradicional, o YouTube permite que qualquer pessoa com uma câmera e uma ideia compartilhe seu conteúdo e alcance públicos diversos. Nele, os espectadores são chamados de usuários, e quem produz os vídeos é reconhecido como criador de conteúdo (Oxford Economics, 2021).

As transmissões ao vivo são recursos audiovisuais síncronos que possibilitam comunicação direta e em tempo real entre usuários e mediadores. No contexto desta pesquisa, favorecem a interação comunitária por meio da própria plataforma do YouTube.

É importante ressaltar que esta pesquisa não se propõe a apresentar um tutorial técnico detalhado sobre criação de canais, existem diversos guias disponíveis na própria plataforma.

No entanto, considerando o caráter prático da proposta e seu potencial de replicação, apresenta-se a seguir um panorama básico com os passos fundamentais para a realização das transmissões, garantindo autonomia mínima para sua implementação.

A indicação do celular reforça a acessibilidade tecnológica e o princípio da valorização dos saberes do território, ao permitir que educadores(as), moradores(as), usuários(as) ou estudantes possam, com um aparelho simples e uma conexão mínima, produzirem conteúdos educativos significativos e dar visibilidade às memórias coletivas.

Para garantir a viabilidade da proposta em contextos comunitários e escolares, o Quadro 4 a seguir apresenta as etapas técnicas básicas para a realização, transmissão e organização das lives no YouTube pelo aparelho de celular. A linguagem acessível e os recursos mínimos necessários foram considerados, visando ampliar a possibilidade de replicação da experiência pedagógica em outros locais.

Quadro 4 - passo a passo técnico para realização das lives no YouTube

1. Criar live no Youtube	2. Ativar o chat ao vivo	3. Como armazenar o vídeo da live após a transmissão	4. Como adicionar a live em uma playlist
<p>No celular (YouTube aplicativo):</p> <p>a. Abra o aplicativo YouTube.</p> <p>b. Toque no ícone + (mais) no canto inferior.</p> <p>c. Selecione Ao vivo (aguardar 24 horas para ativação, deve possuir a partir de 50 inscritos).</p> <p>d. Dê um nome para a live e escolha a visibilidade (público, privado, não listado).</p> <p>e. Ative ou desative o chat ao vivo (ele</p>	<p>O chat ao vivo permite a interação em tempo real com os espectadores e vem ativando automaticamente. Se necessário, é possível:</p> <p>a. Moderar o chat (filtrar palavras, ativar modo lento).</p> <p>b. Criar enquete ao vivo durante a transmissão.</p> <p>Na parte inferior da janela do chat, você toca no ícone + (mais) e em seguida criar uma enquete ou para responder perguntas no chat, toque em menu e selecione a pergunta.</p>	<p>Ao encerrar a live, o YouTube salva automaticamente o vídeo no canal:</p> <p>a. Acesse YouTube Studio (studio.youtube.com).</p> <p>b. No menu lateral, clique em “Conteúdo” > aba Ao vivo.</p> <p>c. O vídeo da live aparecerá lá com status ao vivo finalizado.</p> <p>d. É possível editar título, descrição e visibilidade.</p>	<p>Organizar as lives em uma playlist fixa melhora o acesso ao conteúdo e fortalece o acervo pedagógico.</p> <p>Criar playlist:</p> <p>a. No YouTube Studio, vá em Playlists > clique em Nova playlist.</p> <p>b. Dê um nome, por exemplo: “Memórias da Rua X”.</p> <p>c. Escolha a visibilidade (pública, privada, não listada). O ideal é escolher a alternativa pública para maior visibilidade dos usuários da rede.</p> <p>d. Clique em Salvar.</p> <p>Adicionar live à playlist:</p>

<p>vem ativado por padrão).</p> <p>f. Para terminar a transmissão aperte concluir.</p>			<p>a. Na aba Conteúdo, localize a live finalizada.</p> <p>b. Clique em Editar (ícone de lápis).</p> <p>c. Vá até a opção Playlist, selecione a playlist desejada.</p> <p>d. Clique em Salvar.</p>
---	--	--	---

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base no Google (2025).

Essas transmissões fortalecem o compromisso social da educação com as vozes historicamente silenciadas, sendo marcadas pela espontaneidade e pela possibilidade de interação direta com o público, por meio de comentários e mensagens instantâneas.

Na sequência, apresenta-se o Quadro 5, que oferece um modelo-base para o planejamento pedagógico das lives realizadas no âmbito da TV Web Educativa, reunidas na playlist “Vozes do Quilombo Contemporâneo”, disponível no canal do YouTube TBC. O quadro tem caráter exemplificativo e serve como referência para futuros educadores e comunidades que desejem adaptar ou replicar essa proposta em outros territórios.

Quadro 5 - Modelo base de planejamento pedagógico para lives educativas

Elemento	Descrição
Tema/eixo norteador	Memórias da história local, práticas culturais e vivências comunitárias entre outras.
Convidado(a)	Moradores, usuários da redeem geral.
Mediador(a)	Educador ou colaborador.
Data prevista	Conforme planejamento.
Duração estimada	Conforme planejamento.
Interação com o público	Chat ao vivo, comentários abertos e perguntas espontâneas durante a live.
Objetivo educacional	Valorização da história local, fortalecimento da identidade territorial e incentivo ao pertencimento comunitário.
Produção final	Live educativa gravada e organizada em playlist no canal do YouTube.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ressalta-se que o modelo oficial com os planejamentos detalhados de cada live será apresentado no capítulo seguinte, dedicado à modelagem da proposta.

A realização de lives ainda enfrenta desafios concretos de acesso, como a ausência de celulares com boa captação de vídeo e conexão estável à internet em algumas famílias. No entanto, essas limitações não enfraquecem a proposta; ao contrário, evidenciam a urgência de políticas públicas voltadas à inclusão digital e à valorização das mídias comunitárias como instrumentos de democratização do conhecimento. Tais obstáculos reforçam a necessidade de garantir o acesso pleno à cidadania digital.

O canal TBC foi lançado em abril de 2021, com base na metodologia socioconstrutivista, pela professora Francisca de Paula Santos da Silva. Conta com mais de 500 inscritos, 75 vídeos e mais de 10 mil visualizações, funcionando como espaço de visibilidade para ações colaborativas e solidárias. Está vinculado a projetos de ensino, pesquisa e extensão com foco no Turismo de Base Comunitária, integrando dimensões culturais, socioeconômicas e ambientais.

A presença da tecnologia audiovisual na vida cotidiana tornou-se cada vez mais intensa. Do rádio à televisão e, posteriormente, à internet, as formas de comunicar saberes passaram por profundas transformações.

Essa transformação na forma de produzir e consumir conteúdos está diretamente ligada à longa trajetória da linguagem audiovisual na educação. Desde o início do século XX, filmes educativos passaram a ser utilizados nas escolas, consolidando-se como recursos pedagógicos. Com o avanço das tecnologias, como a televisão, o computador e os satélites, abriu-se o caminho para o ensino a distância em larga escala, superando fronteiras e conectando milhões de estudantes (Pfromm Netto, 2011).

Criado em 2005 por ex-colaboradores da empresa PayPal e, mais tarde, adquirido pelo Google, o YouTube tornou-se uma ferramenta potente de democratização da informação e da produção de conteúdo, conforme apontam Lima e Moura (2024). Sua acessibilidade e alcance fazem dele um instrumento ideal para práticas educativas voltadas à valorização da cultura local.

Nesse sentido, criar e divulgar as memórias da Rua Paraíba por meio da plataforma representa uma estratégia de resistência, pertencimento e inovação pedagógica.

Conforme Moran (2000, p. 38):

Televisão e vídeo combinam a comunicação sensorial-cinestésica, com a audiovisual, a intuição com a lógica, a emoção com a razão. Integração que começa pelo sensorial, pelo emocional e pelo intuitivo, para atingir posteriormente o racional. Televisão e vídeo encontraram a fórmula de comunicar-se com a maioria das pessoas, tanto crianças como adultos.

Complementando esse entendimento, Semeler (2010, p. 11) define que “o vídeo é uma forma de imagem técnica, isto é, uma representação visual produzida por dispositivos tecnológicos, as chamadas máquinas de imagens, que não apenas reproduzem o mundo, mas também expressam conceitos sobre ele.”

Ademais, como destaca Moran (2000), boa parte da força da linguagem audiovisual reside em sua capacidade simbólica, por comunicar-se por múltiplos caminhos simultaneamente, inclusive no plano inconsciente. Por esse motivo, compreender e utilizar essa linguagem de maneira crítica e criativa tornou-se uma necessidade premente para a educação contemporânea.

Segundo o relatório Impacto do YouTube no Brasil (Oxford Economics, 2021), a plataforma tem contribuído significativamente para a democratização do conhecimento e a promoção da inclusão digital. Globalmente, mais de um bilhão de horas de vídeos são assistidas diariamente. No Brasil, mais de 20 mil canais atingiram a marca de 100 mil inscritos em 2021, representando um crescimento de 25% em relação ao ano anterior. Além disso, 99% dos usuários afirmaram utilizar o YouTube como fonte de aprendizado e informação.

O estudo também evidencia o papel da plataforma na visibilidade de grupos historicamente marginalizados, promovendo diversidade, inclusão e conexão entre comunidades.

Considerando esse potencial de alcance e representatividade, é fundamental destacar que práticas pedagógicas voltadas à valorização da cultura local e à escuta das memórias coletivas também se articulam com o compromisso ético de uma educação antirracista.

De acordo com o documento do Ministério da Educação (Brasil, 2010), cabe à escola promover uma pedagogia que reconheça o impacto histórico do racismo na exclusão da população afrodescendente. Entre suas diretrizes, destaca-se a valorização da cosmovisão africana como base para práticas educativas, envolvendo princípios como ancestralidade, oralidade, coletividade, circularidade do tempo, solidariedade e a integração entre saber, corpo e território, elementos frequentemente ignorados no campo educacional.

O mesmo documento orienta uma postura crítica e propositiva frente às injustiças sociais e às desigualdades raciais. Essas diretrizes colaboram para:

- Sensibilizar a comunidade escolar quanto à mudança de comportamentos, minimizando atitudes de descaso e desrespeito à diversidade étnico-racial;
- Promover a participação efetiva da escola nas lutas antirracistas;
- Efetivar um currículo escolar comprometido com a justiça social e o combate às desigualdades (Brasil, 2010, p. 68).

Essa perspectiva dialoga com a visão de Paulo Freire (1996, p. 38), que em “Pedagogia da Autonomia” reafirma a educação como prática de intervenção no mundo:

Outro saber que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos, implica tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento.

Com base nesse processo, compreender a memória como elemento essencial na construção identitária torna-se ainda mais urgente. Conforme o documento Orientações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2010), a memória é uma construção humana, resultado de uma ação intencional sobre o passado, e nunca neutra. Surge da escuta e das vivências, orientada por referências individuais e coletivas que determinam o que se escolhe lembrar, registrar e compartilhar.

Registrar e valorizar as memórias locais por meio de recursos audiovisuais, como as lives no YouTube, fortalece uma pedagogia decolonial. Trata-se de um gesto de resistência que contribui para dismantlar estruturas opressoras e valorizar saberes historicamente invisibilizados. Essa prática integra um projeto educacional que reconhece os saberes comunitários e legitima uma história plural, cotidiana e viva.

Do mesmo modo, o educador ou educadora antirracista é, acima de tudo, alguém consciente de si e das estruturas de opressão que organizam a sociedade. Em um mundo atravessado pelo racismo estrutural, essa pessoa compreende que não há como escapar psicologicamente desse mal social sem enfrentá-lo em suas raízes.

Como afirma Pinheiro (2023, p. 145): “O educador antirracista [...] compreende que não há como fugir psicologicamente desse mal social se não destruímos o racismo em suas bases.”

Em razão disso, registrar memórias locais com o uso de ferramentas digitais constitui um ato de resistência, que fortalece a perspectiva decolonial e rompe com o sistema excludente. Ao escutar, registrar e divulgar essas memórias em plataformas globais como o YouTube, amplia-se a visibilidade de narrativas historicamente silenciadas.

Nas palavras de Pinheiro (2023, p. 107): “A colonialidade, por sua vez, é um padrão subjetivo de subalternidade do Sul Global perante o Norte Global [...]. A decolonialidade vai na contramão, buscando descentralizar o pioneirismo e a potência do mundo que nos cerca, tendo como bases únicas o continente europeu e os Estados Unidos”.⁴

⁴ O termo “Sul Global” refere-se aos países e povos historicamente colonizados e marginalizados nas relações de

Com base na crítica à colonialidade como lógica global de subordinação, esta pesquisa se ancora na perspectiva da decolonialidade da existência, do conhecimento e do poder. Parte-se do entendimento de que os processos educacionais devem ser tensionados por conceitos como pensamento outro, decolonialidade e crítica ao poder hegemônico. O pensamento outro representa a possibilidade de pensar a partir da descolonização, como resistência à não existência, à existência subordinada e à desumanização. A decolonialidade, mais do que superar a colonização, propõe a criação de novos modos de ser, saber e poder: uma reconstrução radical dessas dimensões (Candau; Oliveira, 2010).

É com esse posicionamento que esta pesquisa se constrói: ao dar visibilidade às memórias da Rua Paraíba por meio do canal “Turismo de Base Comunitária – TBC”, reconhece-se esse território como espaço de produção de saberes, afetos e histórias. Não é apenas uma rua; é um lugar vivo, em movimento, que educa e transforma.

Nesse processo, o audiovisual mostra-se como ferramenta potente. Com sua capacidade de comunicar por múltiplos caminhos simultaneamente, alcança símbolos e imagens com os quais nos identificamos. Por isso, é fundamental que a escola compreenda essa linguagem e a utilize de forma crítica e criativa no processo educativo (Moran, 2000).

Dessa forma, reafirma-se que este trabalho está alinhado a uma pedagogia decolonial e antirracista, que valoriza os saberes locais e reconhece a importância das culturas afroindígenas e de outros grupos historicamente invisibilizados. Ao articular memória, linguagem audiovisual e educação, a proposta reafirma também o papel da escola como espaço de escuta, reconstrução histórica e valorização das múltiplas vozes que compõem o tecido social.

Assim, a TV Educativa configura-se não apenas como ferramenta de registro, mas como expressão viva da memória popular, em que o saber não é apenas preservado, mas também compartilhado, valorizado e transformador.

Posteriormente, apresenta-se a modelagem desse processo, que inclui as etapas metodológicas das lives, a definição dos temas abordados e as estratégias de mediação utilizadas para promover uma participação ativa e dialógica dos envolvidos.

poder mundial, em contraste com o “Norte Global”, representado por Europa e Estados Unidos. A decolonialidade busca valorizar os saberes e culturas desses grupos, desafiando a centralidade ocidental na produção do conhecimento.

4. MODELAGEM

A modelagem das intervenções síncronas nesta pesquisa será realizada por meio de uma TV Web comunitária já existente, com canal ativo no YouTube. Vai além da simples transmissão ao vivo: tratar-se-á de uma prática educativa com propósito formativo, voltada à valorização da história local, à escuta ativa e à construção do sentimento de pertencimento comunitário.

As lives serão planejadas como experiências educacionais com sentido simbólico e afetivo, estruturadas em etapas claras e flexíveis, fundamentadas nos princípios do socioconstrutivismo de Vygotsky (1991), em diálogo com as perspectivas de Bakhtin (Sipriano; Gonçalves, 2017), Bruner (2001) e Freire (1987; 1996).

A modelagem proposta será inspirada, em parte, na estrutura apresentada por Taiara Gonzaga Gonçalves (2020), mas adaptada às especificidades do território do Beiru e reorganizada com base em princípios socioconstrutivistas e na escuta comunitária.

A Rua Paraíba, no bairro do Beiru, será o ponto de partida da proposta, situada em um território carregado de memórias, vínculos e silenciamentos históricos. A modelagem pedagógica concebida ao longo da pesquisa terá alcance ampliado, com potencial de adaptação a outros contextos educativos e sociais.

Cada vídeo síncrono seguirá uma estrutura básica, organizada conforme as temáticas centrais relacionadas à história local e à memória coletiva. A programação contemplará:

1. **Abertura e acolhimento:** o mediador contextualizará o projeto e o eixo temático.
2. **Apresentação do(s) morador(es) convidado(s):** ocorrerá interação inicial com o morador convidado.
3. **Questões norteadoras:** quando necessário, o mediador intervirá com questões sobre a história local e a memória da rua.
4. **Interação com o público:** haverá diálogo mediado entre morador e usuários via chat, incentivando o engajamento e o compartilhamento de saberes.
5. **Encerramento reflexivo:** será feito convite aos participantes para a próxima transmissão, incentivo à inscrição no canal, comentários, curtidas, compartilhamentos, sugestões de melhoria e estímulo à criação de trabalhos semelhantes de valorização da história local.

A estrutura da programação será pensada para garantir o protagonismo dos moradores e possibilitar a construção de uma narrativa comunitária viva e significativa.

Os temas das lives não serão definidos de forma rígida, mas organizados a partir de eixos orientadores abertos, como transformações urbanas, solidariedade comunitária e festividades locais. As mediações realizadas com todos os participantes ocorrerão por meio de entrevistas semiestruturadas em formato de diálogo aberto.

Esses eixos serão escolhidos com base na contextualização histórica da região e nas escutas iniciais realizadas durante a pesquisa de campo, prevista para ocorrer em junho de 2024, na disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos de História no Ensino Fundamental. Os eixos temáticos funcionarão como orientação para a conversa, sem limitar sua espontaneidade, permitindo que o(a) morador(a) conduza sua narrativa conforme suas memórias e vivências. Essa estratégia pedagógica valorizará a singularidade de cada história e estimulará a escuta sensível como eixo formativo e comunitário da proposta.

As transmissões serão realizadas pelo canal “Turismo de Base Comunitária - TBC”, com duração média entre 50 e 60 minutos cada. Os vídeos ficarão organizados em uma playlist específica intitulada “Vozes do Quilombo Contemporâneo”, disponível publicamente no YouTube. Após as lives, os comentários permanecerão abertos para que outros moradores possam contribuir com registros, relatos ou percepções. A manutenção dessa playlist como repositório de memória garantirá o aspecto documental e formativo do projeto.

Essas lives não se encerrarão em si mesmas: tornar-se-ão recursos didáticos digitais com potencial para serem utilizados em escolas, projetos interdisciplinares, encontros comunitários e atividades de valorização da história local. A proposta é que sirvam de base para modelos replicáveis, capazes de inspirar outros educadores, estudantes e comunidades a desenvolverem experiências semelhantes. Para isso, o projeto oferecerá uma estrutura simples e acessível, com roteiro sugerido, etapas de planejamento e organização técnica básica (celular com câmera, ambiente iluminado, microfone acessível), facilitando sua reprodução em diferentes contextos.

Assim, a TV Educativa já atuante se configurará como um dispositivo formativo e simbólico, que transformará a rua e as memórias em conteúdo pedagógico, reconhecendo os moradores como sujeitos do próprio processo de construção de saberes. O canal produzirá e transmitirá duas lives com moradores do Beiru, utilizando a linguagem audiovisual como ponte entre território e aprendizagem. O território se converterá em espaço de formação, onde a história local ganhará visibilidade e valor social.

Embora existam experiências dispersas de uso educativo de transmissões ao vivo, esta pesquisa proporá uma modelagem replicável, especificamente voltada a contextos comunitários, com foco na valorização da história local e no fortalecimento do sentimento de pertencimento.

O Quadro 6 a seguir apresenta as principais etapas da modelagem desenvolvida para a realização das transmissões ao vivo na TV Educativa TBC, com os vídeos síncronos “Memórias da Rua Paraíba” (lives 1 e 2). As etapas estão organizadas em três momentos: pré-live, durante a live e pós-live. Cada fase foi planejada para assegurar organização, intencionalidade pedagógica e interação com o público, visando fortalecer o sentimento de pertencimento e promover a construção coletiva do conhecimento.

Quadro 6 - Etapas da Modelagem Pedagógica das Lives da TV Educativa

ETAPA	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES	CARACTERÍSTICAS
1. Pré-Live (Planejamento e Organização)	1.1 Elaboração da programação das lives com eixos orientadores flexíveis. 1.2 orientadores flexíveis. 1.3 Convite aos moradores e divulgação nas redes. 1.4 Organização do local, cenário, iluminação e microfone. 1.5 Testes de equipamentos e conexão. 1.6 Preparação da abertura e das perguntas norteadoras.	Planejamento coletivo, escuta prévia, autonomia técnica e organização intencional da escuta pública.
2. Live (Execução e Interação)	2.1 Abertura da live, acolhimento e explicação breve do projeto. 2.2 Condução de perguntas pela mediadora. 2.3 Fala do morador convidado. 2.3 Estímulo à participação pelo chat com comentários e perguntas. 2.4 Agradecimento público aos participantes. 2.5 Encerramento com convite à próxima live, incentivo a curtidas, comentários e compartilhamentos.	Construção coletiva do conhecimento, interação social ao vivo, mediação simbólica e tecnológica em tempo real, escuta ativa e valorização da oralidade.
3. Pós-Live (Retorno e Engajamento Contínuo)	3.1 Compartilhamento do link nas redes e grupos da comunidade. 3.2 Inclusão da live em playlist do canal. 3.3 Incentivo a comentários pós-live. 3.4 Coleta informal de feedback dos convidados e do público. 3.5 Análise reflexiva da pesquisadora sobre mediação, tempo de fala, fluidez e escuta. 3.6 Refinamento da próxima transmissão com base nas observações e aprendizados.	Retorno à comunidade e à rede, continuidade pedagógica, apropriação pública do conteúdo. A etapa pós-live contempla, além da análise da participação, um registro reflexivo da pesquisadora sobre sua mediação, considerando escuta, tempo de fala e fluidez.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A modelagem proposta nesta pesquisa será desenvolvida com base na realidade da Rua Paraíba, mas ampliada, com potencial de aplicação em outros territórios. **A estrutura em três etapas: pré-live, live e pós-live**, será simples, acessível e poderá ser adaptada a diferentes contextos, desde que se mantenha o compromisso com a escuta, a valorização da memória e a

mediação pedagógica.

A etapa pré-live desempenhará papel essencial na preparação das condições para que a transmissão ocorra de forma significativa e respeitosa. Ela abrangerá a definição do espaço, a escolha dos temas de maneira flexível e sensível às narrativas dos moradores, além do convite aos participantes e à comunidade, tanto presencialmente quanto por meio das redes sociais.

Os cuidados com aspectos técnicos, como iluminação, som e conexão, não se limitarão à funcionalidade, mas revelarão um compromisso ético com a valorização dos saberes que serão compartilhados. Essa etapa representará o momento em que o projeto se estruturará como prática educativa, a partir da escuta atenta e do reconhecimento do território como espaço legítimo de produção de conhecimento.

Na etapa pré-live, serão elaborados dois cards digitais de divulgação contendo datas, horários, canal de transmissão, tema e convidados das lives. Esse material gráfico terá como propósito sensibilizar o público local e ampliar o alcance da ação, sendo divulgado previamente em redes sociais e grupos comunitários. Os cards contribuirão para consolidar a identidade visual do projeto.

O momento da transmissão será aprofundado mais à frente (Quadros 7 e 8). **Durante a live**, o mediador (educador) apresentará o eixo temático, conduzirá o diálogo e assegurará que os moradores convidados assumam o protagonismo de sua própria narrativa. A interação com os usuários da rede, por meio do chat, promoverá a construção coletiva do conhecimento, fortalecendo vínculos afetivos e pedagógicos entre participantes e espectadores. Essa etapa simbolizará a força motriz da proposta: um espaço de troca, aprendizado, pertencimento e visibilidade de outras vozes.

Após a transmissão, o conteúdo será armazenado no canal e incluído na playlist, reafirmando o compromisso com a memória e a continuidade pedagógica do projeto. **A etapa pós-live** ampliará o alcance da proposta, permitindo que os vídeos sejam acessados por novos públicos, utilizados em práticas educacionais e inspirem outros registros.

As interações posteriores, como comentários, curtidas, sugestões de melhoria e compartilhamentos, corroborarão com o ciclo socioconstrutivista da proposta, gerando novas camadas de aprendizado a partir do que for compartilhado.

Os Quadros 7 e 8 apresentarão a programação planejada para as duas lives que comporão a proposta das intervenções síncronas transmitidas na TV Educativa. Cada live trará o nome do participante, o eixo temático, a duração e a sequência da transmissão: abertura com a mediadora, fala do convidado, interação via chat e encerramento. Essa organização buscará garantir a fluidez da conversa sem engessar a espontaneidade da narrativa.

Cada live terá uma intenção formativa específica, que orientará pedagogicamente a transmissão, distinta dos objetivos gerais e específicos da pesquisa. Sua função garantirá que cada live esteja enraizada nos princípios da pedagogia socioconstrutivista e voltada à valorização das narrativas locais.

A estrutura das lives proposta nesta pesquisa guardará relação direta com as quatro dimensões do Diagrama Socioconstrutivista apresentado na seção 3.2 (Quadro 3). A **Interação Social** se manifestará desde a pré-live, o planejamento, convite aos moradores e organização do ambiente, e se estenderá ao início da transmissão, quando o mediador acolherá o público e estabelecerá um vínculo afetivo e dialógico com a comunidade.

A **Mediação Simbólica e Tecnológica** ocorrerá predominantemente durante a gravação, por meio da oralidade, das ferramentas audiovisuais e da presença ativa do morador convidado, cuja fala será mediada por signos culturais e tecnológicos.

A **Construção Coletiva do Conhecimento** acontecerá no momento da interação entre morador, mediador e usuários da rede, principalmente por meio das perguntas, participação no chat e diálogos construídos coletivamente, transformando as memórias individuais em saberes compartilhados.

Finalmente, o **Retorno à Comunidade e à Rede** se concretizará no encerramento da live, com o convite à participação contínua via comentários, curtidas e compartilhamentos, além da posterior disponibilização do vídeo na playlist pública, o que ampliará seu uso como recurso pedagógico, potencializando a circularidade do conhecimento e o pertencimento coletivo.

Os coautores das narrativas serão moradores antigos do bairro Beiru, com vivências marcadas pela oralidade e por laços profundos com o território. Serão pessoas que carregarão memórias afetivas, culturais e históricas, construídas no cotidiano e na convivência. Mesmo sem ocuparem espaços formais de fala ou ensino, esses moradores serão “guardiões” de saberes comunitários e tradicionais, transmitidos por meio da escuta, da prática e da vivência direta no bairro.

Embora o foco da proposta seja relembrar vivências ligadas à Rua Paraíba, será preciso reconhecer que essa rua está entrelaçada ao contexto histórico e afetivo do bairro Beiru/Tancredo Neves. É comum que surjam referências a outras ruas, nomes próprios (toponímias), relações de vizinhança e transformações marcantes vividas em diferentes partes do Beiru.

A Rua Paraíba funcionará como ponto de partida, mas não será o único elo: as memórias narradas conectarão diferentes partes do bairro, compondo um tecido coletivo em que cada via, cada lembrança, carregará a história da comunidade.

Quadro 7 - Programação das Live 1 “Memórias da Rua Paraíba”

PROGRAMAÇÃO DA LIVE 1		
EIXO ORIENTADOR: Transformações urbanas e sociais do bairro/rua Paraíba (urbanização). Vizinhança e Solidariedade comunitária.	Mudanças na região, bairro/ruas relacionada a rua Paraíba: pavimentação, chegada de energia, água encanada, mudança nos modos de vida, comércio, desaparecimento de referências culturais, as relações entre os moradores, as trocas, as redes de cuidado e se sentir parte do território.	
PARTICIPAÇÃO DE DOIS MORADORES MAIS ANTIGOS		
PROPÓSITO FORMATIVO DA LIVE: Incentivar a escuta de memórias sobre as transformações sociais e urbanas vividas no bairro do Beiru e na Rua Paraíba, valorizando as experiências ligadas à vizinhança e às redes de solidariedade reconhecendo os moradores antigos como fontes vivas de saberes comunitários e históricos.		
DURAÇÃO APROXIMADA: 50 a 60 minutos.		
DIMENSÕES SOCIOCONSTRUTIVISTAS	MOMENTOS	DESCRIÇÃO
Interação Social	1. Abertura e acolhida (10 a 12 minutos)	A mediadora iniciará a transmissão apresentando brevemente a proposta da <i>TV Educativa: Memórias da Rua Paraíba</i> e introduz o eixo temático da live, contextualizando-o dentro da história local e das vivências do território.
		Em seguida, convidará o(a) morador(a) a participar do diálogo, abrindo espaço para que compartilhe suas memórias de forma livre e afetiva. Caso a mediadora sinta necessidade, poderá fazer mediações, como por exemplo: 1. <i>Como era a Rua Paraíba antes das mudanças no bairro? O que mais te marcou nesse processo?</i> 2. <i>Como era a convivência entre vizinhos antigamente na comunidade?</i> 3. <i>Na sua opinião, o que foi perdido ou mantido com a chegada do asfalto, dos prédios ou da urbanização?</i>
Mediação Simbólica e Tecnológica	2. Participação do morador (12 - 20 minutos)	A mediadora incentivará os usuários a participarem pelo chat.
		Após o relato inicial dos(as) moradores(as), seguirá estimulando o público a interagir, enviando comentários, lembranças, perguntas, curtidas e compartilhamentos. Essa interação fortalecerá o diálogo, ampliará a troca de saberes e contribuirá para a construção coletiva da memória da comunidade.
Construção Coletiva do Conhecimento	3. Interação com o público (10-16 minutos)	Na sequência, a mediadora realizará a leitura das mensagens enviadas no chat, promovendo o diálogo entre os(as) moradores(as) convidados(as) e os(as) usuários da rede. Os comentários e perguntas do público serão lidos em voz alta, possibilitando respostas dos(as) convidados(as) ou complementações pela própria mediação. Essa troca valorizará o saber compartilhado e fortalecerá a construção coletiva das lembranças da comunidade.

Retorno à Comunidade e à Rede	4. Encerramento e convite (8 -12 minutos)	Será essencial escutar os moradores e o público da rede para saber como avaliaram a live, o que funcionou bem e o que poderá ser aprimorado na próxima transmissão.
		A mediadora retomará os principais pontos da conversa, sintetizando os saberes dialogados, agradecerá a participação do morador e convidará o público a se inscrever no canal, curtir, comentar, compartilhar com a comunidade e acompanhar as próximas lives.

Fonte: Elaborado pela autora (2025), adaptado de Stacul (2020) e Gonçalves (2020).

Quadro 8 - Programação da Live 2 “Memórias da Rua Paraíba”

PROGRAMAÇÃO DA LIVE 2		
EIXO ORIENTADOR: Festividades e expressões culturais.	Festejos, datas importantes, tradições culturais, com destaque para a influência dos terreiros.	
PARTICIPAÇÃO DE DOIS MORADORES MAIS ANTIGOS		
PROPÓSITO FORMATIVO DA LIVE: Promover a valorização das memórias por meio da rememoração de festas populares, tradições culturais e saberes transmitidos nos terreiros da Rua Paraíba e do bairro Beiru, reconhecendo esses espaços como territórios pedagógicos de resistência, celebração e construção coletiva de conhecimento.		
DURAÇÃO APROXIMADA: 50 a 60 minutos.		
DIMENSÕES SOCIOCONSTRUTIVISTAS	MOMENTOS	DESCRIÇÃO
Interação Social	1. Abertura e acolhida (10 a 12 minutos)	A mediadora iniciará situando brevemente o projeto <i>TV Educativa: Memórias da Rua Paraíba</i> , lembrando o eixo temático da live anterior para manter a continuidade pedagógica.
		Em seguida, apresentará o eixo orientador da live atual, conectando-o ao contexto da história local e ao território do antigo Quilombo do Cabula. Convidará, então, o(a) morador(a) a compartilhar suas lembranças, abrindo espaço para um diálogo horizontal, afetivo e respeitoso. Os/As moradores(as) compartilharão suas memórias livremente, conforme o eixo orientador — festividades e tradições. Caso a mediadora sinta necessidade, poderá realizar mediações, como por exemplo: 1. <i>Quais festas ou tradições comunitárias você mais lembra que aconteciam aqui na Rua Paraíba?</i> 2. <i>Essas festividades ajudavam a fortalecer os laços entre os moradores? Como era essa experiência para você?</i>

Mediação Simbólica e Tecnológica	2. Participação do morador (12 - 20 minutos)	A mediadora incentivará os usuários da rede a participarem no chat, curtirem e compartilhem a transmissão.
		Após o relato inicial do(a) morador(a), a mediadora manterá o incentivo aos usuários da transmissão para que participem pelo chat, com comentários, lembranças ou perguntas relacionadas ao tema.
Construção Coletiva do Conhecimento	3. Interação com o público (10-16 minutos)	Na sequência, lerá algumas dessas mensagens e conduzirá o diálogo, promovendo interpretações do(a) morador(a) ou complementações pela própria mediação. Essa troca valorizará o saber compartilhado e ampliará a construção coletiva da memória da comunidade.
Retorno à Comunidade e à Rede	4. Encerramento e convite (8 -12 minutos)	<p>Antes de finalizar a transmissão, a mediadora retomará os pontos mais significativos do relato e das interações com o público, recapitulando os aprendizados construídos durante a live. Será fundamental escutar os moradores e o público da rede para saber como avaliaram a live, o que funcionou bem e o que poderá ser aprimorado na próxima transmissão.</p> <p>A mediadora agradecerá a presença do(s) morador(es) e dos participantes do chat, e reforçará o convite para que todos se inscrevam no canal, curtam, comentem e compartilhem a live como forma de fortalecer a memória da comunidade.</p> <p>A transmissão poderá ser encerrada com uma frase simbólica que celebre o pertencimento e a importância de cada história na reconstrução da narrativa coletiva da Rua Paraíba.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2025), adaptado de Stacul (2020) e Gonçalves (2020).

As transmissões serão realizadas em espaços simples, em casa, com disposição sentada entre mediador(a) e convidado(a), utilizando aparelhos digitais (celulares ou notebooks).

Tratar-se-á de uma proposta inédita no contexto local, ao integrar história pública, memória oral e linguagem audiovisual em uma experiência educativa acessível, comunitária e replicável.

Assim, a TV Educativa proposta nesta pesquisa apresentar-se-á não apenas como uma ação pontual, mas como uma prática educativa replicável, que poderá inspirar outras escolas, educadores populares e comunidades periféricas a reconhecerem seus territórios como potentes espaços de formação, memória e transformação social.

A divulgação das lives serão realizada por meio de cards digitais produzidos no Canva, que serão compartilhados em redes sociais como o WhatsApp, com linguagem visual alinhada à identidade do projeto.

Optar-se-á por incluir os roteiros das lives nos Apêndices A e B, e não no corpo do capítulo de modelagem, com o objetivo de preservar a fluidez do texto principal e evitar sobrecarga informativa. Importa informar que, ao longo da aplicação da primeira transmissão, o roteiro posterior será revisado e será ajustado.

Encerrada a etapa de modelagem, com a definição da programação e dos eixos orientadores das lives da TV Educativa, iniciar-se-á a apresentação dos caminhos metodológicos que sustentarão esta pesquisa. Esses caminhos metodológicos expressarão um compromisso com a escuta ativa, o registro sensível e a valorização da história da Rua Paraíba, reconhecida como uma fonte legítima de conhecimento.

5. METODOLOGIA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa, de caráter descritivo, exploratório e com intervenção pedagógica, fundamentada na abordagem da Design-Based Research (DBR), também conhecida como Pesquisa de Desenvolvimento.

Essa metodologia propõe a criação, aplicação e avaliação de soluções práticas em contextos educacionais reais, visando à produção de conhecimento teórico a partir de intervenções concretas e colaborativas. Neste caso, a realização de lives educativas no YouTube como recurso formativo.

A partir dessa metodologia, as duas lives educativas sobre as memórias da Rua Paraíba passaram a ser compreendidas como etapas de um ciclo de aprendizagem, pois incorporaram fases propostas pela abordagem DBR: planejamento (modelagem e roteiros), aplicação (realização das lives) e análise dos dados coletados. Essa sequência caracteriza a fase inicial de um ciclo iterativo, na qual cada live deixa de ser apenas uma transmissão síncrona e se torna intervenção pedagógica que integra teoria e prática, mesmo sem a realização de uma reaplicação ajustada que configuraria um ciclo completo.

Por se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso, este estudo contemplou somente as etapas iniciais de um ciclo de DBR, contemplando contexto, modelagem, implementação e reflexão, sem avançar para a reaplicação ajustada que caracterizaria o fechamento de um ciclo completo, o que é compreensível diante das limitações temporais e metodológicas de pesquisas de graduação.

A valorização da história pública, da escuta sensível e da oralidade como ferramenta de aprendizagem ultrapassa os limites geográficos da Rua Paraíba, podendo ser mobilizada em outros territórios periféricos marcados pela ausência de visibilidade histórica e pedagógica.

O objetivo principal da intervenção foi a elaboração de uma série de vídeos educativos com base nas memórias dos moradores antigos da Rua Paraíba, como estratégia de valorização cultural, histórica e formativa. Essa série incluiu duas lives transmitidas pelo canal do YouTube “Turismo de Base Comunitária – TBC”, com foco na construção de narrativas locais e no fortalecimento da participação comunitária, mediante entrevistas semiestruturadas em formato de diálogo aberto.

As transmissões ocorreram nos dias 10 e 30 de junho de 2025, com duração média entre 50 e 60 minutos, e foram posteriormente armazenadas na playlist “Vozes do Quilombo Contemporâneo”, organizadas como Live 1 e Live 2. Os equipamentos utilizados incluíram apenas um aparelho eletrônico com conexão à internet. As gravações foram organizadas com título, descrição e classificação por tema.

As lives educativas foram realizadas com o apoio da ferramenta Zoom, que permitiu a transmissão ao vivo, a gravação e a mediação em tempo real entre a pesquisadora e os participantes. A plataforma foi utilizada como recurso técnico para viabilizar a interação remota e garantir a posterior disponibilização do conteúdo no canal do YouTube.

O número reduzido de lives resultou de condicionantes logísticos, da dificuldade em mobilizar participações voluntárias de moradores e das limitações de tempo para a execução da pesquisa.

Os convites foram feitos pessoalmente aos quatro moradores, como gesto de valorização de suas trajetórias e reconhecimento de sua importância na construção da memória coletiva do bairro. A escolha priorizou moradores com, no mínimo, quatro décadas de vivência no Beiru e idade igual ou superior a 60 anos, cuja escuta se mostrou essencial para reconstruir a história local a partir de suas próprias experiências.

Os usuários da rede foram convidados com base na etapa metodológica da pré-live, que correspondeu ao planejamento e organização anterior às transmissões. Uma das participantes autorizou verbalmente sua participação e chegou a preencher parcialmente o Termo de Consentimento. Em respeito aos princípios éticos da pesquisa, optou-se por não incluir suas falas na análise transcrita.

Os moradores participantes foram orientados a direcionar suas falas para as memórias e histórias locais, evitando mencionar nomes de grupos ou pessoas associadas a atividades ilícitas. Essa orientação teve como objetivo garantir a segurança dos participantes, preservar o ambiente pedagógico das transmissões e manter o foco na valorização cultural e histórica da comunidade.

Esta pesquisa seguiu as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD), instituída pelo governo federal (Brasil, 2018), e da Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), que orienta os aspectos éticos das pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.

Todos os participantes autorizaram previamente sua participação, de forma verbal durante as transmissões ao vivo e por meio da assinatura do Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, assegurando o consentimento livre e esclarecido para a gravação e divulgação dos relatos nas lives e no canal (ver Anexos A, B e C).

Os dados pessoais constantes nos termos foram anonimizados nas versões anexadas, com a ocultação de informações sensíveis, como documentos, profissão e número da residência dos participantes, por questão de segurança. As versões completas permanecem sob a guarda da pesquisadora e não serão divulgadas publicamente.

Ressalta-se que a identificação da rua de cada morador(a) foi mantida por estar relacionada ao território central da investigação e por ter sido explicitamente mencionada nas gravações públicas. Essa medida reforça o compromisso com a dignidade, a privacidade e os direitos dos envolvidos, reconhecendo-os como sujeitos ativos na produção de conhecimento.

A condução das lives foi semiestruturada e dialógica, orientada por eixos temáticos prévios (transformações urbanas, relações comunitárias, festividades populares), mas aberta à condução espontânea dos convidados e dos usuários da rede. A mediação foi realizada pela própria pesquisadora, que introduziu os temas, estimulou a escuta ativa e promoveu a interação com o público via chat ao vivo. Em cada live, houve a presença de um colaborador auxiliar, que apoiou a mediação e contribuiu para o aprofundamento das reflexões.

Após cada transmissão, a pesquisadora realizou registros de análise dos dados e reflexão crítica, com o intuito de promover ajustes e replanejamentos no processo, conforme orienta o ciclo iterativo da DBR. Essa etapa assegurou a articulação entre ação e reflexão, elemento essencial da metodologia adotada.

A categorização dos dados considerou a interação entre sujeitos e os sentidos produzidos coletivamente, buscando coerência com os objetivos da pesquisa: valorização da memória coletiva, fortalecimento do pertencimento comunitário e projeção dos saberes populares em ambientes digitais.

Os critérios utilizados foram concebidos como dispositivos teórico-metodológicos alinhados à escuta ativa, à mediação crítica e à construção compartilhada do conhecimento, reconhecendo o papel dos saberes periféricos na ruptura com a lógica eurocentrada da história única.

A escolha pelas lives no YouTube fundamentou-se em seu potencial de interatividade e acessibilidade, conforme discutido por Moran (2015). Essa decisão permitiu ampliar o alcance da proposta, favorecer o engajamento comunitário e criar um acervo audiovisual duradouro.

O engajamento digital foi observado com base nas métricas do YouTube Studio, tais como número de visualizações, curtidas e comentários. Esses dados não foram tratados estatisticamente, mas interpretados como indicativos de recepção, alcance e ressonância das narrativas explicitadas.

Em seguida, será apresentada a organização dos dados que fundamentarão a análise dos resultados das intervenções síncronas.

5.1 ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os critérios adotados foram organizados em dois grupos de participantes, em consonância com os objetivos da pesquisa:

1. **Relatos dos moradores convidados**, analisados a partir de quatro critérios:

- História local;
- Pertencimento e vínculo com o território;
- Projeção coletiva e escuta viva;
- Valor educativo percebido.

2. **Participação dos usuários da rede**, analisada com base em três critérios:

- Engajamento durante e após a live;
- Valor educativo percebido;
- Projeção coletiva e escuta viva.

As categorias definiram-se a partir da questão-problema deste Trabalho de Conclusão de Curso: Como o conteúdo educativo em lives no YouTube contribuiu para divulgar a história da Rua Paraíba, no bairro Beiru, valorizando as memórias dos moradores?

Essa definição possibilitou uma análise integrada dos relatos dos moradores e das interações dos usuários da rede, favorecendo a avaliação dos impactos formativos das lives.

As interações foram observadas durante as transmissões ao vivo (via chat) e após as lives (por meio de comentários e dados extraídos do YouTube Studio). As falas dos participantes registraram-se em gravações e transcrições, e as participações do público

analisaram-se qualitativamente com base nas categorias estabelecidas. A interpretação considerou os sentidos produzidos pelos sujeitos em suas experiências, mantendo o vínculo entre teoria e prática.

Com essa organização, a seção a seguir apresentou os critérios detalhados e os eixos temáticos que sustentaram a análise dos dados.

5.2 CATEGORIAS, CRITÉRIOS E EIXOS TEMÁTICOS

Como visto anteriormente, a análise das informações desta pesquisa foi estruturada a partir de dois grupos de participantes:

- **Relatos dos moradores convidados**
- **Participação dos usuários da rede**

Para identificar e interpretar as narrativas e interações, foram definidos cinco critérios de análise, inspirados em quatro eixos temáticos complementares: história local, pertencimento comunitário, engajamento digital e engajamento coletivo.

Esses critérios, com suas descrições e indicadores específicos, encontram-se detalhados no Quadro 9. Eles orientaram a leitura crítica das interações nas lives, considerando os diferentes sujeitos envolvidos e seus vínculos com o território.

Quadro 9 - Critérios de análise e indicadores das Lives “Memórias da Rua Paraíba”

CATEGORIA OPERACIONAL	CRITÉRIO DE ANÁLISE	DESCRIÇÃO	INDICADORES	EIXO TEMÁTICO
Moradores convidados	História local	Identifica referências à história do bairro, personagens e marcos culturais locais.	Relatos sobre a história da Rua Paraíba; menções a eventos, famílias, tradições ou mudanças no território.	História Local e Pertencimento Comunitário
Moradores convidados	Pertencimento e vínculo com o território	Detecta expressões de afeto, identidade e enraizamento no território a partir da fala dos moradores.	Expressões de identidade (“minha rua”, “nossa história”); orgulho; resistência territorial.	História Local e Pertencimento Comunitário
Moradores e usuários da rede	Projeção coletiva e escuta viva	Indica se houve escuta significativa e mobilização coletiva.	Referência às falas de outros; sugestões de continuidade; propostas de mobilização, diálogo ou encontros.	Pertencimento Comunitário e Engajamento Coletivo

Moradores e usuários da rede	Valor educativo percebido	Investiga sinais de aprendizagem, reflexão ou transformação.	Comentários como “aprendi muito”; desejo de compartilhar com outros; reconhecimento da importância do conteúdo.	Pertencimento Comunitário e Engajamento Coletivo
Usuários da rede	Engajamento durante e pós-live	Observa a participação nas transmissões por meio de indicadores.	Durante a live: mensagens no chat ao vivo. Durante e pós-live: curtidas e visualizações. Pós-live: comentários registrados na plataforma.	Engajamento Digital

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Nota: Os indicadores utilizados no critério “Durante e Pós-live”, vinculados ao eixo temático Engajamento Digital, referem-se exclusivamente à participação dos usuários da rede, considerando as interações realizadas na plataforma YouTube, como curtidas, visualizações e comentários. É importante destacar que esses indicadores não correspondem às etapas da Modelagem Pedagógica das lives da TV Educativa, apresentadas anteriormente no Quadro 6 (Capítulo 4). As etapas: pré-live, durante e pós-live, dizem respeito à estrutura didática planejada para a ação pedagógica do projeto, envolvendo mediação simbólica, objetivos educativos e estratégias de escuta. Apesar de utilizarem termos semelhantes, os dois conjuntos referem-se a situações complementares, porém com finalidades distintas: enquanto a modelagem pedagógica organiza a lógica interna das lives como prática educativa, os indicadores aqui analisados dizem respeito ao período temporal das interações do público e ao alcance digital nas redes.

Os critérios definiram-se a partir dos objetivos específicos da pesquisa, especialmente no que se referiu à valorização da história da Rua Paraíba e ao fortalecimento do pertencimento comunitário dos moradores do Beiru por meio de práticas educativas digitais.

A articulação entre eixos e critérios permitiu observar como moradores e usuários da rede se envolveram com a proposta, manifestando vínculos com o território, reconhecimento da história local e participação ativa nas interações online.

Embora o incentivo ao compartilhamento tenha sido incorporado ao planejamento e ao roteiro das lives como estratégia para ampliar o alcance do conteúdo, não foi possível obter dados numéricos sobre esse indicador no canal utilizado. Assim, o compartilhamento considerou-se apenas em seu potencial pedagógico, sem análise quantitativa nesta pesquisa.

A lógica da intervenção seguiu as etapas iniciais do ciclo da Design-Based Research (DBR), articuladas à modelagem pedagógica descrita anteriormente, envolvendo três etapas: **pré-live** (organização e contato com os moradores), **live** (mediação temática com interação digital) e **pós-live** (análise reflexiva dos registros).

Cada transmissão orientou-se por um eixo temático e estruturou-se segundo quatro dimensões socioconstrutivistas: Interação Social, Mediação Simbólica e Tecnológica, Construção Coletiva do Conhecimento e Retorno à Comunidade/Rede.

Essa organização metodológica permitiu adaptar a DBR a um contexto comunitário-digital, fortalecendo a escuta das memórias locais e a produção coletiva de saberes, com potencial de replicação em outros territórios.

6. ANÁLISE E RESULTADO DAS LIVES

As lives ocorreram nos dias 10 de junho, às 14h, e 30 de junho, às 16h de 2025, no canal Turismo de Base Comunitária (TBC), contando com a participação de quatro moradores do Beiru, residentes em ruas interligadas à Rua Paraíba. As transmissões foram pensadas como momentos de escuta e compartilhamento de memórias locais, buscando compreender como as falas e interações geraram sentidos sobre engajamento, memória coletiva, pertencimento territorial e práticas pedagógicas de base decolonial.

Além da participação dos moradores e dos usuários da rede, as transmissões contaram com o apoio técnico do professor Alfredo Matta e com a colaboração de Fênix Alves, discente do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Ambos contribuíram com reflexões e suporte durante a live, fortalecendo o diálogo com a comunidade e a fluidez do processo comunicativo.

A análise dos dados foi orientada pelos critérios apresentados no Quadro 9, definidos a partir dos fundamentos teóricos discutidos ao longo do trabalho. Esses critérios foram aplicados de forma distinta para dois públicos participantes:

- **Moradores convidados:** analisados por meio da transcrição e interpretação de seus relatos durante as lives;
- **Usuários da rede:** avaliados a partir das interações no chat ao vivo, dos comentários pós-live e das métricas disponibilizadas pela plataforma YouTube.

Ainda que nem todos os usuários estejam diretamente ligados ao território do Beiru, suas manifestações funcionaram como indicadores de recepção e ressonância social do conteúdo produzido, evidenciando o alcance da proposta para além do bairro. Para fins de organização e clareza, a análise foi dividida em três seções:

6.1 Critérios de análise das lives: fundamentos teóricos e indicadores

6.2 Análise e resultado dos Relatos dos Moradores Convidados

6.3 Análise e resultado da Participação dos Usuários da Rede

A divisão entre moradores convidados e usuários da rede considera as diferenças nos modos de mediação simbólica e tecnológica. O primeiro grupo é analisado com base na oralidade registrada durante as lives; já o segundo é interpretado a partir de elementos mistos, que articulam dados qualitativos (como comentários do chat e fixos) e quantitativos (visualizações e curtidas). Essa distinção valoriza a singularidade de cada forma de engajamento, reconhecendo expressões diversas na oralidade presencial e nas interações digitais.

Devido ao tempo reduzido para a finalização deste trabalho, nem todos os indicadores previstos foram analisados em detalhe. Optou-se por destacar os mais representativos, capazes de expressar com mais clareza os vínculos entre memória, pertencimento, mediação educativa e engajamento comunitário. Os demais registros permanecem disponíveis no acervo audiovisual das lives, hospedado no canal do TBC no YouTube, e poderão ser explorados em pesquisas futuras, compondo um material rico para a continuidade do projeto.

6.1 CRITÉRIOS DE ANÁLISE DAS LIVES: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

Esta seção apresenta os critérios que orientaram a análise das lives, ancorados nos referenciais teóricos discutidos ao longo desta pesquisa. A escolha desses critérios se deu pela sua relevância para compreender dimensões como história local, pertencimento e vínculo com o território, escuta ativa, projeção coletiva e engajamento comunitário.

O Quadro 10 a seguir sistematiza os critérios utilizados e os autores que fundamentam teoricamente cada um deles:

Quadro 10 - Critérios de análise e seus referenciais teóricos.

Critério	Base teórica
Engajamento durante e pós-live	Freire (1996); Oxford Economics (2021); Vygotsky (1991).
História local	Assmann (2011); Bosi (1994); Brasil (2010); De Barros (2013); Donner (2012); Ferreira (2002); Halbwachs (1990); Rüsen (2001); Hermeto (2018); Matta, Paula e Amorim (2020).
Pertencimento e vínculo com o território	Isquerdo (2023); Martins e Matta (2023); Martins e Matta, Silva e Amorim (2020); Santos (1988).
Projeção coletiva e escuta viva	Adichie (2019); Ferreira (2002); Freire (1987); Freire (1996); Santos (1998); Sipriano e Gonçalves (2017).
Valor educativo percebido	Freire (1987); Gonçalves et al. (2024); Lima e Moura (2024); Vygotsky (1991).

Fonte: Elaborado pela autora (2025) com base nas referências pesquisadas.

A escolha desses critérios visa garantir coerência entre a proposta pedagógica, a fundamentação teórica e os objetivos do projeto, possibilitando uma leitura crítica sobre o impacto das transmissões síncronas como ferramenta educativa de base comunitária.

A seleção reflete o compromisso do projeto com uma educação que reconhece o valor da história local, o engajamento comunitário e a escuta ativa como elementos centrais na construção do conhecimento coletivo. Também permite analisar o potencial transformador das lives enquanto espaço dialógico e educativo, alinhando-se à tradição pedagógica de Paulo Freire (1987; 1996) e ao conceito de mediação cultural proposto por Vygotsky (1991).

Esses indicadores servirão como guia para a análise qualitativa das lives, que será apresentada nas seções 6.2 e 6.3, permitindo uma interpretação coerente com os princípios pedagógicos socioconstrutivistas, bem como com a base teórica e metodológica que sustenta este estudo.

6.2 ANÁLISE E RESULTADO DOS RELATOS DOS MORADORES CONVIDADOS

A primeira live educativa foi realizada em 10 de junho de 2025, com duração de 1h18min, contando com a participação de dois moradores: Adezi Nunes e Liberino Cruz (conhecido como Belo). Seus relatos revelaram elementos essenciais para compreender o processo histórico de ocupação do território, as formas de organização comunitária e os vínculos afetivos construídos em torno da Rua Paraíba e seu entorno.

A transmissão foi mediada pela autora da pesquisa, com apoio técnico e reflexivo do professor Alfredo Matta e do discente Fênix Alves, do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que também contribuiu para a mediação.

As interações entre os participantes e os comentários do público evidenciaram a potência da oralidade como ferramenta de mediação pedagógica, de escuta ativa e de valorização da memória histórica.

Os relatos foram transcritos a partir da gravação da live, organizados de acordo com os critérios definidos no Quadro 10 e analisados conforme os parâmetros da modelagem pedagógica.

Nos Quadros 11, 12 e 13, os trechos transcritos das falas dos moradores são preservados integralmente, sem alterações ou correções linguísticas, para evitar distorções interpretativas e manter a fidelidade às expressões originais dos participantes. Esses quadros apresentam trechos significativos das falas, acompanhados de sínteses interpretativas para cada critério analisado.

Quadro 11 - Análise da fala da moradora da Live 1 (10/06/2025)

Morador 1	Critério	Indicadores	Síntese da análise
Durante a Live			
Adezi Nunes	História local	“De Gandu. Gandu é a rua Riacho do Macaco. Riacho do Macaco. Depois eu vim pro Nordeste”.	Revela sua origem rural e reforça o fluxo migratório para as periferias de Salvador, evidenciando a Rua Paraíba como espaço de moradia.
		“Então, quando veio a empresa para alugar água, luz, aí precisou registrar o nome da... o nome da rua. Aí, uma vizinha do outro lado, não mora mais aqui.” [Origem do nome da sua rua].	Envolve o processo da urbanização que nomeou a Rua Jaci Greco, apesar de ser a primeira moradora da rua, não estava em casa no momento da nomeação o que levou a rua ter o nome de outra vizinha.
		“A energia vinha de lá, da Engomadeira, um gato. Mas era candieiro. Tudo candieiro, mas vinha um gato lá na Engomadeira [...]”.	Início da urbanização, ainda não tinha chegado à energia elétrica no bairro Beiru, então utiliza meios artesanais e energia clandestina para se manterem.
		“Ah, eu ouvia falar. Eu ouvia falar. E ode Rufino. O fechado. E também tem outro lá embaixo” [refere-se ao Terreiro Ilê Axé Tomi Bocum do Babalorixá Rufino].	Tentativa de apagamento histórico com o fechamento de terreiros. O Terreiro Ilê Axé Tomi Bocum era internacionalmente famoso e constituía um patrimônio material e imaterial do Arenoso e Beiru. Foi demolido para a construção de uma entidade religiosa Cristã.
	Pertencimento e vínculo com o território	“A gente passou a vida quando chegou aqui nesse bairro. Mas agora está uma benção, não é? Vai estar, cresceu rápido e está tudo bem. Mercado, farmácia. Muitos mercados[...]”.	Ao dizer que “passou a vida” no bairro, Adezi demonstra um pertencimento construído pela convivência e pela observação das mudanças ao longo do tempo, revelando um vínculo naturalizado com o território.
	Projeção coletiva e escuta viva	“Então, estava loteando. Então, foi quando ele [falecido marido Milton Nunes] comprou aqui. E a gente veio daqui, mas não tinha transporte. Só tinha, acho que um ônibus rodando, quando a gente veio daqui. Só rodava um ônibus, uma “Farinha ruim” [Nome do motorista]”.	Ao lembrar do ônibus e citar o nome do motorista, Adezi revela escuta atenta e ativa memórias compartilhadas sobre as condições precárias do bairro, expressando um olhar coletivo sobre o passado vivido em comunidade.
	Valor educativo percebido	“Gostei muito, né? Não tenho o que falar, não. Então, é só alegria, né?”.	A fala expressa alegria e gratidão pela participação, revelando que a experiência foi significativa. Existe reconhecimento subjetivo do valor formativo do momento vivido.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2025). Live 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLzLJIId7hk&t=2808s>. Acesso em: 02 jul. 2025.

Quadro 12 - Análise da fala do morador da Live 1 (10/06/2025)

Morador 2	Critério	Indicadores	Síntese da análise
Durante a Live			
Liberino Cruz (Belo)	História local	“Antes de eu morar no bairro em Beiru, eu vim para a cidade com o nome Castro Alves. De Castro Alves, eu vim morar, vim direto pra Santa Cruz, Bairro da Santa Cruz, entendeu?”	Assim como Adezi, evidencia o processo de migração interna, populares no século XX, marcando a ocupação das periferias de Salvador. Esse deslocamento, impulsionado pela urbanização excludente, revela como bairros do Cabula foram historicamente constituídos por sujeitos migrantes, cujas trajetórias de resistência e reinvenção seguem silenciadas pela história oficial.
		“[...]nessa Rua Paraíba só tinha mato, pé de coqueiro, caju, mangaba”, e que “a árvore Paraíba era tão grossa que botaram fogo e ficou dois meses queimando. [...]”.	Relata como era o território antes da urbanização, mencionando a vegetação nativa e a derrubada da árvore Paraíba, que acabou nomeando a rua. A fala remete à degradação ambiental e ao início da ocupação local.
		“[...] antigamente o nome era Beiru. [...] Aí foi mudando as coisas, através desse problema de vereador, aí mudou o nome. Mudou o nome de Beiru para Bairro Tancredo Neves”.	Relata a mudança toponímica de Beiru para Tancredo Neves, associando o processo a decisões políticas. A fala evidencia uma memória viva da origem do bairro e sinaliza um apagamento simbólico do nome ancestral.
	Pertencimento e vínculo com o território	“E, inclusive, essa rua é a melhor rua, é a nossa, a Rua Belo Horizonte, Bairro Tancredo Neves Neves”.	Demonstra orgulho e vínculo afetivo ao afirmar que a rua onde vive é “a melhor” e “nossa”, revelando forte identificação com o território e senso de pertencimento coletivo.
		“Eles vivem no mesmo bairro [refere-se a família de Jaime Jansen Muller, que originou rua do mesmo nome] no mesmo lugar. Todo mundo ali. São vizinhos, são tudo gente boa. Somos os primeiros que chegam aqui nessa rua. E, inclusive, essa rua foi feita na hora” [refere-se a Rua Belo Horizonte].	Revela enraizamento ao destacar os vínculos com vizinhos e a convivência de longa data. A menção à chegada dos primeiros moradores reforça o sentimento de pertencimento e construção coletiva da rua.
		“Inclusive, para nós construir as casas, tinha uma fonte aqui na Baixada, nós pagávamos, tinha uma moça e tinha um rapaz que distribuía água para a gente. Nós comprávamos carga de água para construir as casas”.	A fala resgata a experiência coletiva da construção das casas e o apoio entre vizinhos, revelando escuta viva das relações comunitárias e projeção da memória como prática partilhada no território.
		“Com certeza. Inclusive, a casa de minha cunhada mesmo era de supapo. Quando choveu, derreteu tudo. Só ficou as varas em pé” [respondeu a Fênix rindo].	Ao responder a Fênix, Belo ativa a memória sobre a precariedade das primeiras moradias e reafirma vínculos comunitários por meio da escuta e da partilha de experiências vividas. Fênix destaca que a tecnologia usada para

	Projeção coletiva e escuta viva		construção da casa é de origem Tupinambá (casa de supapo).
		“Inclusive, eu, Liberino Carlos da Cruz, inventou esse nome. Por causa do meu nome, a turma chama Belo, Belo, Belo, Belo. Meu nome é Liberino, mas a turma me chama Belo. Então, eu e o vizinho aqui, Nós fomos quem inventou esse nome, Rua Belo Horizonte. [...] Foi eu e Zé, Zé de Madalena”.	Relata a escolha do nome da rua como construção coletiva, envolvendo vizinhos e marcando presença simbólica no território. A fala expressa protagonismo e escuta entre pares na memória da comunidade.
	Valor educativo percebido	“Se alguém tem o preconceito de falar o caso que é Beiru, eu digo não. É a mesma coisa, viu? Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Só que o caso que mudou o nome não tem nada a ver. O nome de Beiru nunca acaba. Nunca acaba, porque é de antiguidade, né?”.	Belo demonstra uma consciência histórica em processo, situada em uma Zona de Desenvolvimento Proximal de Vygotsky (1991), na qual a noção de "antiguidade" associada ao nome Beiru expressa um saber territorial que pode ser aprofundado por meio da mediação simbólica e da escuta pedagógica. Esse reconhecimento revela um potencial formativo latente, que pode ser expandido coletivamente em espaços educativos comunitários como a live.
		“Eu gostei muito. Gostei muito da palestra. Pra todo mundo ouvir, e muito obrigado por tudo”.	Demonstra gratidão e entusiasmo com a experiência, indicando que se sentiu ouvido e valorizado. A fala reconhece a live como espaço de aprendizado e partilha coletiva.

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2025). Live 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLzLJIId7hk&t=2808s>. Acesso em: 02 jul. 2025.

O objetivo geral foi alcançado, pois a realização da live educativa permitiu divulgar a história da Rua Paraíba a partir das memórias dos moradores antigos, promovendo a valorização cultural e fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário.

As falas de Adezi Nunes e Liberino Cruz (Belo), moradores com longa vivência no território, revelaram formas distintas de relação com a história local e o pertencimento: enquanto Belo expressa orgulho e consciência histórica ao rememorar a origem das ruas e reafirmar o nome Beiru, Adezi demonstra um vínculo mais silencioso, perceptível nas lembranças sobre a urbanização inicial e nas práticas cotidianas de solidariedade.

A consciência histórica de ambos evidencia os efeitos do apagamento simbólico, pois, ao chegarem ao Beiru, não receberam informações sobre a ancestralidade indígena e africana do local, nem sobre as ideologias políticas que motivaram a mudança do nome do bairro, a importância da árvore nativa chamada Paraíba ou os motivos reais do fechamento de terreiros locais.

Esses resultados dialogam com a História Pública de Martins e Matta (2023), já que a transmissão síncrona das lives mostrou-se um potente instrumento pedagógico, fortalecendo a escuta pública como estratégia de valorização das histórias e memórias comunitárias. Assim, a escuta ativa mobiliza sentidos históricos silenciados, alinhando-se à proposta que articula saber acadêmico, ensino e vivência comunitária (Martins; Matta, 2023).

A memória oral, expressa nas narrativas dos moradores, ocupa papel central como instrumento de construção identitária e promoção de mudanças sociais, especialmente em locais marcados por processos de violência histórica, como ressalta Assmann (2011).

Com base nessa perspectiva, o roteiro foi construído e a live educativa realizada com foco na história local, cumprindo a proposta de forma efetiva. Ainda que flexível e dialógico, o roteiro foi criado intencionalmente para incentivar a mediação simbólica com base nas vivências dos moradores.

Esse planejamento buscou garantir o êxito da pesquisa na construção do conhecimento, mediado pela pesquisadora junto aos moradores Adezi e Belo, colaboradores e usuários da rede, por meio de escuta ativa. As intervenções educacionais realizadas dialogam com o socioconstrutivismo de Vygotsky (2007), evidenciando que a aprendizagem ocorre em processos colaborativos e mediados.

Seguindo a perspectiva freiriana, a escuta crítica torna-se instrumento de ruptura das desigualdades naturalizadas e de reconhecimento dos sentidos inscritos na cultura local. A mediação ativa pela oralidade fortalece a memória coletiva e a consciência histórica (Ferreira, 2002), ativando as zonas de desenvolvimento proximal (Vygotsky, 1991) e transformando as experiências vividas em saberes legítimos do território.

Os relatos de Adezi e Belo permitiram analisar os impactos da divulgação das lives na valorização da história local e no fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário. Essa análise é corroborada pelos apontamentos de Matta, Silva e Amorim (2020), ao destacarem que o apoio mútuo em ações comunitárias conecta tradições históricas e culturais locais, seja por meio de mutirões solidários, empréstimo de materiais ou participação em festas coletivas.

Tais práticas, oriundas de tradições indígenas e africanas, mesmo que muitas vezes não reconhecidas como tais, fortalecem os laços comunitários e o sentimento de pertencimento.

Quadro 13 - Análise da fala do morador da Live 2 (30/06/2025)

Morador 3	Critério	Indicadores	Síntese da análise
Durante a Live			
Valter Evangelista	História local	“Eu sou de Santo Amaro, nasci em Santa Amaro [...] alcancei os trens, naquela época.”	<p>Esses trechos revelam o processo migratório de moradores do Beiru oriundos de zonas rurais, além de descrições das paisagens do bairro, que antes eram rurais e foram degradadas pela urbanização acelerada e sem planejamento, como no caso do rio Saboeiro, que interligava o Beiru à Engomadeira e hoje está entulhado, servindo como esgoto.</p> <p>As memórias também destacam personagens como Febrônio e Polônia, apontados como possíveis descendentes do Beiru original, cujas vidas evidenciam tradições de oralidade, práticas de subsistência e modos de vida comunitários, frequentemente desvalorizados pela colonialidade do saber.</p> <p>Além disso, ressaltam-se quatro instituições importantes para a Rua Paraíba e arredores: o depósito Defonso, que impulsionou o progresso local; a Lanchonete e Panificadora do Edy, no local da antiga árvore Paraíba; o Colégio Nova Infância de Ari Alves, entre os primeiros colégios particulares; e o bar Naganzo, na Rua Pernambuco, frequentado por moradores da Paraíba e vizinhanças.</p>
		“O outro descendente do Beiru (Febrônio). Ele contava um bocado de história, mas a menina não acreditava nessas histórias. Quando eu cheguei aqui do Beiru, com 20 e poucos anos[...]”.	
		“Tinha um descendente do Beiru, um velho, que chamava[...] Febrônio. E tinha uma mulher velha também, Febrônio e Polônia, morava lá embaixo...que tudo embaixo era rio (Saboeiro). E essa mulher, esse homem era magrinho, sequinho[...] cozinhava na lenha, era o último descendente do bairro do Beiru. E esse velhinho ficava quietinho [...] não ligava de riqueza[...]”.	
		“Tinha um rio que entrava ali na Engomadeira, ele vinha até aqui atrás... Eu não vi esse tempo, mas tinha um rio que vinha daqui, da Babilônia, todos os outros lugares eram rios[...] ele é muito alegre. Ele tinha comida do peixe. Ele comeu do peixe do rio, do rio da Babilônia, comeu peixe, pescava, depois desapareceu” (sobre Febrônio).	
		“Tinha um bar de Leonel e tinha [...] o outro lado era o depósito Defonso [...] contribuiu muito pro progresso do Beiru (depósito de material de construção)”.	
		“Fazia tamancos, remédios. Diz que antigamente, os índios, africanos, faziam trabalho ali, faziam rituais naquela área (sobre a árvore Paraíba) [...] “	
		“É o de Edy. A padaria existe, a padaria, mas a árvore cortou [localização da árvore antes de cortá-la]. Eu alcancei a árvore. Ela era alta, bem grande, essa árvore”.	
“Tinha a festa do Colégio Ari Alves[...] que era um colégio que contribuía à educação do bairro. Tinha festa, tinha passeata, tinha bonde, tinha escola de samba[...]”.			
<p>Destacam-se quatro instituições privadas e comerciais que marcaram a Rua Paraíba ou seu entorno: o depósito Defonso, que contribuiu significativamente para o progresso do bairro; a Lanchonete e Panificadora do Edy, localizada no ponto onde existia a árvore Paraíba, elemento que deu nome à rua e se associava a práticas religiosas e curativas afro-indígenas, evidenciando a conexão entre território, cultura e tradições ancestrais; o Colégio Nova Infância de Ari Alves, um dos primeiros colégios particulares do bairro, que fomentava atividades educativas e culturais; e o bar Naganzo, embora situado na Rua Pernambuco, era frequentado por moradores da Rua Paraíba e adjacências, tornando-se um espaço cultural popular, até</p>			

		Naganzo era um bar, era reggae, né? Era bar do reggae, só coisa que dava muito reggae [Bar de reggae era próximo ao atual Centro de saúde Rodrigo Argolo].	desaparecer após a instalação da 11ª Delegacia onde antes funcionava o Terreiro Amburaxó. Atualmente, o Terreiro São Roque, da mesma nação, mantém-se em funcionamento no antigo Largo do Anjo Mau.
		“Sim, existia essa Rua Nanã. Mas tiraram” [confirmou que existia essa rua nas proximidades da rua Bahia, mas não existe mais].	O processo de urbanização evidencia o apagamento histórico de referências culturais locais, como o nome Nanã ⁵ , ligado a divindades afro-brasileiras, que remete à ancestralidade e à sabedoria dos povos de matriz africana.
	Pertencimento e vínculo com o território	“Daí, no Dique, eu vim morar aqui em Beiru. [...] Um dar um feijão a outro. Aquele parecia todo mundo irmão. Você tem café? Eu tenho café. Você tem feijão? Eu tenho feijão. Você tem farinha? Era família. Ninguém brigava só de tapa, não tinha briga”.	Destaca o sentimento de pertencimento coletivo, laço comunitário e a solidariedades entre os moradores.
	Projeção coletiva e escuta viva	“Naquela época não tinha mercado. [...] Nós ia comprar comida no Retiro, carne ali. [...] Aqui não tinha carne. [...] O carro passava, todo mundo ia abaixado pelos buracos.”	Aponta dificuldades coletivas do bairro e memórias que reforçam a luta comunitária no início da urbanização.
“Tem a reza de Santo Antônio, de São Cosme. É aquela reza sumiu, a tradição, né? [...] Quando terminava música, o pessoal saía doido pra comer logo [...] tinha amendoim, tinha cana [...]”.		Destaca práticas culturais e religiosas que marcavam a vida coletiva no bairro, como as rezas de Santo Antônio e São Cosme, acompanhadas de comidas típicas.	
“Naquela época não tinha mercado. O mercado foi como é que foi? O Couto, o Couto, né? Nós ia comprar comida... A gente ia comprar comida lá no... Lá no Retiro, carne... Não tinha mercado, não tinha nada. E os outros moravam lá no Retiro, é. Porque aqui não tinha carne” [Couto era o antigo mercado do Beiru, agora chamado Forte].		Revela as dificuldades enfrentadas coletivamente pelos moradores para acessar alimentos, evidenciando a ausência de mercado no bairro e a necessidade de se deslocar até o Retiro ou o antigo mercado Couto (atual Forte),	
“Também tinha o Cantinho Nordestino, que tinha forró. A maior discoteca era o cantinho nordestino [...] pessoal dançava, brincava, dia de sábado [...] pagode”.		Destaca o Cantinho Nordestino como espaço central de lazer e sociabilidade no Beiru, reunindo moradores em festas de forró e pagode aos sábados, fortalecendo laços comunitários e criando memórias afetivas.	

⁵ CANTINHO DE OXALÁ. **Descubra quem é Nanã na Umbanda: a Orixá da sabedoria e justiça ancestral.** Disponível em: <https://cantinhodeoxala.com.br/quem-e-nana-na-umbanda/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

	Valor educativo percebido	“Ele era descendente do Colombo. [corrigido pela mediadora no momento da Live como Quilombo].”	Momento de aprendizado, em que Valter associa Febrônio com a história do Quilombo do Cabula, evidenciando como a transmissão ampliou saberes sobre a ancestralidade do território.
--	----------------------------------	--	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora (2025). Live 2. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Xx2Ri1pctg&t=3728s>. Acesso em: 02 jul. 2025.

A segunda live, apresentada no Quadro 13, foi realizada em 30 de junho de 2025, às 16h, com duração de 1h8min e participação de dois moradores. Contudo, apenas o relato de Valter Evangelista foi transcrito nesta pesquisa, conforme informado no Capítulo 5, devido ao não preenchimento completo do termo de autorização pelo outro participante.

O objetivo geral foi alcançado na Live 2, pois a transmissão educativa permitiu divulgar a história da Rua Paraíba a partir das memórias de Valter, promovendo a valorização cultural e fortalecendo o sentimento de pertencimento comunitário.

Seu relato revelara camadas profundas da história do Beiru, ao mencionar antigos moradores como Febrônio e Polônia, apontados como “últimos descendentes do Beiru”, além de locais simbólicos como a árvore Paraíba, o Bar de Leonel, o Depósito Defonso e o Rio Saboeiro.

Quando Matta, Paula e Amorim (2020) relatam que, após a destruição do quilombo na localidade, alguns remanescentes permaneceram no território, surge a hipótese, a partir de uma perspectiva da cosmovisão africana, de que Febrônio e Polônia poderiam ser descendentes diretos desses remanescentes ou ligados ao Negro Beiru, simbolizando a continuidade da resistência por meio da memória coletiva.

Essas memórias orais preenchem lacunas do passado ausentes em registros formais (Ferreira, 2002), funcionando como mecanismos de construção identitária e transformação social. Assim, ao tornarem-se digitalmente acessíveis, essas narrativas fortalecem a História Pública defendida por Martins e Matta (2023), que busca dar visibilidade a vozes excluídas e reforçar o pertencimento comunitário.

O objetivo de investigar a história da Rua Paraíba foi atingido, pois o relato revelou informações inéditas sobre a localização da árvore Paraíba, próxima à Panificadora e Lanchonete do Edy, além das menções a antigos moradores que podem ter ligação com o Quilombo do Cabula ou com o ex-escravizado Beiru.

Também foram rememoradas tradições e festas populares, como as rezas de Santo Antônio e São Cosme, além de eventos em bares históricos, como o Bar do Naganzo, Bar do

Leonel e Cantinho Nordestino.

Essas lembranças trazem à tona memórias silenciadas, revelando como vivências individuais se entrelaçam a processos coletivos que marcaram o bairro Beiru, como a urbanização desordenada, migrações internas, precariedade habitacional e apagamentos simbólicos, exemplificados pelo corte da árvore Paraíba e pela possível eliminação da Rua Nanã, cujo nome tem origem em referências a divindades de matrizes africanas.

Desse modo, a análise reforça a compreensão da colonialidade do poder e do saber (Oliveira; Candau, 2010) e destaca a importância de iniciativas de caráter decolonial, como as lives educativas, para valorização da história local.

Em relação à construção dos roteiros e à realização das lives, ambos foram ajustados com base nas reflexões da transmissão anterior, considerando as histórias de vida e festividades relatadas por Valter. Essa prática evidencia que a cultura das festas está profundamente ligada ao cotidiano dos moradores, reforçando que todos possuem cultura, ainda que distinta das formas hegemônicas impostas pelos opressores (Reis; Sales, 2021).

Os impactos da divulgação das lives na valorização da história local e no fortalecimento do sentimento de pertencimento também foram observados. Ao lembrar da árvore Paraíba, utilizada para fabricação de tamancos e uso curativos, Valter conecta práticas afro-indígenas à paisagem do bairro. Suas memórias sobre o Rio Saboeiro, fonte de sustento antes de ser soterrado, reforçam a ideia de lugares de memória (Assmann, 2011), onde símbolos materiais carregam sentidos ancestrais e denunciam apagamentos causados pela urbanização.

Além disso, relatos sobre a falta de mercados e a necessidade de deslocamentos até o Retiro mostram como as carências estruturais afetavam a coletividade. As festas populares e o compartilhamento de alimentos entre vizinhos revelam espaços de sociabilidade que fortaleciam a união e a cultura local.

Já as lembranças sobre o Colégio Nova Infância de Ari Alves situam o avanço comercial e educacional no bairro, confirmando, segundo Santos (1988), que as ruas são cenários de conflitos e dinâmicas sociais, onde as redes de ajuda mútua moldaram a identidade e o pertencimento, estruturando a ocupação da localidade.

As duas lives educativas, baseadas na memória coletiva dos moradores, revelaram informações cruciais sobre migrações, transformações decorrentes da urbanização, apagamentos históricos e laços comunitários expressos no orgulho pela própria comunidade, trazendo à tona memórias anteriormente silenciadas. Essas transmissões síncronas, como estratégia de valorização cultural e histórica, confirmam a perspectiva de Halbwachs (2006) sobre a memória coletiva como elemento essencial na construção da identidade comunitária.

O objetivo de ampliar o acesso ao conteúdo foi alcançado com a criação da playlist no canal TBC, que organizou os vídeos e ampliou sua difusão. Essa prática fortalece o impacto do material audiovisual, considerando que a maioria dos usuários veem o YouTube como fonte de aprendizado (Oxford Economics, 2021) e que a História Pública, para além das instituições acadêmicas (Hermeto, 2018), contribui para valorizar a história local no âmbito físico, social e afetivo (Donner, 2012), possibilitando que a Rua Paraíba emergja como espaço transformador de vínculo comunitário e aprendizagem.

Portanto, os resultados indicam que o uso de conteúdo educativo em lives no YouTube contribuiu significativamente para a divulgação da história da Rua Paraíba e para a valorização das memórias de seus moradores, respondendo de forma plena à questão-problema deste trabalho.

As transmissões fortaleceram a identidade comunitária, ampliaram a visibilidade do território e reafirmaram o potencial do audiovisual como estratégia pedagógica de base decolonial. Alinharam-se, assim, à proposta de uma educação antirracista prevista na Lei 10.639/2003 (Brasil, 2003), ao promoverem o reconhecimento das memórias afro-brasileiras como parte legítima do saber histórico.

6.3 ANÁLISE E RESULTADO DA PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS DA REDE

O quadro 14 apresenta os dados referentes à participação dos usuários durante as transmissões realizadas nos dias 10 e 30 de junho de 2025. A coleta dos indicadores quantitativos do critério “durante e pós-live”, com base nos dados disponibilizados pelo YouTube (curtidas, visualizações e comentários fixos e no chat), foi realizada em 04 de julho de 2025.

Conforme estabelecido nas Etapas da Modelagem Pedagógica das Lives (ver Quadro 6), alguns critérios foram analisados apenas em momentos específicos, como: comentários no chat (durante a live) e comentários fixos ou na publicação (pós-live).

Por isso, nos casos em que determinado critério não era compatível com a etapa de coleta, utilizou-se a indicação “Não se aplica”, em vez do hífen, para garantir maior precisão e legibilidade. O hífen (–) foi utilizado apenas quando não havia dados disponíveis sobre o critério.

Os comentários do chat e do pós-live foram levemente ajustados para substituir abreviações e garantir maior clareza ao leitor, sem comprometer o conteúdo original das mensagens. Os nomes de usuário foram preservados ou omitidos para assegurar o anonimato, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa.

Quadro 14 - Participação dos usuários da rede nas duas lives

Critério de Análise	Chat (durante a live)	Comentários fixos (pós-live)
Engajamento Digital	Live 1: 162 visualizações e 15 curtidas. Live 2: 84 visualizações e 11 curtidas. Total: 246 visualizações/ 26 curtidas.	Não se aplica.
Valor educativo percebido	“Muito interessante essa abordagem, um bairro muito rico culturalmente e sofreu muito com a tentativa de apagamento!”	“Excelente temática!”
	“Adorei. Fiquei com gosto de quero mais”.	-
Projeção coletiva e escuta viva	“Muito interessante, onde moramos hoje diz muita coisa [...]” (trecho adaptado com menção à relação entre território e desigualdade).	-
	“Conhecer a história do bairro é descobrir que você também é parte dela e pode ser agente de mudança”.	“História é cultura também”.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados públicos do YouTube, cedidos pelo canal TBC (2025).

A participação dos usuários da rede durante as Lives 1 e 2 revela que a história pública, quando difundida por meio das redes digitais, pode se tornar uma prática educativa e de valorização das vivências do passado.

A Live 1 alcançou 162 visualizações e 15 curtidas, enquanto a Live 2 registrou 84 visualizações e 11 curtidas, somando um total de 246 visualizações e 26 curtidas em menos de um mês de transmissões. Apesar do engajamento digital modesto em números absolutos, os resultados indicam um interesse comunitário significativo pelo conteúdo sobre a história local, evidenciando o potencial das lives como ferramenta para valorizar a memória coletiva e fortalecer os laços de identificação.

Isso se confirma na medida em que o conhecimento histórico ultrapassa os muros da academia e alcança diferentes públicos, como propõem Martins e Matta (2023).

As interações no chat e nos comentários pós-transmissão demonstraram reconhecimento do tema e interesse genuíno pela história do bairro, além de evidenciarem a percepção do apagamento simbólico que marca o território.

O estudo sobre o impacto das plataformas digitais reforça que ambientes como o YouTube contribuem para dar visibilidade a grupos historicamente estigmatizados, promovendo diversidade, inclusão e conexão entre comunidades (Oxford Economics, 2021).

Os dados quantitativos do engajamento digital evidenciam o alcance social da proposta e o envolvimento coletivo com a construção da memória, conforme estudado por Halbwachs (1990). O reconhecimento da abordagem por parte dos usuários da rede reforça que a mediação proposta permitiu ativar reflexões sobre valorização, pertencimento e resistência cultural.

Quadro 15 - Síntese da análise com base nos critérios dos usuários da rede nas duas lives

Critério	Síntese da análise
Engajamento Digital durante e após a live	As curtidas e visualizações durante e após a live demonstra interesse dos usuários em assistirem por gostarem do conteúdo ou por considerarem o tema relevante.
Valor educativo percebido	Os comentários evidenciam o reconhecimento da proposta como ação educativa e de valorização da história local, com destaque para a sensibilidade frente ao apagamento cultural do bairro. Também expressam aprovação da temática como instrumento de formação, memória, pertencimento e mudança.
Projeção coletiva e escuta viva	Os registros sugerem que a escuta pública incentivou reflexões críticas sobre o território como lugar marcado por desigualdades, permitindo identificação coletiva e fortalecimento da consciência social entre os participantes.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de análise dos dados públicos do YouTube, cedidos pelo canal TBC (2025).

De acordo com a síntese apresentada no Quadro 15, mesmo com interações numericamente discretas, as curtidas, comentários e participações ativas demonstram que a proposta das transmissões ao vivo foi reconhecida como uma ação educativa significativa.

A mobilização em torno de temas historicamente ocultadas, mesmo em escala modesta, reforça o sentido pedagógico da iniciativa e aponta para seu potencial de aprofundamento e replicação em outros contextos comunitários e educativos, especialmente com estratégias de maior divulgação e continuidade.

Apesar do tempo reduzido para a coleta de dados e da limitação do alcance inicial, os registros disponíveis indicam engajamento espontâneo e percepção de valor formativo por parte daqueles que interagiram.

6.4 APRENDIZADOS DAS ANÁLISES E RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS INTERVENÇÕES

Para garantir a efetividade da escuta e ampliar a participação do público, evidenciou-se, a partir da análise da primeira live, a necessidade de adotar uma linguagem clara, simples e livre de termos rebuscados ou figuras de linguagem que pudessem dificultar a compreensão dos convidados, ainda que essa preocupação já estivesse presente desde o planejamento na modelagem. Tornou-se evidente a importância de adequar a forma de falar às características dos participantes e do público da rede, assegurando acessibilidade e compreensão em todas as faixas etárias.

Durante a análise das narrativas, observou-se que, apesar da relevância histórica e cultural dos terreiros presentes no território, houve poucas menções diretas a esses espaços na primeira live. Por conta disso, ressaltou-se a importância de fortalecer, em futuras intervenções, a escuta sobre os terreiros enquanto espaços materiais e imateriais fundamentais para a preservação da cultura afro-brasileira e a construção de redes de solidariedade comunitária.

Reconhecer os terreiros como centros de religiosidade afro-brasileira e de memória viva contribui para ampliar a compreensão sobre a história local, além de reafirmar o compromisso pedagógico com a valorização da diversidade religiosa e cultural presente no bairro.

Outro aprendizado relevante foi a constatação de que a primeira live ultrapassou em 18 minutos o tempo previsto de 60 minutos, o que evidenciou a necessidade de maior atenção à gestão do tempo. Esse ajuste é fundamental para evitar desgaste dos participantes e manter o interesse dos futuros espectadores.

Para evitar essa interferência, adotou uma postura cautelosa, realizando intervenções respeitadas e pontuais, com foco na valorização de diferentes pontos de vista e na ampliação das reflexões sobre o território, sem invalidar as experiências dos moradores protagonistas. Esse cuidado ético na mediação foi fortalecido pelo apoio do professor orientador e do colaborador Fênix, convidado especial.

A partir dessas observações, planejou-se a segunda intervenção, incorporando ajustes ao roteiro da live 2, como a simplificação da linguagem, a organização mais clara dos tópicos, o aprofundamento do conteúdo sobre os terreiros presentes na localidade e a inclusão de uma breve recapitulação dos conteúdos trabalhados, de modo a contextualizar melhor os participantes e facilitar o entendimento do público. Essas alterações podem ser consultadas no roteiro da live 2, apresentado no Apêndice B.

Na segunda live, apesar de terem ocorrido menos participações no chat, a pesquisadora-mediadora se sentiu mais segura em relação aos conteúdos abordados e à sensação de ter alcançado os objetivos do estudo, especialmente na construção de conhecimento com os moradores e na valorização de suas memórias sobre a Rua Paraíba e seu entorno.

De forma reveladora, mesmo repetindo em cada gravação os eventos históricos vividos pelos participantes, as histórias se confirmavam e se complementavam, trazendo saberes diferentes que reforçam a riqueza cultural, as tradições e a importância histórica do bairro do Beiru e na Rua Paraíba.

7. CONCLUSÃO

O estudo teve o intuito de valorizar a memória coletiva da Rua Paraíba por meio da produção de vídeos educativos no YouTube, mobilizando a escuta ativa e o pertencimento territorial como fundamentos teóricos socioconstrutivistas. A estrutura do projeto envolveu a modelagem de uma TV Educativa dividida em três etapas (pré-live, live e pós-live), ancorada em metodologia qualitativa e participativa.

As análises das duas lives educativas revelaram que as memórias dos moradores trouxeram informações inéditas sobre a história da Rua Paraíba, resgatando tradições, práticas culturais, processos de urbanização e apagamentos da história que marcaram o bairro. As narrativas mostraram como experiências individuais se conectam a processos coletivos, fortalecendo a identidade comunitária e evidenciando a memória coletiva como instrumento de resistência.

A análise da participação dos usuários da rede confirmou interesse genuíno pelo tema, demonstrado pelas interações durante e após as transmissões. Os comentários indicaram reconhecimento do valor educativo das lives e ativaram reflexões sobre pertencimento, memória e desigualdades no território.

Assim, os resultados mostram que as lives educativas possibilitaram divulgar a história da Rua Paraíba, promoveram a valorização cultural e reforçaram o sentimento de pertencimento comunitário, respondendo plenamente à questão-problema do trabalho.

Os relatos das lives atenderam aos critérios metodológicos, evidenciando o alcance dos objetivos: o resgate da história local, fortalecer vínculos comunitários e reconhecer os moradores como fontes legítimas de conhecimento. A intervenção cumpriu seu papel ao rememorar tradições culturais, promover escuta ativa e consolidar um espaço simbólico de pertencimento, reafirmando o território como lugar de produção de conhecimento.

Embora não tenha sido objetivo direto da pesquisa, chamou atenção um elemento recorrente nas falas dos participantes: a dificuldade em legitimar o bairro pelo nome de origem, Beiru, em oposição ao nome oficializado, Tancredo Neves.

Ao longo dos relatos, o nome Beiru é muitas vezes tratado como algo do passado, pouco lembrado ou desconhecido por parte dos moradores, que raramente o associam à origem quilombola do território. Poucos mencionam que o nome deriva de um ex-escravizado, proprietário da antiga Fazenda Campo Seco.

Essa resistência ao uso do nome Beiru é reflexo de múltiplas tentativas de apagamento histórico e de substituição toponímica, marcas ainda presentes na paisagem e na memória. Ao final das transmissões, no entanto, observou-se uma transformação sutil: alguns moradores voltaram a mencionar o nome Beiru ou passaram a citar os dois nomes juntos, sinalizando um gesto de ressignificação territorial.

Essas observações reforçam a urgência de políticas e práticas educativas que valorizem a história local e reconheçam o Beiru como território ancestral. Em razão do tempo reduzido e do formato acadêmico, optou-se por mobilizar as categorias e autores mais alinhados à questão-problema, priorizando os vínculos comunitários e as narrativas do território. Ainda que nem todos os autores citados no Quadro 10 apareçam diretamente na análise, suas ideias fundamentaram os critérios de leitura dos dados. Os demais conteúdos permanecem disponíveis nas gravações da playlist do canal “TBC”, compondo o acervo completo da proposta.

Durante o percurso, enfrentaram-se desafios como a dificuldade de encontrar moradores antigos dispostos a gravar. Alguns haviam falecido; outros demonstraram receio ou resistência.

O recorte temporal restrito deve-se à limitação de tempo da pesquisadora na fase final do curso e à dificuldade em localizar moradores que atendessem aos critérios definidos e estivessem disponíveis para participação nas transmissões.

Outros desafios incluíram o curto prazo para execução, a necessidade de sistematizar as falas sem perder a densidade afetiva e histórica. A abordagem metodológica da DBR mostrou-se eficaz ao articular teoria e prática em um processo colaborativo. O planejamento teve como base a modelagem pedagógica, estruturando as etapas das lives segundo os fundamentos socioconstrutivistas e comunitários.

A análise se deu a partir dos critérios definidos, observando os efeitos da intervenção sobre a valorização da história local. A fase de revisão e reajuste ocorreu apenas na segunda live, tendo como referência a primeira, e incluiu adaptações no canal e o manejo de imprevistos.

O registro reflexivo da pesquisadora sobre sua mediação, conforme previsto na etapa pós-live da modelagem esteve presente na seção 6.4. Essa escuta de si mesma contribuiu para ajustar o processo entre as transmissões e orientar a leitura dos efeitos da intervenção, demonstrando a potência formativa da prática de mediação cultural. A experiência confirmou o potencial da DBR como caminho metodológico e sua aplicabilidade em outros contextos periféricos.

Para além da dimensão técnica, esta pesquisa foi também uma travessia pessoal. No ensino básico, estudei uma História que não me incluía, e isso me fez questionar o sentido da escola. Essa desconexão reflete uma educação que ignora a potência da memória e do pertencimento.

Ao investigar a Rua Paraíba, reencontrei memórias silenciadas de minhas avós, Aristina e Maria, mulheres baianas e trabalhadoras que me ensinaram que a história coletiva também nasce das lembranças familiares. Como minha avó Aristina, que viveu no bairro, a Rua Paraíba carrega uma história viva nos costumes e na linguagem do seu povo.

A experiência de produzir lives no YouTube foi mais que usar tecnologia: foi construir um arquivo audiovisual de saberes populares, fortalecendo a recordação coletiva e reafirmando o território como espaço educativo. Não se trata de reescrever o passado, mas de reconhecer suas marcas e transformá-las em força para o presente. A memória é poder. Escutá-la com atenção é abrir caminhos para outros futuros. Que cada alameda, avenida, rua e travessa esquecida possa ser reconhecida como história viva.

Essa investigação não se encerra em si mesma: é um ponto de partida para novas escutas, registros e vozes. Que estudantes, educadores, moradores e pesquisadores se sintam encorajados a narrar suas próprias histórias, fortalecendo o direito de contar, viver e preservar suas memórias, sem que se sintam deslegitimados.

Entrego aqui a consciência histórica como agulha, e o fio da memória, para que mais costureiros(as) do porvir continuem a tecer.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 64 p.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução de Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa: Editorial Presença, 1974. 121 p.

ANDRADE, Adriano Bittencourt; BRANDÃO, Paulo Roberto Baqueiro. **Geografia de Salvador**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2009. 160 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.

ASSMANN, Aleida. Locais. In: _____. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Tradução de Paulo Soethe. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. p. 317–361.

Associação Comunitária e Carnavalesca Mundo Negro (ACCMN). **Beiru**. Salvador: 2007. (Edição Educativa, n.º 1).

À TARDE. **Bairro muda de nome, mas os problemas continuam**. *À Tarde*, Salvador, 20 abr. 1987, p. 4.

A TARDE. **Vereador quer mudar nome do bairro Beiru/Tancredo Neves**. Por Gabriela Araújo. 15 maio 2024. Disponível em <https://atarde.com.br/politica/bahia/vereador-quer-mudar-nome-do-bairro-beirutancredo-neves-entenda-1270683> junho 2025. Acesso em 24 de junho de 2024.

BEIRÚ: MEMÓRIAS DA RUA PARAÍBA, LIVE 1. Web TV TBC Cabula, 10 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WLzLIJId7hk&t=2808s>. Acesso em: 02 jul. 2025.

BEIRÚ: MEMÓRIAS DA RUA PARAÍBA, LIVE 2. Web TV TBC Cabula, 30 jun. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-Xx2Ri1pctg&t=3728s>. Acesso em: 02 jul. 2025.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **Colonização, quilombos: modos e significados**. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI, Universidade de Brasília - UnB, 2015.

BISPO, T.; MARIA, E.; VELAME, L.; GUENA, M. **A história do Bairro**. *Jornal do Beiru*, Salvador, 1ª ed., nov. 2002. Disponível em: https://issuu.com/vilmaneres/docs/num_1_-_nov_-_2002. Acesso em: 17 jun. 2024.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016**. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44, 24 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.793.htm. Acesso em: 6 maio 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet). *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 155, n. 157, p. 1, 15 ago. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade**. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2010. 262 p. Il. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf. Acesso em: 13 abr. 2025.

BRUNER, Jerome S. **A cultura da educação**. Tradução de Marcos A. G. Domingues. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

CALBO, Iza. **Bairro muda de nome, mas os problemas continuam**. *À TARDE*, Salvador, 1 abr. 2000. Caderno 1, p. 4. Disponível em: http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=4&cod_polo=58. Acesso em: 10 jun. 2024.

CANTINHO DE OXALÁ. **Descubra quem é Nanã na Umbanda: a orixá da sabedoria e justiça ancestral**. Disponível em: <https://cantinhodeoxala.com.br/quem-e-nana-na-umbanda/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

CANVA. **Diagrama socioconstrutivista: Memórias da Rua Paraíba**. Salvador, 2025. Disponível

em: https://www.canva.com/design/DAGojDV2Fyg/trQWgu8MDR6CON4D5DssXg/edit?utm_content=DAGojDV2Fyg&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. Acesso em: 18 jun. 2025.

CANVA. **Memórias da Rua Paraíba**. Editado por Liberato. 2025. Disponível

em: https://www.canva.com/design/DAGqO4c-Giw/KRsopNTsvFnNCEBLbTa3fA/edit?utm_content=DAGqO4c-Giw&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton. Acesso em: 9 jun. 2025.

CARVALHO, Moacyr Ribeiro de. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador, 1987. 1 ed. 324 p. Disponível em: https://archive.org/details/Carvalho_1987_DicTupiAntigo-Port_OCR.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

CARVALHO, Paulo Ernani Ramalho. **Espécies arbóreas brasileiras: Pau-Paraíba (Simarouba versicolor)**. Volume 4. Brasília, DF: Embrapa, 2020. Disponível

em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/229491/1/Especies-Arboreas-Brasileiras-vol-4red.pdf>. Acesso em: 4 maio 2025.

CONCEIÇÃO, JJO.; GUENA, M.; SILVEIRA, T. **Jornal do Beiru**. Jornal comunitário do Beiru, Arenoso e adjacências. Ano 2, n. 7, Salvador, dez. 2003. Disponível

em: https://issuu.com/vilmaneres/docs/num_7_-_dez_-_2003. Acesso em: 18 jun. 2024.

COSTA, Hildete Santos Pita. **Terreiro Tumbenci: um patrimônio afro-brasileiro em museu digital**. 2018. Tese (Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca de Paula Santos da Silva.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012. 744 p. E-book.

DE BARROS, Carlos Henrique Farias. Ensino de História, memória e história local. *Criar Educação*, v. 2, n. 2, 2013. Disponível

em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/criaredu/article/view/1247>. Acesso em: 5 jul. 2024.

DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI-GUARANI. **Projeto Conectando com a Vida**, sob orientação dos educadores do Instituto Luciano Barreto Júnior. Sergipe: [s.n.], s.d. 58 p. Disponível em: https://www.livrosdigitais.org.br/exportar_pdf/3055992ZA2CK5V. Acesso em: 5 maio 2025.

DONNER, Sandra Cristina. **História Local: discutindo conceitos e pensando na prática.** O histórico das produções no Brasil. Encontro Estadual De História, v. 11, p. 223-235, 2012. Disponível em 1342993293_ARQUIVO_HistoriaLocalBrasileMundotexto2012.pdf. Acesso em 4 de maio de 2025.

FERREIRA, M. DE M. **História, tempo presente e história oral.** *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 3, n. 5, p. 314–332, jul. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/fpGyHz8dRnk56XjcFGs736F/>. Acesso em: 10 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://melhorespracicas.uff.br/wp-content/uploads/sites/17/2024/03/Pedagogia-do-oprimido-Paulo-Freire.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
GOMES, Laurentino. **Escravidão – Volume 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares.** Cap. 3 – As origens, p. 55–70. 1. ed. São Paulo: Globo Livros, 2019.

GONÇALVES, Taiara Gonzaga. **Canal de youtube como ferramenta pedagógica inovadora para educação de jovens e adultos do Centro de Educação Monteiro Lobato em Feira de Santana-BA.** Dissertação de Mestrado (UNEB). Salvador, 2020.

GONÇALVES, Taiara Gonzaga; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues; SILVA, Francisca de Paula Santos da. **Web TV educacional: como implementar uma TV pedagógica no YouTube.** RE@D - Revista de Educação a Distância e eLearning, v. 7, n. 1, p. 1–10, 2024. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/16249/1/34086-Texto%20do%20Trabalho-163634-1-10-202404.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

GOOGLE. **Google Street View: Rua Paraíba, Beiru,** Salvador-BA. Imagem capturada em agosto de 2024. Disponível em: <https://maps.app.goo.gl/s2kiF5XDnqmTPiaw8>. Acesso em: 6 maio 2025.

GOOGLE. **Mapa da Rua Paraíba – Beiru/Tancredo Neves, Salvador – BA: Google Maps,** 2025. Editado por: Liberato. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-12.9485939,-38.4513424,18z/data=!3m1!4b1!4m2!6m1!1sluzE12yy04JQvjYUYOiU-smi-EWQfzP8?entry=ttu>. Acesso em: 18 maio 2025.

GOOGLE. **Transmitir ao vivo com seu canal do YouTube.** YouTube Help, 2024. Disponível em: <https://support.google.com/youtube/answer/9227509>. Acesso em: 30 maio 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. 2. ed. São Paulo: Edições Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. Disponível em: https://arquivos.ufrrj.br/arquivos/2023160115a42b3739866fd49201de4c0/Maurice_Halbwachs_A_Memoria_Coletiva_1_1.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

HERMETO, Miriam. **Podem os palcos ser lugares de história pública?** In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Heloísa (org.). *História pública no Brasil: sentidos e itinerários*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2018. p. 153–168.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Introdução. In: ISQUERDO, Aparecida Negri (Org.). **Toponímia urbana no Brasil: estudos**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2023. p. 7-15. (Série Toponímia; v. 3). Disponível em: https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/5662/1/Topon%C3%ADmia_urbana_no_Brasil_Estudos_V3.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

LIBERATO, Quele. **Cartografia da Rua Paraíba**. Canva, 2025. Mapa digital. Disponível em: <https://www.canva.com/design/DAGU6QNYuq4/BP9j8hFkMzBMqr9ckBBMIw/edit>. Acesso em: 13 jun. 2025.

LIBERATO, Quele. **De Salvador ao Beiru: história, resistência e transformação na Rua Paraíba**. Padlet, Salvador, 2024. Disponível em: <https://padlet.com/zidu16/de-salvador-ao-beiru-hist-ria-resist-ncia-e-transforma-o-na-nhz566094trrmgap>. Acesso em: 14 abr. 2025.

LIMA, Beatriz Oliveira de Almeida; MOURA JÚNIOR, Romero Mendes Freire de. **Performatividade algorítmica e o sistema de recomendação do YouTube: possíveis trilhas para o ensino de ciências**. In: ALVES, Lynn; LOPES, David (Org.). *Educação e plataformas digitais: popularizando saberes, potencialidades e controvérsia*. Salvador: EDUFBA, 2024. p. 101–130. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/39372>. Acesso em: 5 abr. 2025.

LIMA, Emilly. **Governo da Bahia entrega novo colégio no bairro Tancredo Neves, em Salvador**. Bahia Econômica, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://bahiaeconomica.com.br/wp/2023/11/17/governo-da-bahia-entrega-novo-colegio-no-bairro-tancredo-neves-em-salvador/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LOPES, I. I. F.; BORGES, A. G. A.; ARAÚJO, M. M. S. **OBSERVA SSA: Beiru/Tancredo Neves**. Publicado em 27 out. 2022. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/beiru-tancredo-neves>. Acesso em: 6 abr. 2024.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida. **História pública do Quilombo do Cabula: representações de resistências em museu virtual 3D aplicada à mobilização do turismo de base comunitária**. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/25204/1/TESE%20DE%20DOUTORADO-LUCIANA%20CONCEI%c3%87%c3%83O%20DE%20ALMEIDA%20MARTINS.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2024.

MARTINS, Luciana Conceição de Almeida; MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. **A história pública e pesquisa aplicação na dinâmica de construção da solução mediadora de aprendizagem**. In: LAGO, Ana Cristina Castro do (Org.). *Atelier historiográfico: projetos, epistemologias e práticas pedagógicas*. Salvador: EDUFBA, 2023. p. 148-166.

MATTA, A. E. R.; SILVA, F. P. S.; AMORIM, A. **O Contexto Histórico do Cabula: Base Dialética para a Compreensão do Projeto TBC**. Anais do X Encontro Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária, 2020.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 1998. p. 15-20.

MORAN, José Manuel. **Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas**. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus, 2000. p. 11-65. (Coleção Papirus Educação).

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do BRASIL**. Prefácio de Alfredo Sussana; ilustrações de Caldo Cardoso. 1. ed. São Paulo: Global, 2013. 339 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **O conceito de quilombo e a resistência negra. Afrodiáspora: estudos do mundo negro**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985. Disponível em: <https://ipeafro.org.br/acervo-digital/leituras/publicacoes-do-ipeafro/afrodiapora-vol-6-e-7/>. Acesso em: 12 abr. 2025.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de; CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Pedagogia decolonial e educação antirracista e intercultural no Brasil**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 15–40, abr. 2010.

NUNES, Davi. **Bairro Arraial do Retiro: retiro dos quilombolas**. *Ungareia*, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://ungareia.wordpress.com/2016/06/24/bairro-arraial-do-retiro-retiro-dos-quilombolas/>. Acesso em 20 de abril de 2025.

OXFORD ECONOMICS. **YouTube Impact Report: Brazil 2021**. Oxford Economics, 2021. Disponível em: <https://kstatic.googleusercontent.com/files/8762b1dae1c1fcc17d0c8c559cfc63b4653f915eff8c5d02638f4b287023ef277013ace91892c641ba12915929fa21b43d8a4b535278c04f9e4eb39aca4722d8>. Acesso em: 4 abr. 2025.

PFROMM NETTO, Samuel. **Telas que ensinam: mídia e aprendizagem do cinema ao computador**. Campinas: Alínea, 2011.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Mapa Temático de Bairros definido pela poligonal**, estabelecida na Lei 9.278/17, alterado pelo Dec. 32.791/20, adaptado pela Fundação Mario Leal Ferreira em 2021. Bairro Beiru/Tancredo Neves. Salvador: Fundação Mário Leal Ferreira FMLF; Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Urbanismo, 2021. Criado em: 10 maio 2021. Atualizado em: 10 nov. 2021. Disponível em: <https://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/geosalvador/sharing/rest/content/items/71891bd4e9e041c1adb606e756d41f35/data>. Acesso em: 10 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Salvador Dados – Bairros de Salvador**. Prefeituras-Bairro. Dados do IBGE 2010/2022. Disponível em: <https://dados.salvador.ba.gov.br/pages/bairros-de-salvador>. Acesso em: 19 abr. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. **Salvador hoje e suas tendências**. Salvador: PMS, ago. 2015. Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/uploads/pddu/Salvador%20hoje%20e%20suas%20tendencias.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

REIS, Juliana Batista dos; SALES, Shirlei Rezende. **Juventudes: culturas juvenis e cibercultura**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2021. 44 p.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. 194 p.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói: Universidade Federal Fluminense: EDUFF; São Paulo: Projeto Editores, 1988. 192 p.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; FISCHER, Tânia (org.). **O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486 p. (Coleção Gestão Social).

SANTOS, M. C.; BRASIL, A. S. A Importância do Contexto Histórico: Os Processos de Lutas e o Desenvolvimento do Antigo Quilombo do Cabula. **Anais do X Encontro Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária**, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870–1930**. In: _____. Uma história de diferenças e desigualdades: as doutrinas raciais do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 35–51.

SEMELER, Alexandre Ribas. **Vídeo digital: imagem, tecnologia e informação**. 2010. 170 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://lume.ufrgs.br/handle/10183/25630>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SILVA, Ayalla Oliveira. **História e cultura dos povos indígenas na Bahia e no Brasil**. Salvador: IFBA, Diretoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (DPAAE), 2023. 63 p. (Coleção Pedagógica do Programa Asé-Toré: Formação em Educação sobre Negras(os) e Povos Indígenas; v. 4). Disponível em: <https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:4084d2c8-7131-4715-870f-3c4e90959a8e>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVEIRA, Bárbara. Antigo “Colégio da Morte”. **Zumbi dos Palmares vive revolução através da educação**. *Metro1*, Salvador, 22 nov. 2015. Disponível em: <https://www.metro1.com.br/noticias/cidade/8629%2Cantigo-colegio-da-morte-zumbi-dos-palmares-vive-revolucao-atraves-da-educacao>. Acesso em: 13 maio 2025.

SIPRIANO, Benedita Franca; GONÇALVES, João Batista Costa. O conceito de vozes sociais na teoria bakhtiniana. *Revista Diálogos*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 60-80, 2017. Dossiê temático “Relendo Bakhtin”. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/5084/pdf>. Acesso em: 24 maio 2025.

SOUSA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Biblioteca Básica Brasileira. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/tratado-descritivo-do-brasil-em-1587.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

STACUL, Juan Filipe. **Videoaulas para EAD: por onde começar?** Instituto Federal de Goiás: Pró-Reitoria de Ensino, Diretoria de Educação a Distância, 2020. Disponível em: [https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Videoaulas%20para%20EaD_%20Por%20onde%20come%C3%A7ar%20\(19-12-2020\).pdf](https://ifg.edu.br/attachments/article/19169/Videoaulas%20para%20EaD_%20Por%20onde%20come%C3%A7ar%20(19-12-2020).pdf). Acesso em: 24 maio 2025.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia**. 12. ed. Salvador: EDUFBA; São Paulo: Editora UNESP, 2019. 551 p. ISBN 978-85-2321-942-0.

TOGNOLI, S. E. K. do A. **Maurice Halbwachs: a memória coletiva**. *Revista Scripta Alumni Uniandrade*, n. 2, p. 134, 2009. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: <http://penta3.ufrgs.br/edu/Vygotsky/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf>. Acesso em 6 maio de 2025.

VERGER, Pierre. **Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos: dos séculos XVII a XIX**. Tradução de Tasso Gadzanis. São Paulo: Corrupio, 1987.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO LIVE 1

ROTEIRO DA LIVE 1 DATA: 10/06/2025	
<p>Título: Beiru – Memórias da Rua Paraíba Duração: Aproximadamente 60 minutos Data e horário: 10 de junho de 2025 às 14h Local: Canal YouTube “Turismo de Base Comunitária (TBC)” Participantes: Mediadora, 2 moradores convidados, 1 convidado especial e apoio técnico Eixo norteador implícito: Transformações urbanas/sociais e solidariedade comunitária do bairro/rua Paraíba (urbanização). Frase direcionadora: Quem conta a história da rua somos nós.</p>	
1. ABERTURA DA LIVE (5 MIN)	<p>Identificação da mediadora: Quele Liberato, licencianda em Pedagogia pela UNEB.</p> <p>Saudação ao público: “Sejam bem-vindos e bem-vindas! É com muita alegria que iniciamos nossa primeira live da série Beiru: ‘Memórias da Rua Paraíba’.”</p> <p>Apresentação da proposta: educativa, comunitária e afetiva, voltada à valorização da história local.</p> <p>Apresentação dos moradores convidados Moradores com mais de 50 anos de moradia</p> <p>Participação especial: Fênix Alves (UFBA)</p> <p>Orientador e apoio técnico live: Prof. Alfredo Matta</p>
2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E TERRITORIAL (7 A 10 MIN)	<p>Memória oral como fonte histórica viva. Origem do nome "Beiru". Referência ao Quilombo do Cabula e à presença dos povos originários (indígenas) e africanos. Território formado por arraiais, terreiros e mutirões. Destaque para o papel da Rua Paraíba: Rua afetiva (Rua Paraíba) para a mediadora (local das escolas onde estudou). Rua Paraíba inserida num conjunto de vias nomeadas com referências pessoais e culturais (Rua Belo Horizonte, Rua Jansen Jaime Muller e Rua Jaci Greco). Significado dos nomes das ruas de referências pessoais e culturais.</p>
3. RELATOS DOS MORADORES CONVIDADOS (20 A 30 MIN)	<p>Relatos: Urbanização da rua: água, luz, construções, escadarias. Convivência comunitária: vizinhança, festas, mutirões, relações de ajuda. Lembranças sobre a transformação do bairro.</p> <p>Perguntas de apoio (usadas apenas se necessário): “Você se lembra de como era a rua antigamente?” “O que mais te marcou na convivência com os vizinhos?” “Houve alguma transformação importante que você gostaria de destacar?” Participação espontânea: um convidado pode complementar a fala do outro.</p>
4. INTERAÇÃO COM O PÚBLICO (5 A 10 MIN)	<p>Ler comentários e perguntas do chat Trazer falas do público para a conversa. Estimular interação.</p>
5. PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE FÊNIX ALVES (5 A 10 MIN)	<p>Complementa os relatos com informações sobre a origem dos nomes das ruas e sua relação com história local e apagamento simbólico. Apresenta resultado de pesquisa com o Prof. Alfredo Matta e professora Francisca de Paula sobre toponímia local</p>
6. SEGUNDA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO (5 A 7 MIN)	<p>Leitura de mais comentários e dúvidas na live.</p>

<p>7. ENCERRAMENTO PEDAGÓGICO (4 MIN)</p>	<p>Perguntar aos moradores e usuários se gostaram da participação live ou se tem algo a acrescentar. Agradecimento aos convidados e ao público. Retomada do valor das memórias compartilhadas. Reforço do caráter educativo da proposta: memória como forma de resistência e formação. Lembrete final: “O vídeo ficará salvo na playlist para que outras pessoas também possam assistir. Curta, comente e compartilhe. Sua participação é muito importante!”</p>	
<p>Quadro: Apoio à mediação pedagógica</p>		
<p>ETAPA</p>	<p>TÓPICOS-CHAVE</p>	<p>FRASES DE APOIO / LEMBRETES</p>
<p>1. Incentivar histórias locais</p>	<p>Valorizar experiências comunitárias e saberes não escolares</p>	<p>“Conhecimento não está só nos livros. As vivências também ensinam.”</p>
<p>2. Validar saberes populares</p>	<p>Fortalecer vozes locais e reconhecer legitimidade</p>	<p>“O que vocês sabem é história viva e merece ser contado.”</p>
<p>3. Ressaltar que é um recorte</p>	<p>Incentivar a multiplicidade de memórias</p>	<p>“Essa é só uma parte da história. Outras vozes também importam.”</p>
<p>4. Conectar com a história oficial</p>	<p>Romper com o apagamento e reconhecer inter-relações</p>	<p>“Essas memórias se cruzam com a história de Salvador.”</p>
<p>5. Trazer a motivação do(a) mediador(a)</p>	<p>Mostrar conexão afetiva com o território</p>	<p>“Essa pesquisa nasceu da minha vontade de entender onde cresci.”</p>
<p>6. Valorização da ancestralidade</p>	<p>Vincular memória familiar ao território</p>	<p>“Mesmo sem conhecer meus avós, carrego o que deixaram na comunidade.”</p>
<p>Fonte: Elaborada pela autora com base nos referenciais teóricos e história local.</p>		

APÊNDICE B – ROTEIRO LIVE 2

ROTEIRO DA LIVE 2 (REVISADO E AJUSTADO) DATA: 10/06/2025	
<p>Título: Beiru – Memórias da Rua Paraíba Duração: Aproximadamente 60 minutos Data e horário: 30 de junho de 2025 às 16h Local: Canal YouTube “Turismo de Base Comunitária (TBC)” Participantes: Mediadora, 2 moradores convidados, 1 convidado especial e apoio técnico Eixo norteador implícito: Festividades e expressões culturais Frase direcionadora: Cultura também é memória, e nossa rua é cheia de história</p>	
<p>1. ABERTURA DA LIVE (5 A 10 MIN)</p>	<p>Identificação da mediadora: Quele Liberato, licencianda em Pedagogia pela UNEB.</p> <p>Saudação ao público: “Bem-vindos/as à nossa segunda live!” Apresentação da proposta: educativa, comunitária e afetiva, voltada à valorização da história local.</p> <p>Reapresentação da mediadora e dos convidados Participação especial: Fênix Alves (UFBA) Orientador e apoio técnico live: Prof. Alfredo Matta</p> <p>Sintetizando assuntos da live anterior</p> <p>Contexto histórico do bairro Beiru, território afroindígena. Nome do Beiru Gbeiru, em iorubá, homem escravizado vindo de Oió, Nigéria, trazido à Fazenda Campo Seco... Cabula, região formado por 17 bairros pertencentes ao Antigo Quilombo do Cabula. Urbanização tardia ocorrida a partir da década de 1970 e nomeação de ruas, como a Paraíba, usada como eixo territorial na live. Memórias compartilhadas: chegada da água, luz, nome das ruas, relações de vizinhança. Contribuições da Participação dos usuários da rede. Contribuições teóricas de Alfredo Matta e Fênix Alves sobre toponímia (estudo origem do nome de lugares), memória e resistência simbólica.</p>
<p>2. CONTINUAÇÃO DA CONTEXTUALIZAÇÃO (5 A 7 MIN)</p>	<p>Origem: Beiru tem raízes no Quilombo do Cabula, destruído em 1807 por forças coloniais.</p> <p>Rua Paraíba: ponto central da pesquisa na escuta comunitária e da memória viva do bairro.</p> <p>Cultura religiosa: local abriga terreiros históricos que mantêm tradições afro-religiosas.</p> <p>Apagamentos: Demolição do Ilê Axé Tomi Bocum. Deslocamento do Terreiro São Roque. Fechamento da Escola Zumbi dos Palmares.</p> <p>Resistência: práticas culturais, festas, mobilizações locais e memória oral preservam a identidade do território.</p> <p>Quilombo urbano: o Beiru resiste como espaço afroindígena vivo, mesmo com a urbanização.</p>

<p>3. RELATOS DOS MORADORES CONVIDADOS (20 A 30 MIN)</p>	<p>“Memórias de festas tradicionais e comunitárias. Pergunta se sente falta desses festejos”.</p> <p>“Destaque para a solidariedade de alguns eventos (distribuição de comida gratuitamente)”.</p> <p>“Quem organizava? Como era o envolvimento da rua/comunidade?”</p> <p>“Tinha alguma tradição que sumiu? Qual você sente falta?”</p> <p>“Quais bares e festejos tinha/têm na Rua Paraíba?”.</p> <p>“Quais festas ou festejos não tem mais no bairro que incluíam a Rua Paraíba?”.</p> <p>“Você se lembra de como era a presença dos terreiros na comunidade? Quais terreiros faziam parte das festas ou dos eventos do bairro?”</p> <p>Observação: utilizar palavras-chave relacionadas aos nomes de festejos que aconteciam no bairro, incluindo os que envolviam a Rua Paraíba, conforme identificados na pesquisa do contexto histórico, para estimular as lembranças dos moradores sobre períodos de festas e comemorações.</p>
<p>4. INTERAÇÃO COM O PÚBLICO (5 A 7 MIN)</p>	<p>Leitura de comentários.</p> <p>Trazer falas do público para a conversa.</p> <p>Estimular interação.</p> <p>Estímulo à memória coletiva:</p> <p>“Você lembra da última festa da sua rua? Conta para a gente!”</p>
<p>5. PARTICIPAÇÃO DE FÊNIX ALVES (5 A 7 MIN - SUGESTÕES)</p>	<p>Comentar sobre os desdobramentos que fez relacionada a ruas de origem de matriz africana;</p> <p>Relato de memórias referente a festas populares que participava no Beiru;</p> <p>A cultura popular guarda o que não foi escrito nos livros.</p>
<p>6. SEGUNDA INTERAÇÃO COM O PÚBLICO (5 A 7 MIN)</p>	<p>Leitura de comentários e dúvidas.</p>
<p>7. ENCERRAMENTO PEDAGÓGICO (4 MIN)</p>	<p>Agradecimento geral</p> <p>Perguntar aos moradores e usuários se gostaram da participação live ou se tem algo a acrescentar.</p> <p>Reforço da importância de relembrar a cultura como parte da história viva</p> <p>Valor da oralidade familiar: As histórias contadas pelo pai despertaram a percepção de que a história vive nas memórias cotidianas.</p> <p>Inspiração para a pesquisa: As narrativas familiares foram essenciais para escrever sobre a Rua Paraíba.</p> <p>Convite à comunidade: Pais, mães, avós, vizinhos e todos devem continuar compartilhando suas memórias.</p> <p>Importância da transmissão: Cada memória contada mantém o bairro vivo e fortalece a história coletiva.</p> <p>Lembrete: curta, comente, compartilhe, essa é última live desse estudo, mas a transmissão ficará gravada na playlist no canal TBC. Incentiva aos atores escolares e lideranças da própria comunidade a terem a mesma iniciativa do estudo.</p>
<p>Nota explicativa: o eixo norteador de cada live direciona a temática de forma flexível, permitindo ajustes conforme o fluxo da conversa. As perguntas norteadoras se constituem guias que orientam o diálogo com os moradores convidados e estimulam a participação dos usuários da rede por meio dos comentários no chat, fortalecendo a interação comunitária e a escuta ativa. A frase direcionadora, presente no card de divulgação, já descreve de forma indireta a intencionalidade da transmissão. Os roteiros organizam os momentos das lives, são flexíveis, o diálogo com os participantes acontece de forma livre, conforme o fluxo da conversa.</p> <p>Fonte: Elaborada pela autora com base nos referenciais teóricos e história local.</p>	

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE ADEZI

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Adezi dos Santos Nunes
 _____, CPF N° _____, RG N° _____
 residente Rua Jaci Graça _____ Bairro: Beirú/
Tamcredo Neves
 _____, profissão _____, autorizo, por meio deste documento, a Sra. Francisca de Paula Santos da Silva, professora, pesquisadora e produtora do Canal Web TV TBC Cabula – SSP-BA, residente na _____ cidade de Salvador, estado da Bahia, a utilizar minha imagem e voz, registradas durante minha participação na LIVE 1, com o título "Beirú: memórias da Rua Paraíba", veiculada no canal supracitado na plataforma YouTube.

Autorizo o uso para fins educativos, culturais e científicos, incluindo exibição pública, veiculação online e arquivamento do conteúdo, sem restrições de tempo ou território e sem ônus financeiro para qualquer das partes.

Declaro estar ciente e de pleno acordo com os termos desta autorização.

Salvador, 10 de junho de 2025.

Adezi dos Santos

 Assinatura do(a) autorizante

Fonte: Disponibilizado pela criadora do canal.

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE LIBERINO

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, LIBERINO CARLOS CRUZ
 _____, CPF N° _____, RG N° _____
 residente RUA BELO HORIZONTE _____ BAIRRO: BEIRÚ/
TAMCREDO NEVES
 _____, profissão _____, autorizo, por meio deste documento, a Sra. Francisca de Paula Santos da Silva, professora, pesquisadora e produtora do Canal Web TV TBC Cabula – SSP-BA, residente na _____ cidade de Salvador, estado da Bahia, a utilizar minha imagem e voz, registradas durante minha participação na LIVE 1, com o título "Beirú: memórias da Rua Paraíba", veiculada no canal supracitado na plataforma YouTube.

Autorizo o uso para fins educativos, culturais e científicos, incluindo exibição pública, veiculação online, publicação em materiais acadêmicos impressos ou digitais, citações diretas ou transcrições de fala, e arquivamento do conteúdo, sem restrições de tempo ou território e sem ônus financeiro para qualquer das partes. Declaro estar ciente e de pleno acordo com os termos desta autorização.

Salvador, 10 de JUNHO de 2025.

Libertino Carlos da Cruz

 Assinatura do(a) autorizante

Fonte: Disponibilizado pela criadora do canal.

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE VALTER

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, Valter Evangelista Carneiro Liberato
CPF Nº: [REDACTED], RG Nº: [REDACTED]
residente Rua Jaci Greco, [REDACTED] Bairro: Beirú,
Tanquinho Neves,
profissão [REDACTED], autorizo, por meio deste documento, a Sra. Francisca de Paula Santos da Silva, professora, pesquisadora e produtora do Canal Web TV TBC Cabula – SSP-BA, [REDACTED] estado da Bahia, a utilizar minha imagem e voz, registradas durante minha participação na LIVE 2, com o título "Beirú: memórias da Rua Paraíba", veiculada no canal supracitado na plataforma YouTube.
Autorizo o uso para fins educativos, culturais e científicos, incluindo exibição pública, veiculação online, publicação em materiais acadêmicos impressos ou digitais, citações diretas ou transcrições de fala, e arquivamento do conteúdo, sem restrições de tempo ou território e sem ônus financeiro para qualquer das partes. Declaro estar ciente e de pleno acordo com os termos desta autorização.

Salvador, 30 de junho de 2025.

Valter Evangelista
Assinatura do(a) autorizante

Fonte: Disponibilizado pela criadora do canal.